EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO

A UNIÃO

JORNAL A UNIÃO 133 Anos

Ano CXXXIII Número 248 | R$ 5,00

João Pessoa, Paraíba - DOMINGO, 15 de novembro de 2026

Fundado em 2 de fevereiro de 1893 no governo de Álvaro Machado

auniao.pb.gov.br | @jornalauniao

EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICACAO S A
EPC:09366790000106

Assinado de forma digital por EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICACAO S A
EPC:09366790000106
Dados: 2026.11.13 22:27:54 -03'00'

COMPRA ALTERNATIVA

Genéricos são 30% das vendas de medicamentos na Paraíba

Preferência é a quarta maior do país; preços chegam a ser 35% inferiores aos de marcas conhecidas. *Página 6*

El Niño pode elevar número de óbitos por calor extremo até março de 2027

Monitoramento realizado pelo Climate Impact Lab estima que janeiro e fevereiro serão os meses mais letais na Paraíba.

Página 20

Com o apoio do Governo do Estado, *startups* lançam-se no mercado exterior

Participação no Web Summit Lisboa ofereceu a 30 empresas paraibanas a vitrine necessária para parcerias e expansão de negócios.

Página 19

■ "A magistratura não enrijeceu o rosto nem a pose do rapaz chegado de Alagoinha, de onde já trazia exemplos de liderança cultural".

Gonzaga Rodrigues

Página 2

■ "As canções populares são importantes fontes históricas. Elas dizem muito sobre uma época, sua forma estética, valores e visões de mundo".

Estevam Dedalus

Página 10

■ "As redes sociais nos dão a falsa impressão de que tudo é válido para a conquista de audiência e engajamento. Mas não, não é".

Angélica Lúcio

Página 26



Foto: Evandro Pereira



Atos de vandalismo aumentam riscos no trânsito

Cenário comum nas ruas de João Pessoa, placas amassadas, pichadas e quebradas confundem motoristas e pedestres, contribuindo para a insegurança nas vias públicas. Depredadores podem ser punidos com detenção de seis meses a três anos, além de multa.

Página 5

Foto: Carlos Rodrigo



Escala 5 por 2 traz oportunidades

Empresas que anteciparam a redução da jornada já veem impactos positivos, como o restaurante Loca como Tu Madre.

Página 17

Comunidades tradicionais preservam a arte da cerâmica em barro

Embora carreguem valor cultural e afetivo, objetos como filtros e panelas não conseguem concorrer com os materiais modernos.

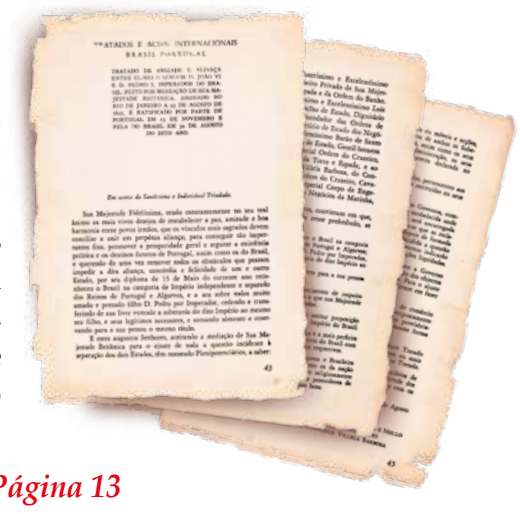
Página 8

Foto: Carla Miranda



15 de Novembro: data une marcos históricos e acordos da elite brasileira

No mesmo dia que, 64 anos depois, seria lembrado pela proclamação da República, foi concretizado o tratado que oficializou o fim do Império Luso-Brasileiro.



Página 13

Orquestra e Coro Sinfônico da Paraíba homenageiam Vandré

Concerto, que será realizado hoje e amanhã à noite, no Teatro Paulo Pontes, apresenta um repertório de 15 músicas interpretadas por artistas paraibanos, como Adeildo Vieira, Sandra Belê, Fuba, Nathalia Bellar e Seu Pereira.

Página 9

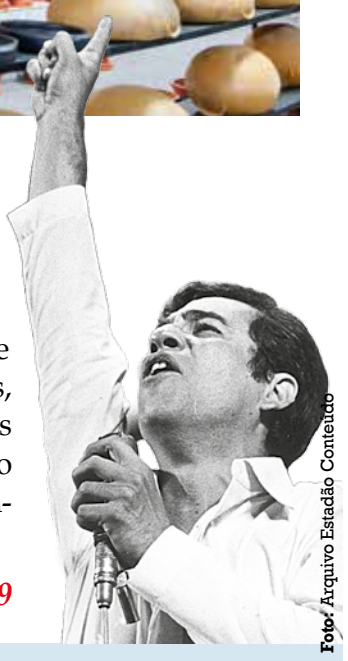


Foto: Arquivo Estadão Conteúdo

Editorial

Unidos, joga-se mais

A Paraíba continua conquistando medalhas naquela que se pode considerar, metaforicamente falando, a Olimpíada Nacional do Serviço Público Estadual. Isso por conta da quantidade e qualidade dos serviços e obras prestados à população, por meio de seus diversos órgãos, autarquias, fundações ou empresas delegadas, como também da colocação do interesse coletivo sempre acima de quaisquer outras ambições.

Não é mera publicidade. Longe disso. Nos registros de poucos dias atrás, por exemplo, o Governo da Paraíba ficou com a medalha de ouro no ciclo de 2026 do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), coordenado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). O estado logrou alcançar uma média de transparência de 88,49%, contra 64,98% registrada em 2025 — um crescimento de 23,51%.

O PNTP/Atricon define seus percentuais a partir da avaliação das informações disponibilizadas espontaneamente pelos órgãos públicos em seus portais, lançando mão de uma metodologia que considera critérios como publicação de receitas, despesas, licitações, contratos e outros dados de interesse coletivo. O programa pode verificar se as informações estão atualizadas e, ao fim, tudo é ou não validado pelo Tribunal de Contas.

O Governo da Paraíba, por meio da Secretaria de Estado da Saúde (Gerência Executiva de Vigilância em Saúde e Gerência Operacional de Condições Crônicas e IST), irá receber a medalha de prata em virtude da eliminação da transmissão vertical (de mãe para filho) do HIV e da Hepatite B. O Selo Prata consolida a eficiência das políticas públicas de saúde e sinaliza o avanço rumo à conquista de outras metas na área.

A conquista da medalha de bronze, de não menos importância, do ponto de vista socioeconômico, foi protagonizada pelo setor de serviços da Paraíba, que, este ano, sustentou a trajetória de crescimento pelo nono mês consecutivo. Em setembro, de acordo com informações da Secretaria de Comunicação Institucional (Secom) do Governo do Estado, o segmento registrou expansão de 2,8% em relação ao mesmo mês do ano passado.

A gestão pública estadual, quando ética, política e tecnicamente capacitada, produz obras e serviços da maior relevância, impulsionando um desenvolvimento econômico associado à redução das desigualdades sociais, portanto, à melhoria da qualidade de vida da população. As recentes conquistas econômicas e sociais comprovam que o Governo Estadual segue nessa rota, tendo, portanto, como norte o interesse coletivo.

Foto Legenda

Roberto Guedes



Mãos no pandeiro e pernas para o ar

Artigo

Rui Leitão
iurleitao@hotmail.com

Comemorar o princípio, não o golpe

A história da República brasileira começa com um golpe de Estado, em 1889, e, ao longo de sua trajetória, tem sido marcada por outras rupturas institucionais. Essa recorrência demonstra como o regime republicano enfrentou, desde sua origem, dificuldades para consolidar uma democracia efetiva, frequentemente ameaçada por setores que resistem à ampliação da participação popular e ao fortalecimento das instituições democráticas.

O novo regime foi instituído pelo Decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889, que proclamou provisoriamente a República Federativa e estabeleceu um governo provisório. O movimento foi liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca, com a participação de militares e o apoio de importantes lideranças civis, entre elas Quintino Bocaiuva e Ruy Barbosa, além de setores descontentes das elites econômicas e políticas. A população, entretanto, não foi consultada sobre a mudança do regime. A consulta popular, prevista no próprio decreto que instituiu provisoriamente a República, somente aconteceu em 1993, mais de um século depois, quando os brasileiros puderam escolher entre a monarquia e a república.

É importante reconhecer, entretanto, que a implantação da República também trouxe mudanças institucionais significativas. Historiadores que analisam esse processo destacam que, apesar de sua origem golpista, a ruptura com a monarquia abriu caminho para transformações importantes na organização do Estado brasileiro. Entre elas, a adoção do federalismo, que conferiu maior autonomia aos estados; a separação entre Igreja e Estado, estabelecendo as bases do Estado laico; e a instituição do presidencialismo, além da organização dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em moldes republicanos.

Portanto, ainda que a proclamação represente um acontecimento histórico marcado pela ausência de consulta e participação popular, o feriado nacional de 15 de Novembro deve servir, sobretudo, para refletirmos sobre os erros, os avanços e os retrocessos desses 137 anos de República.

É necessário distinguir a maneira autoritária pela qual o regime foi implantado do significado institucional e simbólico que devemos atribuir à República como projeto de organização da vida nacional. O seu pecado original não elimina a importância dos princípios republicanos, assim como não nos obriga a reverenciar os métodos utilizados para sua implantação.

Comemorar o princípio republicano não significa celebrar o golpe que lhe deu origem. Significa reconhecer o valor de um sistema no qual a coisa pública (*res publica*) pertence à coletividade, no qual os governantes exercem mandatos temporários, submetidos à escolha popular, e não recebem o poder por herança ou direito dinástico.

A República, contudo, não se resume à realização de eleições. Pressupõe igualdade de direitos, respeito às instituições, liberdade de expressão, participação popular, justiça social e compromisso permanente com a soberania nacional. Por isso, o 15 de Novembro deve ser mais do que uma simples data comemorativa. Deve representar uma oportunidade para reafirmarmos nosso compromisso com o aperfeiçoamento das instituições e com a construção de uma democracia verdadeiramente participativa.

Comemoremos o princípio republicano, não o método golpista que marcou sua origem. A República só cumprirá plenamente seu papel quando o povo deixar, definitivamente, de ser mero espectador da história e tornar-se protagonista de seu próprio destino.

A República só cumprirá plenamente seu papel quando o povo deixar, definitivamente, de ser mero espectador da história

Gonzaga Rodrigues

gonzagarodrigues33@gmail.com | Colaborador

José Fernandes de Andrade

Se não chegar ao ineditismo, entra no rol da raridade histórica, entre nós, a flama que converteu a aposentadoria do juiz federal José Fernandes de Andrade numa entidade que sempre se atribui à competência dos poderes públicos. Coisas as quais o dever oficial muitas vezes negligencia, ainda que sem propósito.

Nesses setenta e cinco anos que vivo e cultivo o sentimento pessoense, atraído não pela altura das torres metropolitanas que alguns anos depois de minha chegada começaram a subir na virada para o mar, em que circunstâncias — me pergunto — assisti à mudança súbita do poder oficial em defesa real, objetiva e urgente do patrimônio sagrado sob a égide do qual foi erguida a cidade? Não deixa de haver os sonegados da história. O que se sabe e até se justifica foi a derrubada das igrejas das Mercês, da Conceição, do Rosário para dar passagem ao urbanismo da modernidade, esse que terminou sendo ditado pela voracidade do automóvel.

Mas aconteceu que, à sombra da noite e da falta de segurança, foi preciso o desvario de um louco contra santos e altares da Igreja de São Francisco, única singela e sublime em seu barroco, para que o poder oficial se advertisse da urgência de uma política de preservação mais confiável. A advertência acordou o governador, que era Ivan Bichara, Burity seu secretário de Educação, e daí a opinião sadia da cidade. Não se pode omitir, nesse particular, a iniciativa de João Agripino em preservar, constitucionalmente, a paisagem da orla.

Tudo isso ganhou a adesão da opinião pública pessoense e creio que de todo o estado.

Mas há iniciativas de relevo menos clamante que não basta a atenção do Estado, como as academias de Letras, os institutos históricos que, entre nós, confraternizam ante a atuação de entidades como o Centro Cultural José Rodrigues de Carvalho, fundado e mantido pelo juiz federal José Fernandes de Andrade.

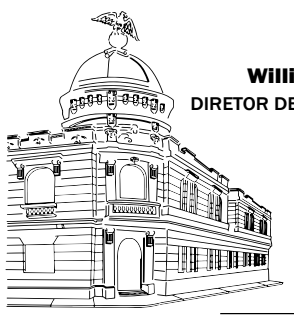
Convicto de sua vocação profissional, lembro-me dele sumido do Ponto de Cem Réis, onde se gerou nosso bem-querer à cidade, para voltar ao cafezinho meses depois de tornar-se magistrado. A magistratura não enrijeceu o rosto nem a pose do rapaz chegado de Alagoinha, de onde já trazia exemplos de liderança cultural como a de José Rodrigues de Carvalho, pesquisador do cancioneiro nordestino, ombro a ombro com João Ribeiro, Melo Morais Filho, Silvio Romero.

E é a influência desse nome, orgulho de sua terra e da cultura nordestina que nenhum outro êxito do magistrado o fez esquecer. Aposentado, tornou mais precioso o seu tempo ao trazer de volta a flama espiritual do autor do *Cancioneiro,* aglutinando poetas, escritores, e editando tesouros como as Notas sobre a Parahyba de Irineu Joffily e nomes do mesmo porte, para isso fundando e mantendo o Centro de Estudos Jurídicos e Sociais (Cejus), tão frequentado e prestigiado pelas lideranças culturais quanto pelas instituições tradicionais.

Perdemos no último dia 6, o cidadão Zé Fernandes, o homem que levava a toga como quem leva um chapéu velho, sem peso nem cerimônia. Mas perdemos também o mecenas que ninguém nomeou, que não esperou edital nem favor oficial, e que pôs do próprio bolso e do próprio tempo o que os poderes públicos deixaram de fazer.

Perdemos no último dia 6, o cidadão Zé Fernandes, o homem que levava a toga como quem leva um chapéu velho, sem peso nem cerimônia

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO S.A.



Naná Garcez de Castro Dória
DIRETORA–PRESIDENTE

William Costa
DIRETOR DE MÍDIA IMPRESSA

Amanda Mendes Lacerda
DIRETORA ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE PESSOAS

Rui Leitão
DIRETOR DE RÁDIO E TV

A UNIÃO
Uma publicação da EPC
Av. Chesf, nº 451 — CEP 58.082-010 — Distrito Industrial — João Pessoa (PB)

Gisa Veiga
GERENTE–EXECUTIVA DE MÍDIA IMPRESSA

Renata Ferreira
GERENTE OPERACIONAL DE REPORTAGEM

PABX: (83) 3218-6500
E-mail: circulacao@epc.pb.gov.br (assinaturas)
ASSINATURAS IMPRESSAS: anual ..... R$ 404,25 / semestral ..... R$ 202,12 / número atrasado ..... R$ 4
CONTATO: redacao@epc.pb.gov.br / ouvidoria@epc.pb.gpv.br

Fica proibida a reprodução, total ou parcial, de matérias, figuras e fotos autorais deste jornal, sem prévia e expressa autorização da direção e do autor, exceto para impressão de cópias, com o fiel e real conteúdo, para uso e arquivo pessoal.

ESPERANÇA NO ESPAÇO

Projeto fabrica telescópios artesanais para escolas

Iniciativa surgiu na Cadeia Pública de Esperança, como forma de ressocializar os detentos

Nalim Tavares
nalimtavaresrdo@gmail.com



Foto: Marcos Antônio de Sousa/Arquivo pessoal

Os telescópios nas escolas estimulam crianças e adolescentes a se interessar pela pesquisa

Existe uma frase, imortalizada pelo astrônomo e astrofísico Carl Sagan, que parece poesia, mas é fato científico: "O Cosmos está dentro de nós. Somos feitos de poeira estelar". Quase todos os elementos químicos que compõem o corpo humano — como o carbono das células, o ferro no sangue e o cálcio nos ossos — foram criados no interior de estrelas por meio da fusão nuclear.

Para o policial penal Lindemberg Lima, idealizador e coordenador do projeto de ressocialização Esperança no Espaço, essa é uma conexão que poderia explicar o fascínio que nutrimos pelo Universo — e, principalmente, oferecer um caminho para que reeducandos reestruturem suas vidas e participem de ações de divulgação científica, por meio da construção dos seus próprios telescópios.

A iniciativa surgiu na Cadeia Pública de Esperança, no Agreste da Paraíba, por meio da paixão do próprio policial penal pelo Cosmos. No fim de 2022, Lindemberg chegou à unidade com uma proposta inusitada: construir os instrumentos de forma artesanal, usando materiais como cabos de vassoura e canos de PVC, e doar os telescópios produzidos às escolas da rede pública, para estimular crianças e adolescentes a se interessar pela pesquisa. Todo o trabalho, intelectual e manual, seria realizado pelos reeducandos que, em troca, receberiam aulas dos professores das instituições beneficiadas, conquistariam qualificações para o mercado de trabalho e poderiam, também, conseguir redução no tempo de pena.

O projeto foi recebido com interesse e curiosidade. O que ninguém esperava na época era que, da pequena cidade conhecida como o "Lírio Verde da Borborema", o Esperança no Espaço ganharia renome em todo o Brasil. Aos poucos, a iniciativa começou a ser reconhecida por diversas premiações voltadas para práticas inovadoras, educacionais e científicas e, em 2024, chegou a vencer o Prêmio LED, parceria da Globo com a Fundação Roberto Marinho. Tal conquista motivou os integrantes do projeto a apostar cada vez mais nos estudos e, logo, o título do projeto se converteu em sentimento: a esperança de mudar de vida por meio da educação.

O policial penal Lindemberg Lima, que, na ocasião, também era o diretor da unidade prisional, sabia que podia construir um telescópio, porque tinha passado meses empenhado em aprender e executar esse projeto. Ele conta que, durante o isolamento imposto pela pandemia de Covid-19, sentiu a necessidade de desopilar de alguma forma e resolveu buscar amparo nas estrelas. "Decidi construir o meu primeiro telescópio como uma forma de cuidar da minha mente. Por vir de origem humilde, enquanto crescia, não tive acesso a um telescópio ou a estudos e oportunidades mais aprofundados em Astronomia, mas sempre fui apaixonado pelo Cosmos. Já adulto, com uma condição financeira diferente, pensei que podia mudar isso e comecei a pesquisar", recorda.

Após encontrar cartilhas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) focadas na construção de telescópios refletores de baixo custo, Lindemberg uniu criatividade aos conhecimentos que já tinha. "Muita coisa demandava impressões 3D, mas, como fui encanador da Cagepa antes de me tornar policial, eu sabia mexer com cano, e fui pegando peças como as que via nas fotos, fazendo engenharia reversa e utilizando tubos de PVC. Demorou cerca de quatro meses, mas deu certo e a primeira imagem que vi foi de Saturno, com os anéis. Foi extremamente gratificante, e pensei que poderia levar esse projeto para dentro da cadeia e encontrar uma forma de beneficiar outras pessoas", diz o policial.

Inicialmente, a ideia era construir quatro telescópios com os reeducandos e doar os equipamentos para algumas escolas municipais de Esperança. Com a popularidade do projeto, a Secretaria de Administração Penitenciária (Seap) firmou parcerias com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior da Paraíba (Secties), em conjunto com a Fundação de Apoio à Pesquisa (Fapesq) do Estado da Paraíba, e os telescópios já chegaram a cerca de 50 escolas de toda a rede pública estadual. Enquanto equipamentos com a mesma qualidade, no comércio, são vendidos por um valor de R$ 3.500 a R$ 5 mil, o atual formato de produção utilizado pelo projeto permite que os instrumentos sejam comercializados por cerca de R$ 1.300.

Conquista do Prêmio LED incentiva os reeducandos a empreender

No fim do último mês de outubro, o Esperança no Espaço esteve presente na 12ª edição da Expotec, feira e congresso de tecnologia do Nordeste, ao lado do Projeto Bingo — o maior radiotelescópio da América Latina, instalado no município de Aguiar, no Sertão da Paraíba.

De acordo com Lindemberg Lima, as iniciativas, aliadas, demonstram que é possível fazer pesquisa de ponta e, ao mesmo tempo, abrir as portas e apresentar novos horizontes a pessoas que não tinham mais perspectivas. "Com a conquista do Prêmio LED e as parcerias que firmamos, não é só a divulgação que aumenta. Conseguimos promover mais inclusão social, educação científica e trabalho no ambiente prisional, oferecer aulas de astronomia e astrometria, cursos didáticos e incentivar o empreendedorismo nos reeducandos. A iniciativa traz dignidade para estes homens, que passam a enxergar, no céu, uma oportunidade de reinserção na sociedade", reflete o policial.

Os reeducandos, por sua vez, agarram a chance de mudar de vida: hoje em liberdade, Fábio Costa, que passou pelo projeto Esperança no Espaço, conta que as ações da Gerência Executiva de Ressocialização (GER) foram fundamentais para ajudá-lo a encontrar um bom caminho. "Eu nunca tinha tido nenhum contato com a Astronomia. Certo dia, o então diretor, senhor Lindemberg, chegou na unidade, tendo conseguido construir um telescópio, e perguntou se nós tínhamos curiosidade de fazer um outro junto com ele. Isso mudou tudo", relembra. Quando ainda estava interno, Fábio empenhou-se nos estudos, prestou o Exame Nacional do Ensino Médio para Pessoas Privadas de Liberdade (Enem PPL) e foi aprovado no curso de Gestão Pública. Ele se formou e, ao voltar para a sociedade, fundou a própria marca, chamada "Telescópios Curimataú".

"O policial Lindemberg nos dizia muito: 'Vamos aprender, porque, quando vocês saírem, vão ter esse conhecimento e um caminho para ganhar dinheiro'. Então eu fui aprendendo e, aqui fora, a minha família ajudou, comprando materiais. Quando eu saí, tinha contatos, que o policial Lindemberg foi passando, e insumos, que minha família me ajudou a conseguir. Pude começar a vender meus próprios telescópios, que fabrico na minha casa mesmo, há cerca de dois anos e meio", ressalta.

Alunos de Patos participam de eventos

Fora do município de origem do projeto, a primeira escola a receber doações do Esperança no Espaço foi a Alírio Meira Wanderley, em Patos. Por meio do professor e pesquisador Marcos Antônio de Sousa, a instituição já vinha desenvolvendo uma iniciativa, intitulada "Ensino de Astronomia", focada em despertar o interesse dos alunos pelo céu e prepará-los para participar de competições como a Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica (OBA) e a Olimpíada Brasileira de Foguetes (OBAFOG).

"A doação do projeto Esperança no Espaço foi um grande divisor de águas. Pudemos, por exemplo, reunir nossos alunos com os da universidade estadual da nossa cidade, para fazer uma grande observação do eclipse solar de 2022. Desde então, sempre organizamos observações da Lua e dos planetas e, através de convites de outras escolas, também levamos o projeto a outras cidades próximas a Patos", revela o professor. Ele conta que já foram vários prêmios conquistados na OBA e na Olimpíada Nacional de Astronomia Digital (Onad), além de duas medalhas de prata e uma de bronze na primeira edição da Olimpíada Paraibana de Astronomia e Astronáutica (OAPB), realizada pela Secties em abril deste ano.

"A Astronomia chama bastante a atenção dos alunos, e o interessante é que eles despertam a mesma curiosidade nos pais. Já ouvi o depoimento de crianças, a partir dos cinco anos de idade, maravilhadas depois de observar a Lua, e de pessoas idosas também. Quanto à questão científica, observamos que vários alunos estão se interessando. Muitos dizem que, quando concluírem a escola, querem cursar Física na Universidade Estadual da Paraíba [UEPB], para aperfeiçoar o estudo da Astronomia", ressaltou Marcos.

Eduardo Augusto
eduardomelosocial@gmail.com

O Nordeste que a Globo insiste em inventar

Bom dia. A crônica de hoje poderia começar com uma cena bucólica do Sertão, mas prefiro começar com um fato: na última segunda-feira, a Rede Globo estreou *Lá na Minha Terra*, novela das seis escritas por Mario Teixeira, ambientada — pasme — em 2026. Nos primeiros capítulos, uma personagem transporta água em cabaça, outra toma banho em chuveiro improvisado do lado de fora de casa e um homem migra para São Paulo na carroceria de um caminhão pau de arara. Tudo isso enquanto São Paulo, no mesmo folhetim, aparece com prédios, empresas e gente que sabe o que é fisioterapia.

O detalhe é que a cena do pau de arara se passa em 2011. Mas a novela é de 2026. E é justamente essa mistura de calendários — um Nordeste parado em algum lugar entre o século XX e a imaginação de quem nunca precisou esperar ônibus na Paraíba — que reacendeu a mais previsível das polêmicas: a representação caricata, ridicularizada e, em alguns momentos, abertamente xenófoba da região.

A cena que mais doeu veio no segundo capítulo. A vilã Ismália, interpretada por Camila Morgado, dispara contra o marido: "O Sertão não vai mudar nunca, Cesário. Você sabe disso, todos os nordestinos sabem. Por isso, se mudam para cá, para o Sudeste, que é uma região decente". Em seguida, o personagem comenta que "o Nordeste precisa de água potável cada vez mais", e ela gargalha ao ouvir o nome de uma *startup* de purificação de água chamada "Mar do Sertão". A Globo, percebendo o tamanho do problema, simplesmente omitiu essa cena das redes sociais. Publicou um *gif* da vilã comendo um morango, mas escondeu o diálogo.

A pergunta que não quer calar: por que, diante de tantos avanços, a teledramaturgia insiste em congelar o Nordeste em um retrato de miséria e atraso? A jornalista paraibana Adriana Bezerra resumiu bem: "A gente não tem visto mais criança morrer de fome, as pessoas andando léguas atrás de um pote de água. Isso não é mais parte da nossa realidade". Ela lembrou que a Paraíba tem crescido acima da média nacional e que estudantes nordestinos figuram entre as melhores médias do Enem. Não se trata de negar a existência da seca ou da pobreza — elas existem, e ignorá-las seria outra forma de mentira. Trata-se de recusar a ideia de que só isso existe e de que só isso merece ser contado.

O cineasta Kleber Mendonça Filho, pernambucano, foi cirúrgico ao chamar a produção de "*rage bait*" — conteúdo feito para provocar indignação e gerar engajamento. Em resposta a um internauta que perguntou se a Globo ainda acha que o Nordeste parou em 1940, Kleber postou a foto de um avião em um aeroporto com a legenda "Nordeste agora". A ironia é amarga: enquanto a novela exibe cabaças, os aeroportos de Recife, Fortaleza e Salvador movimentam milhões de passageiros por ano. Enquanto personagens não sabem o que é fisioterapia, hospitais universitários nordestinos formam médicos que atendem todo o país.

A atriz Dira Paes, protagonista da trama, defendeu a abordagem. Disse que "esse Sertão existe" e que não devemos "virar as costas para ele". Ela tem razão em parte: a seca ainda mata, a desigualdade ainda machuca. Mas há uma diferença fundamental entre retratar a dor com dignidade e transformá-la em espetáculo de caricatura — entre mostrar uma família que enfrenta a escassez com criatividade e mostrar uma região inteira como se nunca tivesse visto um celular, um computador ou uma universidade.

O problema não é mostrar o Sertão. É mostrá-lo como se o Brasil inteiro fosse São Paulo e o Nordeste fosse um país à parte, exótico e atrasado. É usar o sotaque como piada, a religiosidade como folclore, a pobreza como identidade. A jornalista Rachel Sheherazade, paraibana, chamou de "festival de ignorância, racismo regional e xenofobia de brasileiros contra brasileiros". E ela tem razão: xenofobia não é só o medo do estrangeiro. É também o desprezo pelo conterrâneo que fala diferente, que vive diferente, que resiste diferente.

A Globo já revisa capítulos gravados e alterou diálogos. É um começo. Mas o problema é mais fundo do que uma fala mal colocada. É estrutural. Enquanto a teledramaturgia tratar o Nordeste como cenário de época e não como território contemporâneo, a cabaça continuará aparecendo onde deveria haver torneira, e o pau de arara continuará rodando onde deveria haver rodovia. O Nordeste é muito mais do que seca e pobreza. É cultura, é tecnologia, é universidade, é música, é literatura, é gente que ri e chora e trabalha e vota e consome e produz. É hora de a ficção virar a página do calendário. 2026 já começou. Para todo mundo.

Colunista colaborador

João Medeiros Filho

Médico pediatra

“É extremamente gratificante acompanhar o desenvolvimento de uma criança”

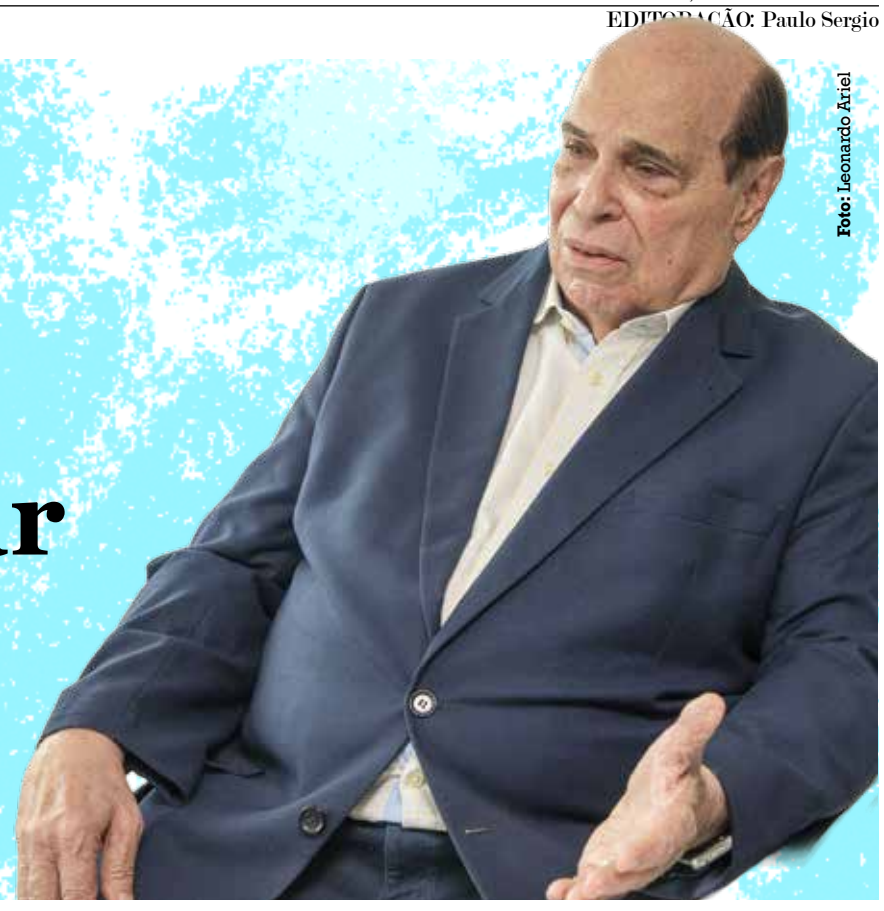


Foto: Leonardo Ariel

Nesta entrevista, doutor João fala sobre a influência do pai e os desafios enfrentados ao longo de 54 anos dedicados à Medicina

Priscila Perez
priscilaperezcomunicacao@gmail.com

Depois de uma aula de Medicina, um estudante aproximou-se de João Medeiros Filho com um pedido que emocionou o professor: “Por favor, não deixe de ensinar”. Hoje, aos 77 anos, o pediatra tem boas razões para se orgulhar do caminho percorrido. São 54 anos de profissão, entre consultas, partos, aulas e cargos de liderança em instituições médicas. Embora já tenha deixado as salas de parto e o acompanhamento hospitalar, ele não pensa em parar.

Essa dedicação, certamente, vem de casa. Seu pai, João Toscano Gonçalves de Medeiros, também foi pediatra e ajudou a fundar a Faculdade de Medicina da Paraíba (FMPB). Mas foi, sobretudo, o cuidado com as crianças carentes que marcou o filho. “Ele foi uma pessoa que me inspirou muito. Tínhamos uma relação de muito respeito e proximidade”, recorda.

Seguindo os passos do pai, o doutor João foi um dos pioneiros da Neonatologia na Paraíba, formou gerações de médicos e ficou à frente do Conselho Regional de Medicina (CRM-PB) durante 10 anos, além de presidir a Academia Paraibana de Medicina (Apmed). Não por acaso, em 2022, recebeu a Medalha Cidade de João Pessoa e, em agosto deste ano, foi homenageado pela Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB) com a Medalha Epitácio Pessoa. Nesta entrevista, fala das conquistas, do seu gosto pela escrita, dos desafios da profissão e do que, mesmo após tantos anos de carreira, ainda o encanta na Pediatria.

A entrevista

■ *Você nasceu e cresceu em João Pessoa, em uma família ligada à Medicina. Que lembranças guarda da infância e da relação com seu pai?*

Pois é, nasci e me criei no bairro de Tambiá, onde atualmente é o *shopping*. Tive uma infância muito tranquila. Fui praticamente filho único, com apenas um irmão 15 anos mais velho que eu. Geralmente, eu ia a pé para o colégio, que ficava a 12 quarteirões da minha casa. Minha família era muito atenciosa. E, naturalmente, eu me espelhei muito no meu pai. Acompanhei, de perto, sua trajetória como pediatra e, principalmente, sua dedicação às criancinhas, inclusive as mais pobres. Durante mais de 20 anos, ele manteve seu consultório na Rua Maciel Pinheiro, mesmo depois de se mudar para a Praça 1817. Seu antigo consultório continuou funcionando para atender a população carente. E ele pagava aluguel. Tem até um episódio que conto em um dos meus livros. Certo dia, ele estava no consultório e o atendente entrou meio nervoso, dizendo que havia um cidadão mal-encarado querendo falar com ele. E o cidadão explicou que, embora meu pai não o conhecesse, sempre atendia seus filhos. Foi aí que meu pai perguntou se havia algum problema, e ele respondeu: “Não, eles estão ótimos. Apenas acabei de sair do presídio e, antes de ir para casa, vim aqui agradecer ao senhor pela sua dedicação”. Então, realmente, ele me inspirou muito. Vale dizer que ele também foi meu professor, um dos fundadores da Faculdade de Medicina, professor catedrático de Pediatria, além de reitor da universidade, na época em que era estadual. No ano em que se aposentou, fui aluno dele. Nossa relação era de muita proximidade e respeito.

■ *Você acompanhou a época em que muitos brasileiros não tinham acesso a médicos. Como avalia o Sistema Único de Saúde (SUS) e os desafios que o sistema enfrenta?*

O SUS é um projeto extraordinário. Inclusive, é pioneiro no mundo inteiro. Mesmo países muito avançados não têm um sistema similar. Antes da Constituição de 1988, quando foi criado o SUS, com a universalidade do atendimento, quem não tinha carteira assinada era considerado indigente. Ficava à mercê das Santas Casas e das pessoas de bom coração. Meu pai atendia aquelas pessoas, porque não tinham para onde ir. Hoje, qualquer cidadão tem direito ao atendimento. É universal. Entretanto, embora o sistema tenha uma filosofia fantástica, ele ainda apresenta suas deficiências — a começar pelo próprio gerenciamento, falta de recursos, unidades mal aparelhadas, longas filas, enfim. Só que, ao mesmo tempo, ele nos garante acesso a uma ampla rede de atendimento e a medicamentos de uso contínuo e de alta complexidade. E tudo isso não existia antes. Então, houve um avanço extraordinário, mas precisamos melhorar muito.

■ *Apesar da influência do seu pai, você pensou em seguir outra especialidade?*

É claro que me espelhei no exemplo dele, de médico e pediatra, mas, até o quinto ano de Medicina, a minha ideia era fazer cirurgia. Tinha algumas dúvidas. Meu irmão é urologista e eu o acompanhava. Quando comecei, fiz Cirurgia Geral e tinha a ideia de, eventualmente, fazer Cirurgia Pediátrica. Até adquiri uma boa formação na área, que me ajuda até hoje — não para operar em si, mas para tomar decisões. A virada de chave ocorreu quando fiz um internato nos Estados Unidos, no hospital Saint-Francis, em Hartford. Naquela época, frequentei muitas enfermarias de Pediatria e, realmente, aquilo foi um empurrão. Voltei com a cabeça feita. Mas, desde novo, eu já tinha intenção de ser médico.

■ *Depois de tantos anos cuidando de crianças, que histórias mais o marcaram?*

Dizem que a Pediatria é complicada, porque “criança não fala”. Então, o médico depende muito dos familiares e de todo um contexto que precisa explorar. E ele precisa ter sensibilidade e bom senso. Ao mesmo tempo, é extremamente gratificante acompanhar o desenvolvimento de uma criança. Sua capacidade de recuperação também é muito boa. Tenho vários casos, nesses mais de 50 anos, de crianças em situações delicadas que, hoje, estão muito bem. Lembro do filho de uma colega que passou por tanta coisa, chegou a ir para a UTI [Unidade de Terapia Intensiva], saiu e, depois, voltou. Eu cheguei a me perguntar se valia a pena aquele menino passar por tudo aquilo. E não é que, hoje, ele é médico. Superou tudo. A Pediatria tem dessas surpresas. É claro que também existe aquele desafio em que você percebe que sua capacidade se esgotou. E aí é só Deus. Uma das coisas mais difíceis é informar, em um caso gravíssimo, que as possibilidades são muito pequenas. Mas eu aprendi que devemos deixar uma janela aberta. Vamos continuar e lutar. Felizmente, situações assim são exceções no dia a dia. A regra é aquela criança bonita, sadia e alegre.

■ *Você ajudou a implantar uma das primeiras UTIs neonatais do Nordeste. Como foi esse começo e o que mais mudou no cuidado com os recém-nascidos?*

As maternidades eram muito mal aparelhadas naquela época. Eu fiquei no Rio de Janeiro por dois anos, de 1973 a 1974, e, depois, fui para São Paulo, onde permaneci até o final de 1979. Fiz mestrado e doutorado em Saúde da Criança e do Adolescente na Universidade de São Paulo (USP). Lembro que estava de férias aqui e fui chamado para atender o neto de um professor meu. Quando cheguei à maternidade, fui olhar a unidade de recepção do recém-nascido e a enfermeira veio com uma bandeja, um pano esterilizado, um estetoscópio e uma “perazinha” para aspirar o bebê. E aí fiquei em pânico. Embora fosse uma gestação de baixo risco, pensei: “E se esse bebê precisar de alguma medida especial, o que vou fazer?”. Felizmente, correu tudo bem. Mas, quando voltei de vez para cá, trouxe um *kit* completo. Era uma mala com aspirador, sondas, laringoscópio para intubação, entre outros equipamentos, que eu levava para todo canto. Depois disso, as maternidades começaram a se aparelhar, tanto que, hoje, estão muito bem montadas. Aliás, quando voltei, fui convidado a ajudar na implantação de uma UTI neonatal. Lembro que fui com colegas comprar os equipamentos, inclusive um respirador que era o mais moderno da época. Seguramente foi o primeiro a chegar à Paraíba e um dos primeiros no Nordeste. Não à toa, houve um avanço extraordinário na sobrevivência dos prematuros. Antigamente, a viabilidade era considerada a partir de 28 semanas. Hoje, temos crianças com muito menos tempo de gestação sobrevivendo. Já tive uma paciente que nasceu com 480 gramas e que, em dezembro, vai fazer 12 anos.

■ *Apesar dos avanços da Medicina, a vacinação infantil ainda enfrenta resistência de algumas famílias. Como vê esse cenário?*

Isso é lamentável, porque a vacina trouxe uma contribuição extraordinária. Quando me formei, o calendário de vacinação, não só no Brasil, mas no mundo todo, era muito restrito. Tínhamos as vacinas da poliomielite, difteria, coqueluche, BCG e sarampo. Basicamente isso. E, hoje, a gama é muito maior. Graças à vacinação sistemática, conseguimos controlar doenças que, antes, provocavam muitas mortes. O sarampo, por exemplo, embora ainda ocorram surtos, passou a ser controlado pela vacinação. Sinceramente, essa postura de resistência é extremamente nociva. Os pais precisam se conscientizar. Um exemplo disso é a poliomielite. Na década de 1980, a incidência era mais baixa, porque a vacina oral já tinha sido introduzida. Mas, antes, era uma epidemia no mundo todo. Mesmo em 1980, tínhamos cerca de mil casos no Brasil. Imagine as sequelas e os óbitos por conta da doença. Agora, graças à introdução da vacina e às campanhas de vacinação, conseguimos praticamente erradicar a doença. Para se ter ideia, o último caso de poliomielite registrado no país ocorreu em Sousa, em 1989. Já em 1994, o país recebeu o certificado de eliminação da doença. Por isso, acredito que precisamos divulgar mais, fazer mais campanhas e conscientizar os pais.

■ *Você presidiu o CRM-PB durante quase 10 anos. Qual é o papel do Conselho e quais foram as decisões mais difíceis que enfrentou?*

O Conselho tem um papel fundamental. Basicamente, há três atribuições principais: o registro profissional, a fiscalização e a atividade judicante. Antes dos Conselhos de Medicina, que foram criados por uma lei federal, de 1957, os médicos se registravam nas secretarias de Saúde. Então, foi uma mudança importante. Também cabe ao Conselho fiscalizar a atividade médica. Precisamos ver se as condições de trabalho são adequadas, no sentido de garantir a segurança do atendimento ao paciente. Na Paraíba, as unidades são fiscalizadas não só de forma rotineira, mas, também, atendendo a denúncias — tanto do Ministério Público quanto da própria população. E temos a atividade judicante, que é mais dolorosa. Julgar um colega é algo doloroso, mas, infelizmente, necessário. Existem maus profissionais em todas as áreas, e a Medicina precisa zelar pelo exercício ético da profissão. Além disso, o CRM tem atuado em favor da assistência médica de qualidade para todos e trabalhado para oferecer um Programa de Educação Médica Continuada, com muitos cursos. Já quanto aos desafios, nós passamos por muitos. Eu me lembro de um hospital, em uma cidade de médio porte do interior, cuja UTI não tinha médico de plantão. O paciente estava no respirador, sem médico. Então, fomos forçados a fazer uma interdição setorial. Mas qualquer interdição representa uma responsabilidade muito grande. Imagine que, mesmo funcionando precariamente, aquele hospital é melhor do que nada. Mas, ao mesmo tempo, era impossível ter uma UTI funcionando daquela maneira. Normalmente, antes de interditar, a equipe faz a avaliação da unidade, identifica as deficiências, elabora o relatório e encaminha ao diretor técnico, pedindo as providências. Damos de 60 a 90 dias, dependendo da situação. Para paralisar, é preciso considerar todo o impacto que aquela medida causa. E outra coisa: o conselho não fecha hospital. Ele determina uma interdição ética, proibindo os médicos de trabalharem.

■ *Após ser homenageado com as medalhas Cidade de João Pessoa e Epitácio Pessoa, qual é o sentimento que fica?*

Recebo com muita satisfação, honra e, eu diria até, com uma certa emoção. Porque, sem falsa modéstia, é um reconhecimento pelo trabalho que tenho desenvolvido nesses 54 anos. Eu digo sempre que continuo atendendo. E vou continuar até quando o Criador permitir. Eu me aposentei da Universidade Federal da Paraíba como professor, quando assumi a presidência do CRM-PB, porque ficava muito difícil conciliar. Mas continuo ensinando na Famene. Para mim, a atividade docente é muito gratificante. E a gente precisa manter os neurônios ocupados. É claro que, hoje, minha rotina é mais limitada. Não acompanho mais paciente no hospital e, não faço mais sala de parto. É muito desgastante e você fica muito preso. Então, fico no consultório e na faculdade. Também acho muito salutar a leitura. Faço parte da Academia Paraibana de Medicina, que já presidi, e do Instituto de Genealogia e Heráldica. Temos reuniões mensais e uma revista, para a qual eu também escrevo. Olhando para o futuro, espero continuar ajudando por mais alguns bons anos.

■ *Além da Medicina, sua relação com a escrita é bastante forte, tanto que já publicou vários livros. Ainda pretende escrever mais?*

Sempre li bastante e gosto muito de escrever. Já publiquei algumas obras, como *Neonatologia — Guia Prático*, que é mais didático, e *História da Academia Paraibana de Medicina*, em que registrei os 40 anos da instituição, desde sua fundação. Também escrevi *Crônicas e reminiscências*, que reúne alguns textos produzidos por mim, inclusive durante a pandemia. Na época, escrevi bastante, até sobre a vacinação. Tenho ainda *Nos tempos do Pio XII*, colégio onde estudei, e *João Pessoa, meu sublime torrão*. Gostei demais desse livro. Além deles, escrevi muitos artigos para *blogs* e jornais. Se contar tudo, são sete ou oito obras. E pretendo escrever mais. Estou à espera de inspiração. Recentemente, prefaciei um livro de um grande amigo de infância, *Contos dos cantos*, que reúne histórias das suas viagens pelo mundo. O lançamento está previsto para dezembro. Então, estou sempre envolvido com alguma coisa. E pretendo continuar assim.

INSEGURANÇA

Placas vandalizadas afetam o trânsito

Objetos danificados comprometem a orientação de motoristas e pedestres; cenário indigna moradores

Marisa Rocha
contato.marisarocha@gmail.com



Fotos: Evandro Pereira

Na capital paraibana, é comum encontrar placas com pichações, cobertas com adesivos e até mesmo amassadas, aparentemente após tentativas de retirá-las do seu local original

Embora muitas vezes sejam tratadas como frutos de atos isolados de vandalismo, placas de trânsito com pichações, rabiscos e estruturas quebradas podem ter consequências que vão além do prejuízo à aparência das ruas. Isso porque elas comprometem a orientação de motoristas e pedestres e, consequentemente, a segurança no tráfego.

Em diferentes pontos de João Pessoa, é possível encontrar equipamentos danificados, com inscrições que encobrem as informações originais, estruturas amassadas e placas aparentemente atingidas por tentativas de arrancá-las do local de instalação. Também há adesivos de diferentes teores colados sobre a sinalização, o que afeta a identificação das mensagens e a função para a qual a ferramenta foi instalada.

Na Praça Antenor Navarro, no Centro Histórico da capital, o comerciante José de Almeida relata que a situação é motivo de reclamação constante entre pessoas que trabalham e circulam pela região. "Eu acho um absurdo. Aonde você vai, as placas estão quebradas, estão faltando uma parte", reclama. Para José, a deterioração desses equipamentos pode trazer consequências para o trânsito, principalmente quando as informações deixam de ser compreendidas pelos condutores.

> **A gente sabe da necessidade de manter a cidade limpa e de que ela seja usada por todas as pessoas em condições sociais dignas**
>
> Douglas Fernandes

A preocupação com a segurança também é destacada por Douglas Ernesto Fernandes, turista natural do Rio de Janeiro em visita à capital paraibana pela primeira vez. Para ele, a depredação compromete não apenas a função das placas, mas a qualidade dos espaços compartilhados pela população e pelos visitantes. "A gente sabe da necessidade de manter a cidade limpa e de que ela seja usada por todas as pessoas em condições sociais dignas. Essas atitudes comprometem até mesmo o bem-estar visual e físico, [impedindo] que a sinalização realmente comunique aquilo para o que foi criada para fazer", avalia.

Na Avenida Vasco da Gama, no bairro de Jaguaribe, não é difícil encontrar placas de sinalização pichadas, amassadas ou com outros tipos de danos. Uma moradora, que passa pela área com frequência e preferiu não se identificar, chama atenção para os prejuízos causados pela depredação desses equipamentos. "É um custo para o município também, porque, quando quebra, tem que colocar outra", comenta.

Além dos gastos, ela observa que placas muito riscadas ou pichadas podem dificultar a compreensão das orientações, especialmente quando indicam caminhos permitidos ou restrições de circulação. "Quem dirige deve prestar mais atenção, porque, às vezes, até atrapalha. A placa que indica o caminho, se pode entrar ou não [na rua], se estiver muito riscada, atrapalha a visão", afirma, ressaltando que a conservação da sinalização é importante para que as informações continuem acessíveis aos condutores.

Um comerciante que trabalha na mesma avenida conta que, além das placas de trânsito deterioradas, observa pichações em paredes e estruturas públicas em diversos locais da cidade. Para ele, esse tipo de comportamento demonstra falta de respeito com o patrimônio coletivo. "Eu acho que é completamente errado", frisa.

Depredação dos equipamentos pode configurar crime de dano qualificado

Além dos prejuízos à mobilidade e ao patrimônio público, danificar placas de trânsito pode resultar em responsabilização criminal. De acordo com Giordana Coutinho, advogada e presidente da Comissão Especial de Direito de Trânsito, Transporte e Mobilidade da Ordem dos Advogados do Brasil na Paraíba (OAB-PB), a conduta pode configurar crime de dano qualificado, previsto no artigo 163 do Código Penal, quando envolve a destruição, inutilização ou deterioração de um bem público.



Foto: Rep./Facebook @giordana.meiradebrito

> **A placa integra o mobiliário urbano, e a lei [sobre pichações] alcança equipamentos públicos urbanos**
>
> Giordana Coutinho

A legislação estabelece, nesses casos, pena de detenção de seis meses a três anos e multa. A advogada também aponta a possibilidade de discussão sobre o enquadramento no artigo 65 da Lei de Crimes Ambientais — a Lei Federal nº 9.605/1998 —, que trata da pichação e outras formas de degeneração de edificações e monumentos urbanos. "A placa de sinalização integra o mobiliário urbano, e há entendimento de que o dispositivo [a lei] alcança equipamentos públicos urbanos", explica. Entretanto, Giordana ressalta que a aplicação dessa norma a placas de trânsito depende da análise do caso concreto.

No âmbito do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), o artigo 80 determina que os sinais sejam instalados em posição e condições que permitam sua visualização durante o dia e a noite. Já o artigo 82 proíbe a colocação de publicidade, inscrições, legendas e símbolos sem relação com a mensagem da sinalização sobre as placas e seus suportes.

O artigo 90 do CTB também estabelece que não devem ser aplicadas penalidades por desrespeito à sinalização quando ela for insuficiente ou incorreta. Conforme a advogada, uma placa ilegível ou comprometida pode fundamentar a contestação de uma multa, mas isso não significa que a autuação seja anulada automaticamente. "O ônus de impugnar é do autuado [motorista ou condutor], mas a defesa tem base técnica sólida", reforça.

Se cometidos por adolescentes, atos geram responsabilização dos pais

As imagens de câmeras de segurança públicas ou privadas também podem contribuir para a identificação de pessoas envolvidas na depredação. Conforme explica a advogada, as gravações são meios de prova admissíveis, mas não significam, isoladamente, que haverá condenação. É necessário que permitam identificar com segurança o responsável e que sejam analisadas em conjunto com outros elementos, como testemunhos e perícias, respeitando os procedimentos legais de preservação das imagens.

Quando a depredação é praticada por indivíduos menores de idade, a responsabilização ocorre de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e não pelas regras penais aplicadas aos adultos. Pessoas de 12 a 18 anos incompletos podem responder por ato infracional e estar sujeitas a medidas socioeducativas, entre elas a obrigação de reparar o dano causado ao patrimônio público.

A advogada também explica que os pais ou responsáveis podem responder civilmente pelos prejuízos provocados pelos menores que estejam sob sua autoridade e companhia, conforme os artigos 932 e 933 do Código Civil. Essa responsabilização pode resultar na obrigação de ressarcir os custos decorrentes da depredação, observadas as condições legais.

Dever coletivo

Os dados mais recentes divulgados pela Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de João Pessoa (Semob-JP), em abril de 2025, mostram que 1.038 placas de sinalização foram implantadas ou substituídas de janeiro a março daquele ano. O número inclui diferentes tipos de serviços e não corresponde exclusivamente a equipamentos danificados por vandalismo. Segundo o órgão, as equipes realizam diariamente a manutenção de placas deterioradas, quebradas, apagadas, vandalizadas ou furtadas.

A autarquia também informou que, no mesmo período, cerca de 150 placas passaram por recuperação na sede do órgão. O procedimento envolve reparação de danos e reposição de adesivos desgastados, permitindo prolongar a vida útil dos equipamentos e reduzir despesas com substituições.

A população também pode contribuir para a conservação da sinalização viária, comunicando aos órgãos responsáveis a existência de placas quebradas, danificadas, apagadas ou com a mensagem comprometida. Em João Pessoa, solicitações de substituição de placas e revitalização da sinalização horizontal podem ser feitas pelo aplicativo João Pessoa na Palma da Mão ou pelo *site* da autarquia (portal.semobjp.pb.gov.br).

A reportagem de **A União** entrou em contato com a administração da Semob-JP para obter dados atualizados sobre a substituição de placas de trânsito alvo de vandalismo e os custos da gestão municipal com a operação, mas não obteve respostas até o fechamento desta edição.

MEDICAMENTOS GENÉRICOS

PB é destaque nacional no consumo

Remédios já são utilizados para tratar 90% das doenças conhecidas, tornando-se atrativos pelo preço mais baixo

Emerson da Cunha
emerson.auniao@gmail.com



Fotos: Carla Miranda

Produtos genéricos representaram 30,82% dos medicamentos vendidos no estado em 2025; índice de participação no mercado é o quarto maior do país

Do total arrecadado com vendas em medicamentos na Paraíba no ano de 2025, 30,82% vieram da compra dos chamados "genéricos", de acordo com dados da Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos e Biossimilares (ProGenéricos). Com o número, a Paraíba foi o quarto estado do país com a maior porcentagem de contribuição da categoria, em termos de participação no mercado farmacêutico. Ainda segundo a associação, houve um aumento de 0,97% na proporção de consumo em relação ao ano de 2024, quando esse tipo de produto representou 29,84% de todos os remédios comercializados.

Os genéricos também performam um amplo alcance: 90% das doenças conhecidas já possuem tratamento via medicamentos genéricos. No período de 2020 a 2025, foram comercializadas mais de 11 bilhões de unidades de genéricos, com a perspectiva do setor de que até 2030 sejam vendidas mais 14 bilhões, totalizando mais de 25 bilhões de caixas ao longo da década. A diferença de preço a partir de 35%, conforme especificado na Lei dos Genéricos, de 1999, é um dos principais atrativos para toda uma população que busca economizar na compra dos medicamentos.

Fátima Souza mora no bairro Ernani Sátiro, na Zona Sul da capital, e conversou com a reportagem quando saía da farmácia na rua principal carregando um remédio genérico. Era uma cartela de dipirona, remédio analgésico e antitérmico. "Eu geralmente compro genérico, porque o original é muito caro", afirmou Fátima. Embora ela prefira os genéricos, demonstra ter um pé atrás sobre a eficácia. "Não é que nem o original; às vezes, a pessoa toma, mas não dá efeito. A gente vai no médico e o médico diz: 'Compre o original', mas, às vezes, é caro. Aí existe aquele [medicamento] que combate um pouco e a gente tem que comprar", relatou.

> Associação estima que, em toda esta década, sejam vendidas mais de 25 bilhões de caixas dos genéricos no Brasil

No dia, ela estava tomando um anti-inflamatório — nesse, porém, ela confiava. "Eu compro até o anti-inflamatório genérico, porque, às vezes, eu não encontro o original. Mas o genérico também é bom", comentou. Do mesmo estabelecimento, saía Joselita Nascimento, que também havia comprado um remédio genérico. Ela, ao contrário de Fátima, acredita na eficácia. "Eu sempre compro mais o genérico por causa do preço. Confio, geralmente é a mesma fórmula e é mais barato. Sempre dá certo também", garantiu.

Na farmácia na qual trabalha o farmacêutico Leonardo Silva, a mesma frequentada por Fátima e Joselita, os principais genéricos vendidos são o nimesulida e a losartana. "A gente tem uma procura bastante grande por essa linha anti-hipertensiva. Mas, além desses, a gente consegue ver também dipirona, paracetamol, os analgésicos já bem conhecidos para as pessoas. Outro também é a simeticona, que é bem baratinho", aponta. Segundo ele, os medicamentos genéricos são responsáveis por 70% a 80% do faturamento na farmácia.

Produtos devem comprovar a mesma eficácia que os fármacos de referência

A dúvida sobre a eficácia dos remédios genéricos, como demonstrou Fátima, é um dos mitos que permeiam o imaginário sobre essa classe de medicamentos. "O genérico tem que ter a mesma biodisponibilidade e equivalência [que o remédio de referência]. O que é isso? É a fração com que essa substância consegue atingir a corrente sanguínea no mesmo tempo e com mesma eficácia", explica Leonardo.

"Hoje, quem tem dúvida de fazer uso de medicamentos genéricos não precisa mais tê-la, porque o genérico tem que passar pelos mesmos testes de confiabilidade e biosseguranças. Quando a gente fala no genérico, ele é uma cópia 100% perfeita e eficaz. Tanto que, se não passar nos mesmos testes da Anvisa [Agência Nacional de Vigilância Sanitária], ele não consegue ser liberado para comercialização", destaca o farmacêutico.



O genérico é uma cópia 100% perfeita e eficaz. Tanto que, se não passar nos mesmos testes da Anvisa, não consegue ser liberado para comercialização

Leonardo Silva

"O medicamento tem que ter pelo menos 98% de teor de principal ativo para poder ser considerado genérico. Isso é o que o torna confiável, porque ele passa pelos mesmos testes do medicamento de referência", explica Elaine Araruna, também farmacêutica e pós-doutora em Ciências Farmacêuticas.

Outro mito em torno desses produtos é que o preço baixo viria justamente da falta ou da menor qualidade dos medicamentos genéricos, o que também não é verdade. De acordo com a legislação, os genéricos devem ter a partir de 35% de redução do valor em relação aos medicamentos de referência. "O genérico pega a fórmula, a receita do bolo pronta e produz. O fabricante produz com custo zero, porque não houve todo o investimento de pesquisa em matéria-prima", reforça Leonardo. Além disso, o fabricante do genérico geralmente não tem o custo de propaganda e comunicação que as produtoras de remédios de referência precisam ter. De acordo com a PróGenéricos, a média de desconto do medicamento genérico é de 70% de diferença quanto aos originais.

Além de trazer a própria diferença nos preços, os genéricos também ajudam a baixar os valores dos remédios de referência. "A indústria vê-se obrigada, por conta da alta concorrência do genérico, a baixar esses preços, até para poder ser meio justa com a concorrência, porque ela vai perder mercado. Se não tentar reduzir um pouco o preço desses produtos, o fabricante vai perdendo mercado a cada dia que passa, já que o cliente tem uma opção bem mais barata do que o produto dele", analisa Silva.

E por que não são todos os medicamentos que têm genéricos? A farmacêutica Elaine explana que há um tempo de patente para os novos medicamentos, durante o qual não podem ser feitas cópias. "Somente depois que a patente expira, é que se podem produzir tanto os medicamentos similares como os medicamentos genéricos", finaliza Araruna.

Procura é maior por analgésicos e itens para tratar pressão arterial

Somente no ano de 2025, foram comercializadas mais de 2,3 bilhões de unidades de genéricos em todo o Brasil, segundo levantamento da ProGenéricos. O volume representa crescimento de 8,33% em relação a 2024, consolidando a trajetória de expansão da categoria. Hoje em dia, o Brasil ocupa a posição do sétimo maior mercado farmacêutico global e o maior da América Latina.

Dentre os medicamentos que se destacaram no volume de consumo, estão especialmente os ligados a pressão arterial, como losartana, enalapril, anlodipino e atenolol. Mas também há os analgésicos (dipirona), os remédios contra colesterol alto (sinvastatina), anti-inflamatórios (nimesulida), diuréticos (hidroclorotiazida), além dos antiflatulentos (simeticona) e um para disfunção erétil (tadalafila).

"Para os medicamentos mais comuns, geralmente os pacientes chegam pedindo logo o genérico. [Quando têm] alguma queixa sobre dor, sobre pressão e colesterol, por exemplo, ou diabetes, já pedem logo o genérico, mas, se for alguma coisa mais específica, geralmente é o contrário", explica o farmacêutico Arthur Araújo.

Ele observa que a escolha dos consumidores pelos genéricos primeiro se refere ao fato de serem medicamentos mais usuais, conhecidos há mais tempo. "Às vezes, as pessoas compram dipirona sem nem estar com dor, mas para ter em casa e, se eventualmente uma necessidade aparecer, já lança mão [do remédio]. Tem também a losartana, acompanhada de hidroclorotiazida ou de algum outro diurético. Eu diria que a gente poderia trabalhar muito com classe, mas [os medicamentos para] a pressão, a diabetes e o colesterol são os mais procurados", pontua.

Outro aspecto observado pelo farmacêutico é que as próprias receitas já são feitas pelos médicos com a indicação dos principais ativos genéricos. "Eu acho que eles [os medicamentos da lista] são mais procurados não só porque são mais baratos, mas porque os médicos geralmente prescrevem eles mesmo", especula.

Araújo explica, também, que os nomes desses remédios são passados de boca a boca, entre familiares e vizinhos, que podem compartilhar das condições de saúde mais comuns. Arthur dá um exemplo: imagine uma pessoa idosa que conhece outra pessoa idosa na mesma rua e que fala de um medicamento específico para a pressão. "A outra vai no médico e fala: 'Ah, meu vizinho toma tal medicamento para a pressão. Será que eu poderia tomar também?' Então, o médico vai, avalia se a pessoa precisa e aí faz a prescrição", finaliza o especialista.

Saiba Mais

Veja os medicamentos genéricos mais vendidos no país em 2025:

- **1º Losartana**
  180.532.428 unidades
- **2º Dipirona**
  121.666.223 unidades
- **3º Hidroclorotiazida**
  78.937.405 unidades
- **4º Tadalafila**
  75.117.628 unidades
- **5º Nimesulida**
  66.005.683 unidades
- **6º Simeticona**
  55.621.217 unidades
- **7º Enalapril**
  51.388.608 unidades
- **8º Sinvastatina**
  48.239.025 unidades
- **9º Anlodipino**
  43.868.009 unidades
- **10º Atenolol**
  42.228.583 unidades

LETRAMENTO RACIAL

Educação desconstrói preconceitos

Com base na história afro-brasileira, atividades de formação crítica combatem o racismo e questionam desigualdades

Carolina Oliveira
marquesdeoliveira.carolina@gmail.com



Foto: Divulgação/Centro João Balula

Sediado na capital, o Centro João Balula promove encontros em comunidades e instituições nas diferentes regiões do estado

Resposta às consequências estruturais dos processos de colonização e escravização que marcam a história brasileira, o letramento racial posiciona-se, por meio do aprendizado crítico, como uma medida com potencial transformador no enfrentamento do racismo. Como aponta Thiago Brandão, professor de História do programa Se Liga no Enem Paraíba e membro do Núcleo de Estudos Afrobrasileiro e Indígena (Neabi) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o letramento racial é um processo de "alfabetização" das relações raciais.

"Leva-nos a pensar criticamente, identificar e combater o racismo nas relações sociais e institucionais. É uma ferramenta de questionamento das desigualdades e, também, de atitude e comprometimento com a construção de uma sociedade que entende as questões raciais de maneira justa", explica.

O entendimento crítico do devir histórico do Brasil descortina uma sociedade que segue lidando com a herança de ter passado mais de 300 anos sob um regime escravista. As consequências e os resquícios dessa herança são multifatoriais e persistem com diferentes roupagens: estereótipos, imagens, ideias pré-concebidas, marcas na linguagem e uma realidade desigual quando os assuntos são acesso e oportunidade. Nesse sentido, uma formação que capacite cada pessoa para interpretar criticamente o contexto brasileiro, reconhecendo o racismo e como ele se manifesta e impacta a vida da população negra em diferentes níveis, é a ideia central do letramento racial — conceito inserido no campo da educação antirracista.

"Trata-se de uma aprendizagem, tanto do ponto de vista do conhecimento histórico quanto da nossa própria capacidade de entender as situações de discriminação. A gente entende o racismo nos seus níveis subjetivo, pessoal, institucional e estrutural. Então, o processo de letramento racial é muito importante na formação da população como um todo", afirma Thiago.

Como destaca o professor, desde 2003, a Lei nº 10.639 estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana nas escolas. "Toda uma geração concebeu uma consciência histórica muito limitada da participação da população negra, e já não podemos mais olhar para a história do Brasil como se essa participação estivesse apenas no regime escravista, colonial e imperial", avalia Thiago. "Temos que buscar e utilizar um conhecimento histórico mais amplo e fidedigno, passando a entender as contribuições e o legado cultural de figuras históricas e, com isso, valorizar a cultura africana e a cultura indígena como parte da sociedade e da identidade do Brasil".



Foto: Arquivo pessoal

Trata-se de uma aprendizagem, tanto do ponto de vista do conhecimento histórico quanto da capacidade de entender as situações de discriminação

Thiago Brandão

Escola ajuda a identificar estigmas na linguagem

O racismo também está na linguagem, em termos e expressões coloquiais que podem passar despercebidas para um ouvinte comum, mas sob avaliação mais atenta, revelam preconceitos. Como exemplifica Thiago, quando se usa a palavra "escravizado" para lembrar da história, se quer dizer que alguém foi escravizado, forçadamente, negando-se uma pretensa essência de ser escravo, ao passo que se dá sentido ao processo vivido, sem carregar nuances de teor racista.

Outros exemplos podem ser identificados no vocabulário. "A palavra 'denegrir' já foi muito utilizada de maneira pejorativa e é importante não reutilizá-la, porque sua essência liga o 'tornar negro' a algo negativo, à difamação", aponta o professor.

Em um mundo digitalizado — com as redes sociais potencializando imagens enquanto representações —, *memes* e vídeos, por exemplo, tornam-se formas de comunicação completas, replicando estereótipos e estigmas raciais. "Diante disso, deve-se ter uma leitura crítica da realidade, que advém de uma educação que leva em conta o letramento racial. Esse aprendizado crítico já entrou nos livros didáticos, e a sala de aula deve e pode ajudar nesse sentido", esclarece o professor.

Para Thiago, a escola é um espaço imprescindível para que o cidadão em formação possa identificar as expressões racistas, reconhecer e valorizar — dos pontos de vista artístico, cultural, e intelectual — personalidades negras e indígenas. "Há várias políticas públicas relacionadas à escola e à educação antirracista. Há selos para as escolas que já têm uma prática pedagógica efetiva [nessa área]. Para gerar uma sociedade mais consciente de si, esse letramento precisa ser difundido e ocupar os espaços de debate e de construção de políticas. A legislação e as instituições também têm o seu papel, para que a gente possa ter uma sociedade mais equânime", conclui.

■ Professor aponta que, analisados criticamente, termos como "escravo" e "denegrir" revelam teor racista

Órgão já capacitou mais de 20 mil pessoas

Na Paraíba, o Centro Estadual de Referência da Igualdade Racial João Balula leva adiante um conjunto de ações relacionadas ao enfrentamento do racismo. Desde 2022, as atividades do espaço — sediado em João Pessoa e vinculado à Secretaria de Estado da Mulher e Diversidade Humana (Semdh) — já atingiram mais de 20 mil pessoas em 40 municípios. O último balanço totalizou 147 atividades externas — e quase 60 delas dedicadas especificamente ao letramento racial, à educação para as relações étnico-raciais e à formação antirracista. Em um único ano, mais de 3.500 pessoas foram formadas por essas ações.

O trabalho é desenvolvido em três frentes principais: as escolas, o âmbito estatal e as comunidades. "O letramento racial não é um evento isolado no calendário do Novembro Negro. É uma política pública permanente, que o Centro João Balula estruturou e ampliou, ano a ano", pontua o coordenador-geral da instituição, Antônio Marcos Nascimento Silva, reforçando a relevância do ambiente escolar para essas iniciativas: "É na escola que o racismo se aprende e é nela que ele pode ser desaprendido".

Em Pocinhos, a capacitação para educadores "Caminhos para uma Educação Antirracista" chegou à segunda edição com 163 profissionais. Em Santana dos Garrotes, foram 100 educadores. Já em Princesa Isabel, 410 profissionais da rede municipal de ensino passaram por formações. Para os estudantes, o Centro João Balula vem promovendo rodas de conversa, que já reuniram 400 jovens em Cuité de Mamanguape, 280 em Baía da Traição e 200 na Escola Cidadã Integral Técnica (Ecit) Raul Córdula, em João Pessoa. "Fizemos, ainda, a Gincana Antirracista, com 144 estudantes, e os saraus Balula Presente, que acontecem na nossa sede", complementa Antônio.

Outros públicos

"O racismo institucional é, talvez, o mais difícil de enfrentar, porque se esconde na rotina do serviço público", destaca o coordenador do Centro João Balula. Para lidar com esse desafio, a Semdh criou o programa Entrelace, voltado à formação de servidores públicos sobre raça, gênero, cidadania LGBTQIA+ e direitos humanos. Tendo ultrapassado 20 edições em um único ciclo anual, o programa já alcançou policiais militares em diversas cidades do interior, alunos do curso de formação da Polícia Civil, guardas municipais, servidores do sistema de Justiça e profissionais da assistência social e da saúde.

Comunidades de terreiro, quilombolas, ciganas e indígenas compõem outro público-alvo das atividades formativas do Centro João Balula, com foco em seus direitos e na rede de combate ao racismo e à intolerância religiosa. "Esse trabalho também é letramento. É formar grupos historicamente e socialmente vulneráveis e, coletivamente, desenvolver ferramentas para identificar a violência que sofrem e saber onde buscar reparação", explica Antônio.

Na avaliação dele, aliás, o impacto desses esforços também se reflete na atuação da assistência jurídica prestada pela instituição. Só no último ano, o Centro João Balula acompanhou 49 casos envolvendo racismo, injúria racial, racismo religioso ou xenofobia e registrou 69 encaminhamentos a delegacias, à Defensoria Pública e ao Ministério Público. "Uma sociedade educada racialmente é uma sociedade que denuncia mais, porque deixa de naturalizar o que era tratado como 'brincadeira' ou 'mal-entendido'", argumenta.

Transformação social

O Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão e, depois de 1888, não construiu políticas de integração da população negra. Pelo contrário: produziu o mito da democracia racial — que, por décadas, serviu para negar o próprio problema. "O racismo brasileiro é estrutural, justamente porque opera de forma silenciosa, nas instituições, nas oportunidades e na linguagem. Não se combate o que não se consegue enxergar. O letramento racial é o que permite enxergar", aponta Antônio.

O ordenamento jurídico vem acumulando avanços relevantes nesse contexto: o Estatuto da Igualdade Racial, contido na Lei nº 14.532/2023 — que equiparou a injúria racial ao crime de racismo —, e a Convenção Interamericana contra o Racismo — que foi incorporada com *status* de emenda constitucional. Mas a legislação, sozinha, não muda mentalidades. "É a educação que transforma a norma em prática. Quando um policial, uma professora ou um servidor da saúde passa por uma formação antirracista, muda o atendimento que milhares de pessoas receberão depois. É por isso que tratamos o letramento racial como ferramenta de transformação social, e não como ação pontual", conclui o gestor do Centro João Balula.



Foto: Arquivo pessoal

Uma sociedade educada racialmente é uma sociedade que denuncia mais, porque deixa de naturalizar o que era tratado como 'brincadeira'

Antôno Marcos Silva

CERÂMICA ARTESANAL

Tradição do barro resiste ao tempo

Herdada por gerações, técnica ancestral sobrevive à industrialização, mas enfrenta dificuldades para se manter viva

Carolina Oliveira
marquesdeoliveira@gmail.com



Fotos: Carla Miranda



Segundo especialista, peças como vasos e filtros de barro passaram a ser preteridas diante da oferta de utensílios em ferro e alumínio; itens artesanais ainda podem ser encontrados em algumas lojas

Feitos de cerâmica artesanal, o pote, o vaso e outros objetos tradicionais da cultura popular brasileira, como os fogões e filtros de barro, acompanharam gerações e seguem sendo lembrados pela população, que ainda os encontra em alguns pontos de comércio. Contudo, o barro parece estar se transformando em uma "entidade folclórica", como destaca Djalma Dantas, professor de História e pesquisador do Núcleo de Estudos em História Social da Universidade Regional do Cariri (Urca). "Ele tem um valor cultural, mas só é utilizado esporadicamente e não está mais presente no dia a dia das pessoas".

Conforme o pesquisador, são poucos os processos de produção artesanal de comunidades tradicionais que resistiram ao tempo. As facilidades trazidas pela industrialização estão no centro desse processo. "É muito difícil encontrar nos grandes centros, por exemplo, alguém que cozinhe em panela de barro no seu dia a dia, porque ela não é prática quando comparada àquelas feitas de outros materiais, como ferro ou alumínio — que são mais leves e baratas".

Em algumas comunidades na Paraíba, no entanto, podem-se encontrar grupos que ainda resistem a essas mudanças. "Em Cajazeiras, temos as louceiras de São José, grupo liderado por Dona Lourdes, que mantém essas tradições há mais de 50 anos. Quando começou, Dona Lourdes aprendeu com a mãe, que aprendeu com a avó e, hoje, ela ensina para a filha", conta Djalma, que conduz pesquisas na região.

"A arte do barro está se perdendo nesse processo, diante da praticidade que esse material não consegue mais trazer nos dias atuais", reforça o especialista. Dezenas de famílias já chegaram a atuar na produção e no comércio de objetos de barro em Cajazeiras; hoje, há uma única família remanescente: a de Dona Lourdes. Nas palavras do pesquisador, as louceiras de São José são um "refúgio" dessa produção, mas têm encontrado grandes dificuldades em mantê-la, por causa da escassez de matéria-prima — já que os lugares onde o barro era encontrado vêm sendo transformados em ocupações urbanas e plantações.

Outro exemplo de resistência mencionado pelo historiador é o Quilombo dos Rufinos, em Triunfo. "Eles tentam viver do artesanato, mas com muita dificuldade — também por causa do acesso restrito ao barro. É uma produção que tende, infelizmente, a ser deixada nos tempos atuais", relata o pesquisador, apontando a necessidade de um processo cultural de resistência e de resgate dessa tradição artesanal.

"É preciso um processo de revalorização ou de fortalecimento, para que o barro deixe de ser um instrumento do passado e transforme-se em algo do presente, do cotidiano das pessoas, porque é mais saudável, não carrega produtos químicos nocivos, e estudos comprovam que não são cancerígenos como os produtos industrializados", defende.

> Em Cajazeiras, o grupo das louceiras de São José destaca-se como um "refúgio" da produção local

Memória afetiva atrai público consumidor

Apesar da redução na economia local da feitura de peças confeccionadas a partir do barro, ainda há disponibilidade e demanda de compra por esse tipo de produto, que pode ser encontrado em feiras e mercados no estado. Natural de Conceição do Piancó, Antoniele Ramalho mora em João Pessoa e trabalha como vendedora em uma loja na Avenida Cruz das Armas, ofertando itens considerados "típicos do Sertão", com destaque para os objetos à base de barro e cerâmica. Djalma reconhece: "Culturalmente, o barro ainda está presente e resiste em meio à industrialização. É muito comum encontrar, na Paraíba, restaurantes que se orgulham em dizer que a comida é feita em panela de barro, porque isso traz uma questão de ancestralidade e do que é artesanal, feito com cuidado e afeto".

Entre vasos, tigelas, fogaréis, panelas e peças decorativas, Antoniele conta que, em sua maioria, as mercadorias são resultantes da confecção manual, com exceção de uma marca de filtros de barro, que os produzem em uma fábrica. O público consumidor, de acordo com a vendedora, também é diverso. "Desde pessoas que têm restaurantes e compram fogaréis e panelas de barro, até o cliente que procura um filtro de barro ou algum jarro de plantas para decorar a própria casa. Questionada sobre a motivação de quem busca esses itens, ela opina: "Acho que, para muitas pessoas, é uma coisa que vem da família, de lá atrás".

A própria Antoniele confessa ter voltado à época da infância sertaneja quando começou a trabalhar na loja. "Comi muita comida feita no fogão a lenha. No Sertão, minha avó usava as panelas de barro para cozinhar galinha, feijão… Tenho uma memória afetiva".

> Como aponta pesquisador, muitos restaurantes enfatizam que seus pratos são feitos em panelas de barro

Raízes remontam a comunidades indígenas

Em 1960, o documentário de curta-metragem *Aruanda*, dirigido pelo jornalista, cineasta e professor Linduarte Noronha, mostrou aos espectadores um fragmento histórico: o trabalho feito no Sertão paraibano com a argila retirada do solo — que, transformada por mãos de descendentes de pessoas escravizadas em objetos de barro, convertia-se em fonte de subsistência.

No Brasil, o barro foi amplamente utilizado pelas comunidades indígenas locais, antes da chegada dos colonizadores portugueses e dos povos de origem africana e, consequentemente, dos quilombolas, os quais promoveram, mais tarde, um intenso intercâmbio de técnicas na produção da argila. "Os povos que aqui habitavam já conheciam a arte da cerâmica e a produziam. O barro era uma matéria abundante e, portanto, fazia parte do cotidiano das comunidades. Hoje, é possível encontrar a legitimação desse pensamento nos inúmeros sítios arqueológicos da região", explica Djalma Dantas.

Esses objetos de barro eram feitos a partir da queima por modelagem, geralmente utilizando pigmentação mineral. "Suas características únicas também nos ajudam, hoje, a identificar de quais comunidades indígenas eles eram, tornando-os artefatos culturais de produção de identidade e cultura dos povos originários", complementa o pesquisador.



Foto: Carla Miranda

Cultura ceramista também absorveu influência africana

Na Paraíba, destacam-se os sítios arqueológicos Moconha, em Serra Grande, e Boa Fé, em Cachoeira dos Índios, onde estão cerâmicas características da produção dos povos Tupi. "[Esses achados] trazem um pouco dessa consolidação de que os indígenas não só conheciam, mas tinham toda uma sofisticação na produção das suas peças a partir do barro".

Com a chegada das comunidades negras ao Brasil, as técnicas de produção do barro passaram a ser consolidadas como uma atividade feminina. "A influência africana também trouxe uma arte ainda mais sofisticada, com a utilização do torno [ou roda de oleiro], que torna o processo mais rápido, com um melhor alisamento da peça", detalha o professor.

Arte universal

Além de ter lugar nas identidades socioculturais e laços com as culturas de povos indígenas e de origem africana, o trabalho com o barro é milenar, comum a diversas civilizações e culturas, de formas distintas, sendo objeto de estudo para a História e a Arqueologia. Djalma esclarece que, enquanto matéria-prima, o barro passou a ser mais utilizado a partir do período Paleolítico superior, transformado em utensílios que melhoraram a vida das comunidades humanas. "A historiografia nos apresenta que as primeiras formas de produção do barro foram encontradas, na África e na China, há aproximadamente 30 mil anos", frisa.

"A utilização do barro e da cerâmica é muito comum na humanidade, e a arqueologia nos ajuda a encontrar vestígios de ceramistas ao longo do planeta: no Egito, na Mesopotâmia, na China, no Brasil", continua o especialista. Muito do que se sabe sobre as ocupações dos povos pré-históricos, a propósito, advém do uso do barro para pesquisas e análises que puderam indicar há quanto tempo eles foram elaborados e para quê serviam. "Graças à cultura ceramista, que foi sendo desenvolvida em todo o planeta, compreendemos as mudanças no desenvolvimento cultural da humanidade, em que passamos de ser caçadores e coletores para o processo de sedentarização".

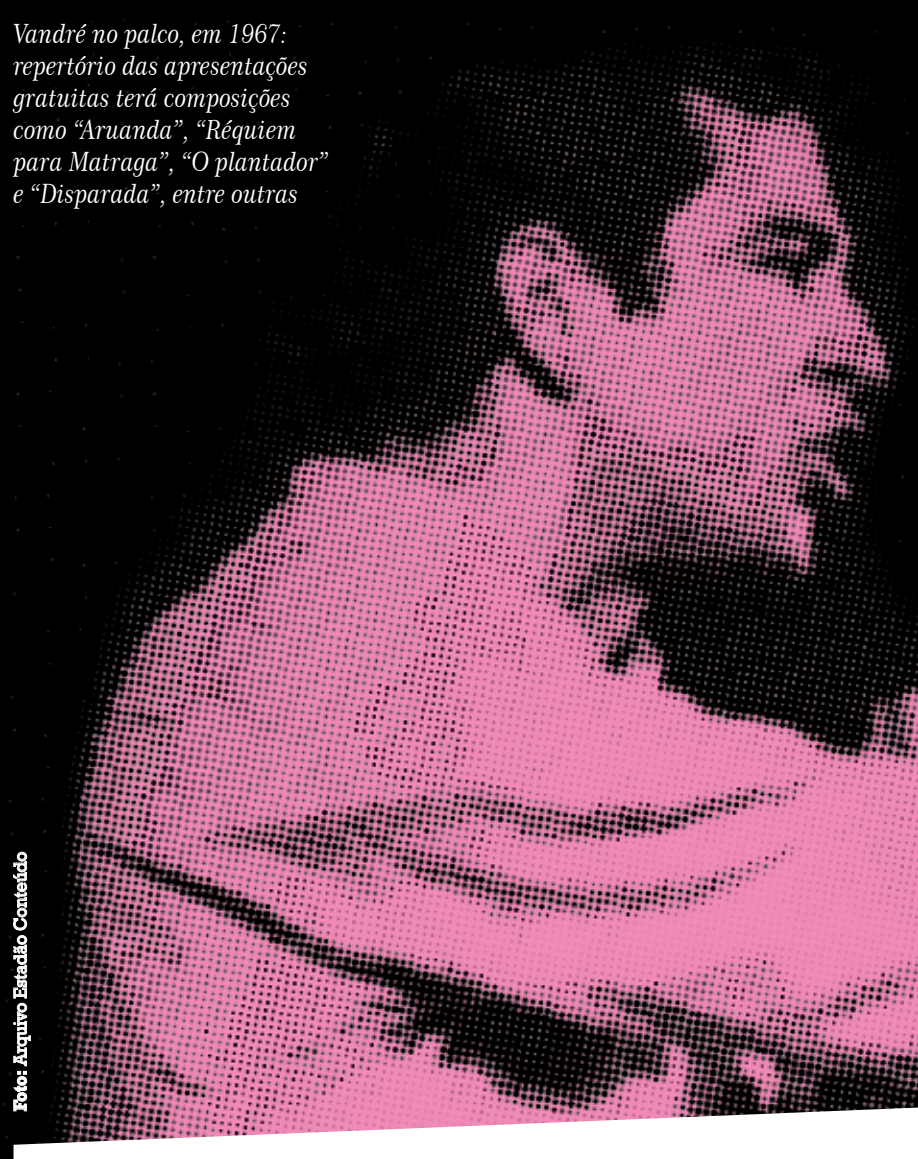


Foto: Arquivo Estadão Conteúdo

Vandré no palco, em 1967: repertório das apresentações gratuitas terá composições como "Aruanda", "Réquiem para Matraga", "O plantador" e "Disparada", entre outras

MÚSICA

Seguindo Vandré nas canções

Hoje e amanhã, na capital, Sinfônica da Paraíba recebe diversos artistas para passear pela obra do renomado cantor e compositor

Daniel Abath
abathjornalista@gmail.com

Como consta em *Vandré: o homem que disse não* (Geração Editorial, 2015), escrito pelo jornalista e pesquisador Jorge Fernando dos Santos, o escritor Millôr Fernandes, certa vez, comparou a canção "Pra não dizer que não falei das flores (Caminhando)" à marselhesa francesa, espécie de "hino nacional perfeito". Em entrevista ao jornal **A União,** no ano passado, Vitor Nuzzi, outro importante estudioso da obra do cantor e compositor pessoense Geraldo Vandré, afirmou que a maioria das pessoas só conheciam o artista pela música supracitada ou por "Disparada" (composta em parceria com Théo de Barros), desmerecendo uma obra feita por dezenas de canções.

Rendendo homenagem a Geraldo Pedrosa de Araújo Dias (o Vandré veio do pai, José Vandregíselo) e provando que seu cancioneiro e seu legado não se resumem a uma ou duas faixas, o Governo da Paraíba, por meio da Secretaria de Estado da Cultura (Secult-PB), promove hoje e amanhã o *Concerto para Vandré*. À frente do evento, que acontecerá no Teatro Paulo Pontes do Espaço Cultural, em João Pessoa, sempre às 20h30, a Orquestra Sinfônica da Paraíba (OSPB) e o Coro Sinfônico da Paraíba (CSPB) passeiam por um repertório de 15 músicas, representantes de diferentes fases da obra do compositor, cada uma delas interpretada por um artista ou grupo paraibano. A entrada é gratuita, mediante retirada de ingressos a partir das 18h30, na bilheteria do local.

O coral interpreta "Aruanda", seguida de "Réquiem para Matraga" (na voz de Adeildo Vieira), "O plantador" (Sandra Belê), "Canção da despedida" (Grazi Vilanueva), "Canção nordestina" (Alquimides Daera), "Porta-estandarte" (Os Fulano), "Pátria amada" (Jorge Ribas e Gitana Pimentel), "Quem quiser encontrar o amor" (Fuba), "Ventania" (Nathalia Bellar), "Fica mal com Deus" (Osmar de Lima Sabiá), "Cantiga brava" (Seu Pereira), "De serra, de terra e de mar" (Quadrilha), "Aroeira" (Anita Vilar) e "Disparada" (Mayana Neiva) — as composições compreendem algumas parcerias entre o homenageado e nomes como Carlos Eduardo Lyra Barbosa — seu primeiro parceiro musical —, Hilton Acioli, Geraldo Azevedo, Fernando José Magalhães Lona, Hermeto Pascoal e Theophilo Augusto de Barros Neto. O fecho acontece com "Pra não dizer que não falei das flores", interpretada por todos os participantes.

"O foco aqui é a homenagem", afirma o secretário de Cultura da Paraíba, Pedro Santos. "Nós queremos reverenciar a história desse grande paraibano, nascido em 12 de setembro de 1935. E a gente não tinha tido ainda uma oportunidade de homenageá-lo a partir da sua obra", completa, lembrando *Música e poesia da capitania de Wanmar*, concerto-recital realizado em março de 2018, na Sala de Concertos Maestro José Siqueira, do Espaço Cultural. "Estamos aproveitando a oportunidade para fazer a captação desse áudio e que, futuramente, poderá se tornar um álbum", aponta o gestor.

Reconexão com a terra

"A minha relação com a cultura paraibana e brasileira, mais densa e mais envolvida, se dá já quando chego aos meus 18 anos, quando compro meu primeiro violão — isso em 1980 —, mas antes eu já vinha flertando com a música brasileira [...], quando eu, em 1979, conheci ou tive um contato mais profundo com a música 'Pra não dizer que não falei das flores'", rememora o cantor e compositor Adeildo Vieira, ao aludir ao disco homônimo que registra as famosas vaias diante da derrota da composição para "Sabiá" (Chico Buarque e Tom Jobim), no Festival Internacional da Canção de 1968. "Os jovens queriam uma coisa mais — usando um termo grosseiro — panfletária. A música de Vandré ia direto ao assunto".

Sandra Belê, que invoca "O plantador", faixa lado B do *LP Canto geral* (1968), ressalta que Vandré merece todo nosso respeito, em revés revisionista do que um dia declarara o virginiano de temperamento forte a respeito de seus "concorrentes" de festival: "O tributo a Vandré acontece para celebrar sua vida e obra. É um paraibano que nos orgulha demais com sua potência, presente em todas as suas obras. E acontece num momento em que Vandré busca uma reconexão com a sua terra".

"Receber o convite para integrar o elenco deste concerto tão especial e significativo foi um dos maiores presentes que já recebi", confessa a cantora Gitana Pimentel. "Geraldo Vandré é um dos grandes símbolos da resistência à Ditadura Militar brasileira, é referência de liberdade, de coragem e de expressão. Diante do contexto político e das tensões que marcaram as eleições deste ano, essa homenagem ganha um significado ainda mais profundo".

Poesia de luta

Filho de dona Maria Marta, o menino que, nos dizeres de Jorge Fernando dos Santos, mostrava-se "pouco esforçado nos estudos", aos 14 anos de idade montou um projeto musical e apresentou-se pela primeira vez em um programa de calouros da Rádio Tabajara.

Em 1951, mudou-se com a família para o Rio de Janeiro — por uma suposta perseguição política —, acontecimento fundamental para sua trajetória artística, já que, na então capital federal, Geraldo Vandré viria a se aproximar não apenas dos bastidores do rádio, mas do próprio meio artístico daquela época. Com sua voz, representou a Paraíba em diversos festivais, primeiro pseudonimizado como Carlos Dias (dos ídolos Carlos Galhardo e Carlos José). Afora alguns compactos, ele chegou a lançar cinco discos: o epônimo *Geraldo Vandré* (1964), *Hora de lutar* (1965), *Cinco anos de canção* (1966), o citado *Canto geral* (1967) e *Terras de Benvirá* (1973), gravado na França junto ao Quinteto Violado, em 1970.

"A responsabilidade é imensa de cantar essa canção, ainda mais acompanhado por uma orquestra muito grande, muito completa", pontua Adeildo Vieira, a respeito de "Réquiem para Matraga". "Essa canção significa muito para mim. É uma canção muito forte, de um filme extremamente importante para a cinematografia brasileira. Uma música que fala da poesia de Vandré, da poesia de luta, engajada, que ele tem na vida dele", acresce.

Em 2025, indagado sobre o que considerava indispensável ao entendimento do público sobre o artista, para além de todas as lendas que o circundam, Vitor Nuzzi respondeu: "Que Vandré é autor de dezenas de canções belíssimas. Que foi um pesquisador da cultura popular, especificamente da viola [caipira]. Que foi o primeiro a defender uma música de Chico Buarque em festival ['Sonho de um Carnaval', Excelsior, 1965]. Que musicou Guimarães Rosa [no filme *A hora e vez de Augusto Matraga*]. Que foi responsável por formar grupos musicais importantes: Quarteto Livre, Trio Marayá e, principalmente, o Quarteto Novo".

Foto: Wellington Jan/Divulgação



1

Foto: Nívea Maria/Divulgação



2

Foto: Jainny Jerônimo/Divulgação



3



4

Foto: Arquivo pessoal



5

Foto: Kaíe Joenne/Divulgação

Foto: César Matos/Divulgação



Concertos conduzidos pela OSPB (acima) contará com vários intérpretes, dentre eles nomes como Gitana Pimentel (1), Alquimides Daera (2), Grazi Vilanueva (3), Adeildo Vieira (4) e Sandra Belê (5)

Artigo

Estevam Dedalus
Sociólogo | estevam_dedalus@yahoo.com.br

A moral duvidosa da música popular

As canções populares são importantes fontes históricas. Elas dizem muito sobre uma época, seja por sua forma estética ou pelos valores e visões de mundo que expressam.

A história da música popular brasileira está repleta de músicas eticamente problemáticas. "Minha nega na janela", de Germano Matias, gravada por Gilberto Gil no álbum *Realce*, tem versos racistas e violentos: "Minha nega na janela / Diz que está tirando linha / Êta, nega, tu é feia / Que parece macaquinha / Olhei pra ela e disse / Vai já pra cozinha! [...]". Não satisfeito, o eu lírico bate na esposa e diz: "Dei um murro nela / E joguei ela dentro da pia. Quem foi que disse / Que essa nega não cabia?".

No samba de breque, "Na subida do morro", gravado por Moreira da Silva, o eu lírico está indignado pelo fato de sua mulher ter sido espancada. Ele sobe o morro para promover uma vingança. A letra da canção diz: "Na subida do morro me contaram / Que você bateu na minha nêga / Isso não é direito / Bater numa mulher / Que não é sua [...]". Observe que o eu lírico não acha errado bater numa mulher, desde que ela seja "sua".

A letra continua com os versos: "Deixou a nêga quase nua / No meio da rua / A nêga quase que virou presunto / Eu não gostei daquele assunto / Hoje venho resolvido / Vou lhe mandar para a cidade / De pé junto / Vou lhe tornar em um defunto [...]". O eu lírico volta a ressaltar que não é certo bater em "mulher dos outros", o que é enfatizado como algo imoral. Ele argumenta que, como "malandro malvado", já fez coisas ruins, mas não isso. Como podemos ver nos seguintes versos: "Você mesmo sabe / Que eu já fui um malandro malvado / Somente estou regenerado / Cheio de malícia / Dei trabalho à polícia / Pra cachorro / Dei até no dono do morro / Mas nunca abusei/ De uma mulher / Que fosse de um amigo".

O malandro consegue dar cabo ao seu intento de vingança com uma facada na barriga: "Aí meti a mão lá na duana, na peixeira, é porque eu sou de Pernambuco / Cidade pequena, porém decente / Peguei o Vargolino pelo abdome / Desci pelo duodeno, vesícula biliar / E fiz-lhe uma tubagem / Ele caiu, bum!, todo ensanguentado".

A canção "Nosso sonho", da extinta dupla carioca de *funk* Claudinho e Bochecha, é outra música problemática, porque envolve pedofilia. O eu lírico declara-se para a amada, reafirmando o seu amor e a intenção de continuar com o relacionamento: "Nosso sonho não vai terminar / Desse jeito que você faz / Se o destino adjudicar / Esse amor poderá ser capaz / Nosso sonho não vai terminar (é) Desse jeito que você faz / E depois que o baile acabar / Vamos nos encontrar logo mais".

Um pouco depois descobrimos que a garota só tem 12 anos, a metade da idade dele: "Os teus cabelos cobriam os lábios teus / Não permitindo encontrar os meus / E você é baixinha, gatinha, eu vou parar / Mas tudo isso porque eu me sinto coroão / Tu tens apenas metade da minha ilusão / Seus doze aninhos permitem somente um olhar".

Em 2018, a música "Surubinha de leve", do MC Diguinho, alcançou a primeira posição no *top* 50 do Spotify no Brasil. O *funk* faz apologia ao estupro, o que levou a uma campanha para que ela fosse retirada das plataformas de *streaming*. A letra fala de maneira explícita: "Só uma surubinha de leve, surubinha de leve / Com essas filha da puta / Taca a bebida, depois taca a pica / E abandona na rua / Taca a bebida, depois taca a pica / E abandona na rua".

MC Diguinho chegou a se defender afirmando que morava com a mãe e a irmã, por isso "jamais iria denegrir a honra e imagem das mulheres". Num *storie* do Instagram, ele culpou a mídia e usou um discurso homofóbico: "A mídia manipulou os pensamentos onde um negro cantar *funk* é apologia ao crime/estupro e etcs [sic], agora beijo *gay* em novela das oito é lindo e perfeito aos olhos do mundo e vcs [sic] apoiaram essa ideia! Parabéns, Brasil! Minha música foi retirada das plataformas digitais. Obg [sic] a todos que apoiaram a ideia da mídia manipuladora".

Estética e Existência

Klebber Maux Dias
Filósofo e físico | klebmaux@gmail.com

Resistência e solidariedade

A contribuição filosófica de Albert Camus (1913–1960) trata da compreensão do sofrimento, da liberdade, da finitude e da busca humana por sentido, cuja tese principal consiste em investigar a condição humana diante da ausência de respostas definitivas para suas inquietações vitais. Sua reflexão parte de uma tensão essencial: o ser humano deseja encontrar uma explicação racional, uma finalidade transcendente e uma ordem que justifique sua existência, enquanto o universo permanece indiferente às suas expectativas. Dessa confrontação nasce o absurdo, conceito estruturante de sua produção filosófica.

Em *O mito de Sísifo* (1942), Camus estabelece o suicídio como sendo um desafio filosófico, uma vez que questiona se a vida merece ou não ser vivida diante da ausência de um sentido absoluto. Essa indagação configura uma investigação acerca dos fundamentos que sustentam a decisão humana de continuar vivendo. Para o filósofo, "o absurdo nasce desse confronto entre o apelo humano e o silêncio despropositado do mundo" (2019, página 46). Essa tese evidencia que a experiência do absurdo não elimina a possibilidade de viver, mas exige uma transformação na maneira de compreender a própria existência.

Uma das principais contribuições de Camus consiste na rejeição das soluções que procuram eliminar o absurdo mediante explicações metafísicas. O filósofo questiona as respostas que ultrapassam os limites da experiência racional para resolver o problema do absurdo. A partir dessa compreensão, emerge a liberdade, na qual o indivíduo precisa reconhecer sua responsabilidade diante da própria historicidade. A ausência de um sentido absoluto significa que os significados precisam ser construídos na experiência concreta. A liberdade camusiana está associada à consciência da condição humana e à recusa de submeter à vida a ilusões consoladoras.



Foto: Arquivo Estadão Conteúdo

Filósofo franco-argelino Albert Camus (1949)

Viver significa assumir a própria condição, reconhecer a finitude e preservar a capacidade de escolha, mesmo diante das adversidades. Essa perspectiva alcança sua expressão na ideia de revolta, desenvolvida posteriormente em *O homem revoltado* (1951).

Para Albert Camus, a revolta representa uma resposta consciente à injustiça, à opressão e às contradições da condição humana. O indivíduo que se revolta não aceita passivamente a violência ou a negação de sua dignidade; ao contrário, estabelece um limite moral diante daquilo que considera intolerável. Sua afirmação: "Eu me revolto, logo existimos" (1996, página 35) sintetiza a passagem da consciência individual para uma dimensão coletiva da existência. A revolta transforma-se em reconhecimento da dignidade compartilhada entre os seres humanos. Nesse sentido, Camus introduz uma dimensão ética e solidária na discussão existencial, demonstrando que a liberdade individual encontra limites na liberdade e na dignidade do outro. Em *A peste* (1947), essa concepção adquire uma dimensão narrativa e humanista. Por meio da epidemia que atinge a cidade de Orã, Camus representa a fragilidade humana diante do sofrimento, da morte e das forças destrutivas que atravessam a história. O personagem doutor Bernard Rieux simboliza a resistência ética diante da adversidade: mesmo sem garantias de vitória definitiva sobre o sofrimento, continua combatendo a doença em defesa da vida. Sua postura revela que a ausência de uma justificação metafísica para a existência torna ainda mais significativa a solidariedade, pois o enfrentamento do sofrimento alheio passa a constituir uma escolha consciente de humanidade. Em Camus, a relação estabelecida entre sofrimento, consciência e superação significa aprender a viver sem renunciar à lucidez.

Albert Camus defende que a ausência de um sentido universal não precisa conduzir ao desespero, mas pode despertar a consciência, a resistência e a capacidade de construir significados. A beleza de viver está em afirmar a vida. Reconstruir a própria existência significa reconhecer o absurdo sem sucumbir a ele, transformar a lucidez em liberdade e converter a resistência individual em compromisso com a dignidade humana.

Sinta-se convidado para a audição do 593º *Domingo sinfônico*, que ocorrerá neste dia 15, das 22h à meia-noite. Para quem está em João Pessoa (PB), a sintonia é pela FM 105.5 ou pelo aplicativo da Rádio Tabajara radiotabajara.pb.gov.br/radio-ao-vivo/radio-fm. Durante o programa, comentarei as contribuições do pianista polonês Arthur Rubinstein (1887–1982) para a valorização da solidariedade humana, destacando como a beleza de viver e a experiência do sofrimento se unem em uma afirmação da vida.

Kubitschek Pinheiro

Jornalista | kubipinheiro@yahoo.com.br

Na baixa do sapateiro

Estávamos a caminho do Pelourinho, em Salvador, quando avistei, numa calçada, um manequim nu. A cena despertou minha curiosidade e perguntei ao motorista do Uber qual era o nome do bairro por onde estávamos passando. "Aqui é a Baixa do Sapateiro".

Olhei ao redor. O lugar, aparentemente abandonado, dava sinais de degradação, como se o tempo não existisse mais por ali. Mais adiante, o motorista começou a recordar os tempos de menino, quando acompanhava o pai para comprar sapatos e roupas naquele endereço.

Uma pulga atrás da orelha. Na Baixa do Sapateiro? Sim, naquele lugar que um dia foi referência de comércio, de movimento e de tantas histórias da velha Salvador.

Lembrei-me da canção "Na Baixa do Sapateiro", um dos maiores clássicos da música popular brasileira, composto por Ary Barroso, em 1938. A canção diz que foi na Baixa do Sapateiro que o Barroso encontrou um dia "a morena mais frajola da Bahia, pedi-lhe um beijo, não deu, um abraço, sorriu, pedi-lhe a mão, não quis dar, fugiu".

A gravação original é datada no 17 de outubro de 1938, por Carmen Miranda, pela Odeon Records, com arranjo de Simon Bountman. A letra é a saudade de um amor perdido, uma morena e a devoção por ela, como a menção ao Senhor do Bonfim. Não sei se a Bahia ainda é a terra da felicidade...

Caetano Veloso gravou, João Gilberto também gravou, e foi adaptada no *jazz* por John Coltrane. Muita gente gravou.

No século 16, a região era um vale cortado pelo antigo Rio das Tripas, por onde escoavam os dejetos do antigo matadouro. O nome original da rua é José Joaquim Seabra, estadista da República.

A "Baixa dos Sapateiros", que deu nome a uma das mais belas canções, veio da forte concentração de oficinas e de artesãos de calçados (muitos de origem italiana e nordestina) que se instalaram na área, a partir do século 19. Além de ser o caminho de acesso para o Pelourinho, o lugar carecia de uma limpeza, uma revitalização, mas me parece que o governo baiano é preguiçoso.

Fabricar o eterno é fácil, difícil é permanecer nele, erguer-se e, a cada dia, contemplar a miséria de mundo. A Baixa do Sapateiro com sua feérica luz da década de 1930, hoje sem negócios e sem negociantes, condenados a todo azar impreciso.

Na imagem das lojas que restam, acumula-se a espuma da vida entre últimos acenos, sequer viva a ondulação de uma suposta morena que nos entontece com a sua grandeza, da música, os encantos do que abrangemos. Eu fui à Bahia e passei pela Baixa do Sapateiro, tantos anos depois.

Séculos de abandono, histórias perdidas em todo país, uma lâmpada de âmbar na outra esquina, essas provisões, esse vai e vem e a vertigem que logo dá razão a nada ou a sombra de que, por fim, estão ali as primeiras sensações de quem viveu os amores e amantes na Baixa do Sapateiro.

Na intimidade do mundo e de noite, na cama, eu fico pensando.

Kapetadas

1 – A paixão faz a gente chamar de mistério aquilo que, em estado sóbrio, chamaria de roubada;

2 – O perdão é filho da paz.

Foto: Arquivo Estadão Conteúdo



Vista aérea da cidade de Salvador (BA), em 1973, com destaque para a Baixa do Sapateiro (acima); Ary Barroso (ao lado), compositor de "Na Baixa do Sapateiro"



Foto: Reprodução/Biblioteca Nacional

Colunista colaborador

Coisas de Cinema

Alex Santos
Cineasta e professor | alexjpb@yahoo.com.br

Uma obra que resgata também o cinema

Como não afirmar se o amigo historiador José Octávio de Arruda não possui, mesmo que aparentemente, algum fascínio pelo cinema? Digo isso sob reservas, levando em conta os tantos trabalhos que construímos juntos, tanto na crítica cinematográfica, também na promoção de eventos, como no plano da realização de alguns audiovisuais mesmo. E não foram poucos os documentários que produzimos juntos, versando sobre a História da Paraíba e alguns de seus personagens mais importantes na vida paraibana.

No caso da publicação de livros, relevo que sempre houve uma busca de parcerias sobre assuntos relacionados à história e ao cinema. Exemplo mais recente é a sua obra intitulada *História e cultura no mundo, Brasil e Paraíba*, lançada recentemente. Nela, Zé Octávio reúne textos produzidos ao longo de sua vida, tendo como referência uma visão universal sobre a cultura, em que está incluído também o cinema.

Em seu novo livro, o autor refere-se ao cinema na história, ao registrar no capítulo 11 (p. 34) os "dois filmes sobre o fim de Hitler". E afirma: "O principal filme sobre o tema, permanece sendo também o alemão *O último ato*. Exibido pelo Rex (cine), em dezembro de 1985, na época em que os principais cinemas exibiam bons filmes pelo fim de ano".

Como afirmei anteriormente, que o amigo Zé Octávio teria mesmo algum fascínio pelo cinema, relevando a nossa amizade nesse sentido, é que em seu livro, no mesmo capítulo, comparando algumas obras "sobre o final de Hitler", sempre deu importância ao filme *A queda*, do diretor alemão Hirschbiegel. E sob tal avaliação, o amigo faz alusão em seu livro sobre mim, argumentando: "Tenho sempre conversando com Alex Santos sobre se os filmes em preto e branco — *Cidadão Kane*, de Orson Wells; *O terceiro homem*, de Carol Reed; *Outubro 1917*, de Eisenstein; *Tempos Modernos*, de Chaplin — não dispõem de força que seus congêneres coloridos.

Foto: Roberto Guedes



José Octávio: referências do cinema na nova obra, História e cultura no mundo, Brasil e Paraíba

Essa é uma questão, amigo Zé Octávio, que deixo em aberto. Lembraria tão somente dos filmes e audiovisuais que realizamos juntos, com o apoio de alguns parceiros: *Parahiba*; *Remaker: A história de um reinício*; *Parahyba — Saga e cinema no Quarto Centenário*; *Américo — Falcão peregrino*; *Cinema inacabado* e tantos outros trabalhos que realizamos nesses tempos todos. — Mais "Coisas de Cinema", acesse nosso *blog*: www.alexsantos.com.br.



APC define programação de fim de ano

Em reunião na última quarta-feira (11), a diretoria da Academia Paraibana de Cinema (APC) definiu as ações para o Dia Mundial do Cinema, que deve acontecer nas dependências do Cine Mirabeau, no bairro do Bessa, em João Pessoa. O encontro foi presidido pelo professor João de Lima, com participação dos membros do seu conselho e da vice-presidência da entidade.

Da programação deve constar o lançamento do número 9 da *Revista de Cinema* — da academia; posse do novo confrade ocupante da cadeira de Marcos Pires, além de votação para a diretoria 2027-2029. O encontro deve encerrar com a exibição do curta-metragem *Linduarte — cineasta da terra*.

LITERATURA

Flic encerra a programação da sua nona edição

Da Redação

A nona Feira Literária Internacional de Campina Grande (Flic) encerra, hoje, a sua programação oficial com uma grade de atividades gratuitas, boa parte delas voltadas para o público infantojuvenil e concentradas no Parque da Criança — situado no bairro do Catolé, na Rainha da Borborema.

As atrações concomitantes começam às 9h, com o Piquenique Literário, para os pequenos, e o ColaBora Flic, para o público em geral. O primeiro oferta oficinas de xilogravura, palhaçaria, contação de histórias e teatro; já o segundo, reúne 50 expositores de livros, artesanato e gastronomia. Também de forma simultânea, às 9h, dois coletivos literários promovem, no local, clubes de leitura: Leia Mulheres e Clube do Conto.

A Flic iniciou sua programação principal na última sexta-feira (13), com um painel apresentado por Paloma Amado, filha dos autores Jorge Amado e Zélia Gattai. Ontem, o escritor e ativista Angolano Pau de Cabinda e o cantor e compositor pernambucano Lirinha foram os destaques. Apesar de encerrar, hoje, a grade deste ano, a feira continua com ações formativas em instituições de ensino de Campina Grande. Além disso, o projeto itinerante Casa Flic pretende expandir o trabalho da equipe campinense para outros municípios do país: a primeira parada será no Festival Literário Internacional da Paraíba (FliParaíba), promovido em João Pessoa, de 26 a 28 de novembro; ambas as iniciativas são apoiadas pelo Governo do Estado.

Com o tema "Campina Grande, Nordeste imenso", a nona edição da Flic acontece semanas depois de ser anunciada como finalista do Prêmio Nacional de Incentivadores do Livro e da Leitura, do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (Snel) — a única representante do Norte e Nordeste na categoria Empresas e Organizações. A trajetória da feira teve início em 2018. De lá para cá, o evento cresceu, adaptou-se ao contexto pandêmico em 2020 e, de volta ao presencial, expandiu o seu leque de atrações — nos dois anos anteriores, os autores Jeferson Tenório e Itamar Vieira Junior figuraram como os principais nomes nacionais. O número de lançamentos também ganhou um incremento: em 2026 foram mais de 100 obras.



Foto: Reprodução/Codecom-PMCG

Finalização das atividades literárias gratuitas acontecerá no Parque da Criança, no Catolé

Letra Lúdica

Hildeberto Barbosa Filho
Escritor e professor | hildebertopoesia@gmail.com

A poesia de Celso Novais

Celso Otávio Novais (1927–1993) publicou, em 1965, no Rio de Janeiro (RJ), por José Álvaro Editor, o livro de poemas *Painel de silêncio*, com prefácio de Juarez da Gama Batista, orelhas de Walmir Ayala e capa de Mem de Sá. Em 1994, quase 30 anos depois, e postumamente, veio a lume a coletânea *A superfície leste*, pela Editora A União, com capa de Flávio Tavares, apresentação de Dada Novais e ensaios de Joacil de Brito Pereira e Márcio Roberto Soares Ferreira, a título de posfácios.

De saída, transcrevo um de seus poemas do primeiro livro, exatamente o que lhe dá o título, página 28: "Jamais esperarei outros estios / Se hoje ao invés da flor / Nasce o ocaso da ternura. // O que seria de nós / Se não houvesse a imponderável / Sonata de Beethoven? // Em tua ausência / Meu pensamento adquiriu / As cores do encontro. // Desse pedaço de noite / Com seu quinhão de estrelas / Faço um painel de silencio".

E por que a transcrição? Porque este poema serve perfeitamente como amostra de sua dicção lírica, tanto no que oferta no volume de estreia quanto no que veio a público tempos depois.

A poesia de Celso Otávio Novais parece filtrar, com leveza, com serenidade e com ternura, a água mais pura do lirismo, atenta que é sua elocução verbal a motivos delicados, a inquietações sentimentais, a estados afetivos de extração romântica, porém, explorados, aqui e ali, sob o imperativo de certa modernidade.

> **"A poesia de Celso Otávio Novais parece filtrar, com leveza, com serenidade e com ternura, a água mais pura do lirismo**

Nesse viés, chama-me a atenção algumas construções vérsicas, em especial no que concerne ao uso funcional dos epítetos e ao sugestivo lastro metafórico, com suas ousadias inventivas e sua riqueza semântica.

Do poema "Oratório menor", de *A superfície leste*, colho estes versos, na página 17: "[...] Há mudanças na face dos homens / Na superfície das coisas desencontros / Sinuosas geometrias em todas as latitudes. / Cai o sol e surge a noite do Martírio / Enquanto o silêncio exprime a mensagem / O mudo sacrifício, a mais alta lição".

E, mais à frente, em "Kennedyana", na página 37, observe-se a propriedade dos atributos: "Não é somente a hora imprópria e vil, / O lento deslizar dos amanhas / Encobertos. Inúteis, agachados".

Nota marcante de sua expressão poética recorre no tom filosófico de muitos poemas, o que nos leva, como leitor, ao espaço crítico da meditação e ao sortilégio do pensamento. Nessa esfera das motivações, o sentido da vida, os dilemas do amor, o mistério da morte, a natureza, mesma da palavra poética, constituem elementos privilegiados de sua indagação lírica.

Para tanto, lança mão de recursos técnicos variados, exercitando-se, com domínio formal e desenvoltura expressiva, tanto na moldura fixa e tradicional, sobretudo, através do soneto, quanto no verso branco e livre, de herança simbolista, porém, afeito aos cânones modernos.

Walmir Ayala, poeta e crítico gaúcho, o insere na antologia *A novíssima poesia brasileira*, de 1965, série 1, ao lado de nomes representativos da literatura contemporânea, a exemplo, entre outros, de Armando Freitas Filho, Armindo Trevisan, Carlos Felipe Moisés, Elizabeth Veiga, Fernando Py e Ivan Junqueira. Sobre ele, assim se pronuncia em nota de contracapa de *A superfície leste*:

"O poeta Celso Novais consegue o supremo dom de transformar o lugar-comum numa ideia primeira Ele nos traz uma poesia mansa, amadurecida na contemplação e na reflexão. A eminência da injustiça e do agravo lapidam o poeta, tornam-no transparente, nu de inocência na confusa dança dos deuses".

Colunista colaborador

EDIÇÃO: Audaci Junior
EDITORAÇÃO: Débora Borges

NA CAPITAL

24ª Fepac começa hoje

Festival gratuito reúne 54 grupos de canto coral de diferentes regiões do país

Daniel Abath
abathjornalista@gmail.com

Reunir 54 grupos de canto coral de diferentes regiões do país em uma mesma programação exige mais do que estrutura e organização. Para o maestro responsável pelo Festival Paraibano de Coros (Fepac), Eduardo Nóbrega, a permanência e a expansão do evento, que chega à sua 24ª edição, são resultado de longa caminhada construída pela credibilidade conquistada junto aos participantes. De abrangência internacional e cunho não competitivo, o 24º Fepac começa hoje e vai até o próximo sábado (21), acontecendo na Sala de Concertos Maestro José Siqueira, no Espaço Cultural José Lins do Rêgo, em João Pessoa. A entrada é gratuita, mas o público também poderá contribuir com a doação voluntária de 1kg de alimento não perecível.

Hoje, às 20h, a abertura contará com apresentação do Coro Villa-Lobos e Orquestra, com regência do maestro Carlos Anísio, que é compositor e professor de regência do Departamento de Música da Universidade Federal da Paraíba (Demus-UFPB), homenageado desta edição do festival. De amanhã a quinta-feira (19), quatro diferentes grupos assumem a abertura dos trabalhos do dia, com apresentações dos coros, sempre às 19h; e, na sexta-feira (20) e sábado (21), os corais apresentam-se a partir das 18h.

Uma das novidades desta edição é a presença mais expressiva de grupos de outros municípios paraibanos — além de João Pessoa, participam corais de Boa Vista, Cuité, Lucena, Nova Floresta e Remígio. A ampliação atende a um dos objetivos que motivaram a criação do Fepac: o de fortalecer o canto coral no estado. Além disso, também se adota pela primeira vez um tema norteador, neste caso: "O humano em coro — a música como espaço de encontro", o qual enseja mesa-redonda composta por maestros e professores universitários — participam do encontro, entre outros, os maestros Carlos Anísio, Eduardo Lakschevitz (UniRio), Mário Assef (UERJ) e Lemuel Guerra (UFCG).

O crescimento pode ser observado desde a primeira edição, em 2003, quando 24 grupos participaram do encontro. Neste ano, a programação reúne corais de Alagoas, Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Distrito Federal e Paraíba.

"É uma questão de credibilidade. A gente começou com três dias, primeiro foi só estadual, depois foi abrindo e o festival foi tomando outro rumo. Hoje, temos corais de vários estados, mas é muito dispendioso sair com o grupo. Imagine deslocar 30 pessoas de São Paulo para cá, com alimentação e tudo? A gente não dá estadia, mas oferecemos toda a infraestrutura, a parte administrativa, palco, teatro, som, luz, divulgação e troféu", explica o maestro Eduardo Nóbrega.

Entre os participantes estão corais masculinos e femininos de unidades prisionais, grupos de pessoas com Parkinson, pessoas que passaram por câncer de laringe e corais de pessoas autistas. "Os festivais acabam dando espaço apenas àqueles grupos de nível mais elevado. Então, resolvi fazer um festival que pudesse dar oportunidade a todas as pessoas. Aqui tem espaço para todos os corais. Cada grupo segue seu caminho e apresenta seu repertório", ressalta.



Homenageado da edição, maestro Carlos Anísio regerá, hoje, o Coro Villa-Lobos e Orquestra

Foto: Sofia Ferreira/Divulgação

Em Cartaz



Cinema

*Programação de **12 a 18 de novembro**, nos cinemas de João Pessoa, Campina Grande.*

** Até o fechamento desta edição, São Bento, Patos, Guarabira e Remígio não haviam divulgado as suas programações.*

ESTREIAS

APENAS UMA ILUSÃO (*Juste une illusion*). França, 2026. Dir.: Olivier Nakache e Eric Toledano. Elenco: Louis Garrel, Camille Cottin, Pierre Lottin. Comédia/drama. 1985. Nos arredores de Paris, um garoto de 12 anos mora com um irmão mais velho distante e pais em conflito. Entre o riso e a falta de jeito, ele cresce com seus amigos, descobre o amor e enfrenta o mundo dos adultos. 1h59. 12 anos.

João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA: *sala 8*: leg.: 21h40 (exceto sáb.).

BOIÚNA — TERROR NO AMAZONAS (*Beware Boiúna*). EUA / Alemanha, 2026. Dir.: Mike P. Nelson. Elenco: Logan Marshall-Green, Kiana Madeira, Jessica Rothe. Terror. Equipe de médicos embarca em uma missão local na floresta amazônica, mas logo fica claro que nem todos estão felizes em vê-los. Sua aparição repentina chama a atenção de um predador, a Boiúna. 1h44. 16 anos.

João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA: *sala 8*: dub.: 19h10.

COMO ROUBAR UM BANCO (*How to Rob a Bank*). EUA, 2026. Dir.: David Leitch. Elenco: Nicholas Hoult, Zoë Kravitz, Christian Slater. Policial. Um grupo de astutos assaltantes de banco que documentam seus assaltos nas redes sociais, brincando de gato e rato com a polícia. 2h. 16 anos.

João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA: *sala 7*: 12h50 (dub.), 15h40 (dub.), 18h30 (dub.), 21h10 (leg.). CINÉPOLIS MANGABEIRA: *sala 5*: dub.: 14h15, 17h, 20h. CINESERCLA TAMBIÁ: *sala 2*: dub.: 16h05, 18h25, 20h45. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE: *sala 3*: 18h40; *sala 4*: dub: 16h05, 18h25, 20h45.

EBENEZER E OS FANTASMAS DO NATAL (*Ebenezer*). Reino Unido / EUA, 2026. Dir.: Ti West. Elenco: Johnny Depp, Rupert Grint, Daisy Ridley. Fantasia sombria. Reimaginação do clássico *Um conto de Natal*, de Charles Dickens, ao revisitar a trajetória de Ebenezer Scrooge (Depp) sob uma nova perspectiva. Na véspera de Natal, um homem avarento recebe a visita do fantasma de seu antigo parceiro de negócios, Jacob Marley (McKellen), e dos espíritos do Natal. 1h56. 12 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG: *sala 2*: 16h (dub.), 20h45 (leg.). CINÉPOLIS MANAÍRA: *sala 11 (VIP)*: 13h40, 16h20, 19h30 (exceto sáb.). CINÉPOLIS MANGABEIRA: *sala 2*: dub.: 13h30, 19h15 (exceto qua.). CINESERCLA TAMBIÁ: *sala 3:* dub.: 20h15 (apenas qua.); *sala 5 (laser, 3D):* dub.: 15h45, 18h, 20h15 (exceto qua.). **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE: *sala 1 (laser, 3D):* dub.: 15h45, 18h, 20h15 (exceto qua.); *sala 1 (laser, 3D):* leg.: 16h25; *sala 5*: dub.: 20h15 (exceto qua.).

LAGO DOS OSSOS (*Bone Lake*). EUA, 2024. Dir.: Mercedes Bryce Morgan. Elenco: Maddie Hasson, Alex Roe, Marco Pigossi. Terror. Quando dois jovens casais ficam por engano no mesmo apartamento de férias, seu fim de semana romântico se transforma em um labirinto distorcido de sexo, mentiras e sobrevivência. 1h35. 18 anos.

João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA: *sala 1*: dub.: 14h, 18h20 (exceto qua.).

PINÓQUIO: MALDIÇÃO DE MADEIRA (*Pinocchio: Unstrung*). EUA / Reino Unido, 2026. Dir.: Rhys Frake-Waterfield. Elenco: Robert Englund, Richard Brake, Jude Evan Lloyd, Cameron Bell, Jessica Balmer. Terror. Um boneco de madeira embarca em uma cruzada violenta para se esculpir como um menino de verdade, um pedaço de cada vez. 1h22. 18 anos.

João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA: *sala 1*: dub.: 16h20, 20h40 (exceto qua.).

A TERRA DO MEU PAI (*Fatherland*). Polônia / Alemanha / Itália / França, 2026. Dir.: Paweł Pawlikowski. Elenco: Hanns Zischler, Sandra Hüller, August Diehl. Cinebiografia. Ele explora a vida alemã do romancista Thomas Mann, Nobel de Literatura, no pós-guerra, a posição de sua família contra o domínio nazista e sua jornada para o exílio. 1h22. 12 anos.

João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA: *sala 3*: leg.: 18h40, 21h (exceto qua.).

A VIRADA: IGNIÇÃO DA ALMA Brasil, 2026. Dir.: Alessandro Barros. Elenco: Mario Bregieira, Pérola Faria, Gui Tavares. Drama. Um vendedor de carros usados, faz uma abordagem antiética nos negócios. Após alguns alertas, ele começa uma difícil jornada para restaurar sua integridade e reconquistar sua esposa e filho. 2h04. 10 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG: *sala 1*: 17h30, 20h. CINÉPOLIS MANAÍRA: *sala 5*: 12h45, 15h50, 18h50, 21h45. CINÉPOLIS MANGABEIRA: *sala 4*: 18h45 (exceto qua.), 21h45.

PRÉ-ESTREIA (QUA., DIA 18/11)

JOGOS VORAZES: AMANHECER NA COLHEITA (*The Hunger Games: Sunrise on the Reaping*). EUA, 2026. Dir.: Francis Lawrence. Elenco: Joseph Zada, Whitney Peak, Mckenna Grace. Aventura. Vinte e quatro anos antes da história de Katniss Everdeen, a Capital dobra o número de tributos para o 50º Jogos Vorazes (o Segundo Massacre Quaternário): cada distrito deve enviar quatro jovens (dois garotos e duas meninas) para a arena. No Distrito 12, o jovem Haymitch Abernathy (com 16 anos) é sorteado e separado de sua família. Ele precisa usar astúcia e desafiar a lógica mortal da arena para tentar sobreviver em um jogo feito para condená-los. 2h38. 16 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG: *sala 4*: 18h (dub.), 21h10 (leg.). CINÉPOLIS MANAÍRA: *sala 1*: dub.: 18h40; *sala 2*: dub.: 19h; *sala 3*: dub.: 20h40; *sala 6*: dub.: 18h30; *sala 8*: 18h (dub.), 21h30 (leg.). CINÉPOLIS MANGABEIRA: *sala 2*: dub.: 18h, 21h30; *sala 3*: dub.: 20h; *sala 4*: dub.: 18h30. CINESERCLA TAMBIÁ: *sala 5*: 20h30. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE: *sala 1*: dub.: 20h30.

PRÉ-ESTREIA (SÁB., DIA 14/11)

EU SOU ROCKY (*I play Rocky*). EUA, 2026. Dir.: Peter Farrelly. Elenco: Antônio Ippolito, AnnaSophia Robb, PJ Byrne. Cinebiografia. Nos anos 1970, Sylvester Stallone, um ator fracassado, escreve a história definitiva de um perdedor e deve lutar por sua chance de interpretar o papel de sua vida: Rocky Balboa. 2h08. 12 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG: *sala 4*: leg.: 20h. CINÉPOLIS MANAÍRA: *sala 11 (VIP)*: leg.: 19h30.

REAPRESENTAÇÃO

CARROS (*Cars*). EUA, 2006. Dir.: John Lasseter. Comédia/ animação. Jovem e arrogante carro de corridas vai parar em cidade do interior, onde aprende a ser mais humilde. 1h56. Livre.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG: *sala 4*: dub.: 14h.

GODZILLA MINUS ONE (*Gojira mainasu wan*). Japão, 2023. Dir.: Takashi Yamazaki. Elenco: Minami Hamabe, Ryunosuke Kamiki. Aventura. No Japão arrasado após o final da Segunda Guerra, surge do mar uma criatura monstruosa e radioativa. 2h04. 12 anos.

CINESERCLA TAMBIÁ: *sala 3:* dub.: 17h40 (apenas qua.), 20h15 (exceto qua.). **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE: *sala 5:* dub.: 17h40 (apenas qua.), 20h15 (exceto qua.).

RAN (*Ran*). Japão / França, 1985. Dir.: Akira Kurosawa. Elenco: Tatsuya Nakadai, Akira Terao. Drama/ guerra. Senhor feudal entrega seus domínios aos três filhos, mas isso os corrompe. Oscar de figurino. 2h40. 16 anos.

Campina Grande: CINE SÃO JOSÉ: dia 13 (sex.): 16h50; dia 21 (sáb.): 15h30.

VELOZES E FURIOSOS — 25 ANOS (*The Fast and the Furious*). EUA, 2001. Dir.: Rob Cohen. Elenco: Paul Walker, Vin Diesel, Michelle Rodriguez. Policial. Celebração dos 25 anos do lançamento original. Brian O'Conner (Walker) é um policial que se infiltra no submundo das rachas de rua para investigar uma série de furtos. Enquanto tenta ganhar o respeito e a confiança do líder Dom Toretto (Diesel), ele corre o risco de ser desmascarado. 1h47. 14 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG: *sala 4*: leg.: 19h. CINÉPOLIS MANAÍRA: *sala 9 (Macro-XE)*: 14h (dub.), 16h30 (dub.), 19h (leg.), 21h30 (leg.). CINÉPOLIS MANGABEIRA: *sala 1*: dub.: 14h, 16h30, 19h, 21h30. CINESERCLA TAMBIÁ: *sala 4:* dub.: 21h. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE: *sala 3:* dub.: 21h.

ESPECIAL

FESTIVAL DE CINEMA FRANCÊS DO BRASIL. Exibições de 18 novos filmes franceses e dois clássicos. *Cine BANGÜÊ: O beijo elétrico: dia 22, 17h10; dia 28, 17h40. Bem-vindos a la comédie française: dia 13, 18h; dia 19, 18h10; dia 27, 18h10. O canto da floresta: dia 18, 16h40. De Gaulle: a França livre – Parte 2: dia 15, 18h50. Duas pessoas trocando saliva: dia 13, 18h. O fantasma da ópera: dia 14, 17h40; dia 25, 16h40. A ilustre desconhecida: dia 21, 18h50. Júpiter: dia 17, 18h. O que é o amor?: dia 26, 18h10. Molière, Cyrano e o pequeno rei: dia 20, 18h. O rei e o pássaro: dia 15, 15h; dia 21, 15h. Sem piedade: dia 24, 18h10. Victor, como Hugo: dia 29, 18h50. Cineteatro SÃO JOSÉ:* O beijo elétrico: dia 14 (sáb.), 17h30. Bem-vindos a la comédie française: dia 14 (sáb.), 16h. Compostela, o caminho da terapia: dia 20 (sex.), 15h. O fantasma da ópera: dia 13 (sex.), 19h50. A grande escapada: dia 21 (sáb.), 20h10. Júpiter: dia 14 (sáb.), 14h15. Uma menina de ouro: dia 21 (sáb.), 13h50. Minha vida de sereia: dia 19 (qui.), 14h50.

CONTINUAÇÃO

AO SABOR DAS CINZAS. Brasil, 2026. Dir.: Taciano Valério. Elenco: Verônica Cavalcanti, Maria Lima, Everaldo Vasconcelos. Drama. Irmãs viajam pelo Agreste e fantasmas as colocam em contato com lembranças. 1h24. 16 anos.

João Pessoa: CINE BANGÜÊ: dia 13 (sex.): 20h10; dia 18 (qua.): 19h50.

O BOSQUE SELVAGEM (*Wildwood*). EUA / Reino Unido / Canadá, 2026. Dir.: Travis Knight. Aventura/animação. Garota se aventura em floresta para encontrar seu irmão desaparecido e descobre lá dentro um mundo fantástico e perigoso. 2h10. 14 anos.

João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA: *sala 8*: dub.: 13h10, 16h10 (exceto qua.). CINÉPOLIS MANGABEIRA: *sala 2*: dub.: 14h45 (apenas qua.), 16h15(exceto qua.).

CARA DE BARRO (*Clayface*). Reino Unido / EUA, 2026. Dir.: James Watkins. Elenco: Tom Rhys Harries, Ruby Sear. Terror. Estrela de Hollywood em ascensão se submete a experiência que o transforma num ser que muda de forma. 1h48. 18 anos.

João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA: *sala 2*: dub.: 13h, 15h30, 18h (exceto qua.), 20h30 (exceto qua.).

CAVALO SELVAGEM NOVE (*Wild horse nine*). Reino Unido / EUA / Chile, 2026. Dir.: Martin McDonagh. Elenco: John Malkovich, Sam Rockwell, Steve Buscemi, Tom Waits. Comédia. Agentes da CIA cumprem missão na Ilha de Páscoa, mas um deles parece sair do eixo. 1h58. 16 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG: *sala 4*: leg.: 16h30 (exceto qua.), 15h30 (apenas qua.).

AS DORES DO MUNDO – HYLDON Brasil, 2025. Dir.: Emílio Domingos e Felipe David Rodrigues. Documentário. A história de um dos maiores nomes da *soul music* brasileira: Hyldon de Souza Silva, um dos responsáveis, com Tim Maia e Cassiano, pela construção da identidade do gênero no país. 1h30. 14 anos.

João Pessoa: CINE BANGÜÊ: dia 14 (sáb.): 20h10; dia 18 (qua.): 15h.

ECOS DO TEATRO EXPERIMENTAL DO NEGRO. Brasil, 2026. Dir.: Daniel Solá Santiago. Documentário. Trajetória do grupo teatral e a presença negra nas artes no país. 1h59. 12 anos.

João Pessoa: CINE BANGÜÊ: dia 13 (sex.): 15h50; dia 15 (dom.): 16h40; dia 17 (ter.): 15h40; dia 20 (sex.): 20h10; dia 22 (dom.): 15h. **Campina Grande:** CINETEATRO SÃO JOSÉ: dia 13 (sex.): 14h40.

OS FAROFEIROS 3. Brasil, 2026. Dir.: Roberto Santucci. Elenco: Maurício Manfrini, Danielle Winits, Cacau Protásio. Comédia. Casais viajam ao Caribe, mas as coisas não saem como o esperado. 1h43. 12 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG: *sala 4*: 21h30. CINÉPOLIS MANAÍRA: *sala 6*: 13h15, 15h45, 18h20 (exceto qua.), 20h50 (exceto qua.). CINÉPOLIS MANGABEIRA: *sala 3*: 13h, 15h30, 17h50, 20h30. CINESERCLA TAMBIÁ: *sala 4*: 19h; *sala 6 (laser)*: 16h20, 18h25, 20h30. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE: *sala 2 (laser)*: 16h20, 18h25, 20h30.

FEITO PIPA. Brasil, 2026. Dir.: Allan Deberton. Elenco: Yuri Gomes, Teca Pereira, Lázaro Ramos, Carlos Francisco. Drama. Garoto delicado enfrenta preconceito e tenta esconder a doença da avó, com quem vive, para não ir morar com o pai que não o aceita. Vencedor do Urso de Cristal no Festival de Berlim. 1h33. 14 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG: *sala 2*: 18h30. CINÉPOLIS MANAÍRA: *sala 10 (VIP)*: 14h40, 17h30.

O GATOLA DA CARTOLA (*The cat in the hat*). EUA, 2026. Dir.: Alessandro Carloni e Erica Rivinoja. Animação/ infantil. Gato esperto faz travessuras na casa de duas crianças. 1h47. 6 anos.

João Pessoa: CENTERPLEX MAG: *sala 1*: dub.: 15h. CINÉPOLIS MANAÍRA: *sala 3*: dub.: 13h20, 16h; *sala 3*: dub.: 12h40 (apenas sáb.), 18h40 (apenas seg.). CINÉPOLIS MANGABEIRA: *sala 4*: dub.: 13h15 (apenas sáb., sessão inclusiva), 16h, 18h45 (apenas seg., sessão inclusiva). CINESERCLA TAMBIÁ: *sala 4*: dub.: 14h30 (apenas sáb.e dom.), 16h45. **Campina Grande:** CINESERCLA PARTAGE: *sala 3*: dub: 14h15.

GODZILLA MINUS ZERO (*Godzilla minus zero*). Japão, 2026. Dir.: Takashi Yamazaki. Elenco: Minami Hamabe, Jun Kunimura. Aventura. Dois anos após o filme anterior, o Japão precisa enfrentar novamente a devastação do monstro Godzilla. 2h15. 16 anos.

João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA: *sala 4*: 14h (dub.), 17h (dub.), 20h (leg., exceto qua.). CINÉPOLIS MANGABEIRA: *sala 2*: dub.: 22h (exceto qua.).

JIM QUEEN (*idem*). França / Bélgica, 2025. Dir.: Nicolas Athané, Marco Nguyen e Wolfie Trausch. Elenco: Alex Ramirès, Jérémy Gillet, Philippe Katerine. Animação. Um vírus torna os homens *gays* de Paris heterossexuais, destruindo a vida de um influenciador. Ele e um jovem buscam uma cura no Marais. 1h25. 18 anos.

João Pessoa: CINE BANGÜÊ: dia 21 (sáb.): 20h50; dia 25 (qua.): 15h; dia 27 (sex.): 16h20.

JOSEPHINE – FRAGMENTOS DE UM CRIME (*Josephine*). EUA, 2025. Dir.: Beth de Araújo. Elenco: Mason Reeves, Channing Tatum, Gemma Chan. Drama. Depois que Josephine, de oito anos, testemunha acidentalmente um crime, ela busca recuperar o controle de sua segurança, enquanto os adultos não conseguem consolá-la. 2h. 16 anos.

João Pessoa: CINE BANGÜÊ: dia 19 (qui.): 16h; dia 22 (dom.): 19h30; dia 24 (ter.): 16h; dia 26 (qui.): 16h; dia 28 (sáb.): 20h.

MALÊS. Brasil, 2024. Dir.: Antonio Pitanga. Elenco: Camila Pitanga, Rocco Pitanga, Rodrigo dos Santos. Cinebiografia. O filme acompanha a Revolta dos Malês, que foi uma das maiores revoluções da história do Brasil organizada por negros escravizados na Bahia, em Salvador. 1h54. 16 anos.

João Pessoa: CINE BANGÜÊ: dia 19 (qui.): 19h40; dia 21 (sáb.): 16h40; dia 24 (ter.): 20h; dia 27 (sex.): 19h50; dia 29 (dom.): 16h40.

MEU VERÃO NA SICÍLIA (*Gioia mia*). Itália, 2025. Dir.: Margherita Spampinato. Elenco: Marco Fiore, Aurora Quattrocchi. Drama. Obrigado a passar as férias com tia idosa, garoto descobre que a casa tem segredos. 1h32. 12 anos.

João Pessoa: CINE BANGÜÊ: dia 12 (qui.): 16h40.

KLARA E O SOL (*Klara and the Sun*). EUA/ Reino Unido/ Nova Zelândia, 2026. Dir.: Taika Waititi. Elenco: Jenna Ortega, Amy Adams, Steve Buscemi. Ficção científica/ drama. Robô programada para aliviar a solidão tenta encontrar a cura para uma menina que porta uma doença misteriosa. 1h56. 12 anos.

João Pessoa: CINÉPOLIS MANAÍRA: *sala 10*: leg.: 20h30.

VICENTINA PEDE DESCULPAS. Brasil, 2026. Dir.: Gabriel Martins. Elenco: Rejane Farias, Thalma de Freitas, Grace Passô, Karine Teles. Drama. Mulher procura as famílias das vítimas de um acidente que pode ter sido causado por seu filho. 2h28. 12 anos.

João Pessoa: CINE BANGÜÊ: dia 14 (sáb.): 15h; dia 17 (ter.): 19h40; dia 20 (sex.): 15h20; dia 28 (sáb.): 15h. **Campina Grande:** CINETEATRO SÃO JOSÉ: dia 14 (sáb.): 19h50; dia 19 (qui.): 19h50; dia 20 (sex.): 17h15.

ROSEBUSH PRUNING (*Rosebush Pruning*). Alemanha / Itália / Espanha / Reino Unido / EUA / Canadá, 2026. Dir.: Karim Aïnouz. Elenco: Tracy Letts, Callum Turner, Elle Fanning, Pamela Anderson. Drama. Segredos pesados de família rica aparecem depois que um dos filhos anuncia que vai morar com a namorada. 1h37. 18 anos.

Campina Grande: CINE SÃO JOSÉ: dia 19 (qui.): 16h40; dia 21 (sáb.): 18h20.

YELLOW CAKE. Brasil, 2025. Dir.: Tiago Melo. Elenco: Rejane Faria, Tânia Maria, Fernando Teixeira. Comédia / Ficção científica. Em Picuí, na Paraíba, cientistas tentam erradicar o mosquito portador da dengue, por meio de um experimento com urânio. Quando o plano falha, um pesquisador deve impedir a catástrofe antes que seja tarde demais. 1h39. 14 anos.

João Pessoa: CINE BANGÜÊ: dia 26 (qui.): 20h20; dia 29 (dom.): 20h40.

SINCRONIA TEMPORAL

64 anos separam marcos históricos

Lembrado pela Proclamação da República, o dia 15 de novembro também consolidou a independência do Brasil

Paulo Correia
paulocorreia.epc@gmail.com

O dia 15 de novembro carrega uma dupla importância na história política brasileira. Além de marcar a Proclamação da República (1889), foi nesta mesma data, em 1825, que se firmou o Tratado de Amizade e Aliança — documento responsável pela consolidação da independência brasileira perante a Corte portuguesa. Para além da efeméride, historiadores apontam outro elo entre as duas datas.

O professor e historiador da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) Hugo Paz é categórico ao afirmar que ambos os momentos compartilham uma mesma dinâmica: a exclusão da participação e a prevalência de acordos firmados pelas elites de cúpula. "A nossa independência foi fundamentalmente um acordo entre pai e filho, literalmente, entre Dom Pedro I e Dom João VI, mediado pela Inglaterra. Foi tudo dirigido e orquestrado sem tanta participação popular — e a que teve foi sufocada", sustenta.

O Tratado de Paz, Amizade e Aliança, ratificado em 15 de novembro de 1825, representa o marco jurídico e diplomático que selou o encerramento formal do Império Luso-Brasileiro. O documento refletiu uma disputa política, financeira e geopolítica que envolveu as Cortes do Rio de Janeiro e de Lisboa, sob a arbitragem direta do gabinete britânico.

O documento é composto de um preâmbulo — que justifica o pacto pela necessidade de restabelecer a paz e a concórdia entre povos — e 11 artigos que disciplinam a transferência de soberania, o estatuto pessoal dos monarcas, a restituição de propriedades e as regras de comércio e navegação entre os dois impérios.

Para obter a soberania, o então Império Brasileiro submeteu-se a condições altamente desfavoráveis, como assumir o compromisso de indenizar Portugal em dois milhões de libras esterlinas, além do pagamento pelas propriedades da Corte.

Contudo, segundo o historiador Lúcio Flávio Vasconcelos, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a quantia não chegou a sair do banco de Londres, porque era uma dívida que Portugal tinha com a Inglaterra. "O Brasil assume essa dívida, mas aí tem uma questão importante, porque, a partir de 1825, a França, o próprio Estados Unidos, a Áustria e outras nações começam a reconhecer o Brasil como uma nação", explica.

Essa subordinação decorria da vulnerabilidade fiscal do Rio de Janeiro, que precisava financiar o combate com as tropas leais a Lisboa e sufocar rebeliões como a Confederação do Equador (1824), que contou com a participação da Paraíba. "O Rio de Janeiro tinha dificuldades de ter recursos para criar um Exército, uma Marinha — porque o Brasil não tinha — para tentar expulsar as tropas portuguesas e manter essas regiões rebeldes, que podiam se desmembrar. Isso vai criar uma pressão muito grande com relação à necessidade financeira, e essa necessidade só vai ser suprida realmente pela Inglaterra", contextualiza Hugo Paz.

Por fim, o acordo estabeleceu a manutenção da monarquia, permanecendo o filho de Dom João VI, Pedro I, no Brasil, agora como imperador — ao contrário do que ocorreu em outros países da América, como EUA e México, cujas independências custaram guerras sangrentas.

Quartelada conservadora

Após 64 anos, o então marechal Deodoro da Fonseca liderou suas tropas em um golpe militar, juntamente com a elite agrária, que destituiu a monarquia e proclamou a República.

Para os especialistas ouvidos por **A União**, a fundação da República reproduziu a mesma lógica de cúpula que caracterizou a independência e foi concretizada por meio de um desfile militar sem engajamento das massas. "A proclamação foi costurada também como um evento político de cúpulas. Tanto é que o elemento central de sua implantação — a proclamação — foi, vamos dizer assim, um desfile militar na verdade, sem participação popular", analisa o professor Hugo Paz.

Conforme escreveu o jornalista paraibano Aristides Lobo, em artigo publicado no *Diário Popular*, do Rio de Janeiro, o povo assistiu ao movimento "bestializado, atônito, surpreso", sem compreender ou participar do processo.

O historiador Lúcio Flávio Vasconcelos afirma que a frase se tornou histórica, porque sintetiza o caráter desse movimento. "Não houve participação popular. Apesar de ter jornalistas e intelectuais republicanos, não existia um movimento republicano de envergadura, com grande força", enfatiza.

Conforme Vasconcelos, durante a maior parte do século 19, a elite agrária brasileira preferiu a estabilidade da monarquia constitucional, inspirada no modelo inglês, para evitar as guerras civis e a fragmentação territorial observadas nas repúblicas vizinhas, além de garantir o sistema escravista.

No entanto, esse cenário começou a mudar drasticamente após a Guerra do Paraguai (1865-1870). O Exército Brasileiro retornou do conflito fortalecido, patriótico e altamente influenciado por ideais positivistas e abolicionistas. "Quando eles [soldados do Império Brasileiro] iam atacar, gritavam: 'Pelo Dom Pedro II'. E os oficiais ficavam sem entender. O que os militares começaram a desenvolver foi essa ideia do nacionalismo, de morrer pela pátria e não pelo imperador. Não morrer por uma monarquia, mas matar e morrer por uma pátria", pontua Vasconcelos.

O colapso definitivo do Império ocorreu em 13 de maio de 1888, com a assinatura da Lei Áurea. Ao abolir a escravidão sem prever indenizações aos proprietários de terras, a monarquia perdeu sua última base de sustentação política.

Segundo historiadora Ariane Sá, da UFPB, a aliança entre essa elite agrária e as Forças Armadas só foi possível por conta de três pontos relevantes: preservação de privilégios das elites, utilização do Exército como instrumento de transição e manutenção da estrutura social. "Para essas lideranças, o apoio militar era uma saída para derrubar a monarquia sem uma revolução social. A ideia era controlar a transição e evitar uma grande mobilização popular", destaca.

Dessa maneira, a Proclamação da República pode ser caracterizada por uma natureza conservadora, que preservou as estruturas socioeconômicas fundamentais do país. "Mudou quem comandava o Estado, mas a concentração da terra, as desigualdades e a economia exportadora permaneceram. A mudança de regime não significou uma revolução social", completa a professora.

República hoje

Apesar da falta de participação popular nesses dois momentos históricos, principalmente na proclamação, o professor Lúcio Flávio Vasconcelos salienta que o verdadeiro significado da República, na condição de "coisa pública", deve ser celebrado e defendido como o espaço da diversidade, da participação social e, fundamentalmente, da alternância de poder garantida pelo voto democrático.

"É extremamente importante que, apesar dos percalços do início da nossa República, ela seja defendida a ferro e fogo, cada vez mais aperfeiçoada. A República deve ser muito exaltada e, principalmente, mais democratizada, porque possibilita, assim, a participação de todos e todas nas decisões da nossa existência, nas decisões políticas", frisa o especialista.


TRATADOS E ACTOS INTERNACIONAIS
BRASIL PORTUGAL

TRATADO DE AMIZADE E ALIANÇA ENTRE EL-REI O SENHOR D. JOÃO VI E D. PEDRO I, IMPERADOR DO BRASIL, FEITO POR MEDIAÇÃO DE SUA MAJESTADE BRITANICA, ASSINADO NO RIO DE JANEIRO A 29 DE AGOSTO DE 1825, E RATIFICADO POR PARTE DE PORTUGAL EM 15 DE NOVEMBRO E PELA DO BRASIL EM 30 DE AGOSTO DO DITO ANO.

Em nome da Santissima e Indivisivel Trindade.

Sua Majestade Fidelíssima, tendo constantemente no seu real ânimo os mais vivos desejos de restabelecer a paz, amizade e boa harmonia entre povos irmãos, que os vínculos mais sagrados devem conciliar e unir em perpétua aliança; para conseguir tão importantes fins, promover a prosperidade geral e segurar a existência política e os destinos futuros de Portugal, assim como os do Brasil, e querendo de uma vez remover todos os obstáculos que possam impedir a dita aliança, concórdia e felicidade de um e outro Estado, por seu diploma de 13 de Maio do corrente ano reconheceu o Brasil na categoria de Império independente e separado dos Reinos de Portugal e Algarves, e a seu sobre todos muito amado e prezado filho D. Pedro por Imperador, cedendo e transferindo de sua livre vontade a soberania do dito Império ao mesmo seu filho, e seus legítimos sucessores, e tomando sòmente e reservando para a sua pessoa o mesmo título.

E estes augustos Senhores, aceitando a mediação de Sua Majestade Britânica para o ajuste de toda a questão incidente à separação dos dois Estados, têm nomeado Plenipotenciários, a saber:

43

Foto: Arquivo/Itamaraty

Tela inacabada do pintor francês Jean Baptiste Debret retrata a coroação de D. Pedro I

Imagem: Domínio público



Foto: Carla Miranda

Municípios de pequeno porte (com até 50 mil habitantes) concentraram 61% dos ataques com intenção letal e maioria das mortes

APÓS ELEIÇÕES

Estudo registra 18 mortes e 379 atos violentos no país

Casos de violência contra eleitores e militantes aumentaram durante o 2º turno

Luiz Claudio Ferreira
Agência Brasil

Pelo menos 18 pessoas foram mortas e outras 18 foram vítimas de atentados de 5 a 31 de outubro, período que compreendeu a campanha de segundo turno e uma semana após as eleições. Os dados são de levantamento das organizações de direitos humanos Terra de Direitos e Justiça Global, divulgado na última semana. Os registros mostram que, dos 379 casos de violência política, 350 deles (92,3%) atingiram eleitores, militantes, equipes de campanha e comitês partidários em 27 dias.

Segundo a coordenadora de Incidência Política da Terra de Direitos, Gisele Barbieri, a pesquisa evidencia que, em 2026, a violência política não se encerrou com o resultado das eleições e escalou de discussões políticas para ataques graves. "A democracia exige segurança tanto para quem disputa o voto quanto para quem vai às urnas", afirma.

Cidades menores

De acordo com os pesquisadores, houve uma mudança significativa nesse período eleitoral. Se, no primeiro turno, a violência política esteve mais concentrada em pessoas que disputavam cargos eletivos, no segundo turno, eleitores militantes passaram a ser as principais vítimas.

Violências contra candidatos caíram de uma média de 2,68 episódios por dia, no primeiro turno, para 1,07 no segundo. Já os casos contra eleitores, militantes e outros grupos subiram para quase 13 por dia.

Segundo o levantamento, municípios de pequeno porte (com até 50 mil habitantes) concentraram 61% dos ataques com intenção letal e 12 das 18 mortes. Nessas cidades, 31% dos episódios de violência envolveram tiros, atropelamentos ou assassinatos. Nas cidades com mais de 100 mil habitantes, a proporção foi de 4%.

Um dos casos mais graves ocorreu na Terra Indígena Votouro, em Benjamin Constant do Sul (RS), onde três indígenas Kaingang morreram durante um conflito, em 13 de outubro. O episódio ocorreu após trabalhadores indígenas serem dispensados de suas funções por terem participado de uma carreata de apoio ao presidente reeleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Depois, um frentista foi morto a tiros e outros dois indígenas morreram durante uma ação do Batalhão de Choque da Brigada Militar. Na mesma data, 15 pessoas ficaram feridas. Ao todo, foram registrados 13 episódios de violência contra povos indígenas.

Ameaças contra mulheres

A violência também atingiu parlamentares recém-eleitas e pessoas que já exerciam mandatos. Dos 29 episódios registrados contra candidaturas, mandatos e partidos, 14 tiveram mulheres como vítimas. Em sete deles, foram identificados componentes de gênero, como machismo, misoginia ou transfobia.

As ameaças de morte e de estupro contra a deputada federal eleita Ana Elisa, de 21 anos, tiveram repercussão. Segundo a equipe da parlamentar eleita, as ameaças chegavam "a cada dois minutos" e eram acompanhadas de ataques racistas e machistas.

Providências necessárias

Para a pesquisadora Gisele Barbieri, o aumento da violência política exige respostas firmes das instituições brasileiras. "As divergências ideológicas ou partidárias não buscam mais somente calar representantes políticos e candidaturas. Atingem, em grande proporção, cidadãos comuns no exercício da cidadania", destaca.

No primeiro turno, de 16 de agosto a 4 de outubro, a pesquisa havia registrado 134 episódios de violência política contra pessoas candidatas ou eleitas. Já o levantamento do segundo turno mostra que as pessoas passaram a ser atacadas por manifestar publicamente suas posições políticas, mesmo sem ocupar cargos ou participar diretamente das campanhas.

Dos 242 registros de violência política difusa identificados no segundo turno, 225 atingiram apoiadores do PT e de Lula, o equivalente a 93%.

Noite de ataques

Conforme o estudo, os casos de violência cresceram entre o anúncio da vitória de Lula, no início da noite de 25 de outubro, e a madrugada do dia seguinte. Foram 54 episódios em 43 municípios de 16 estados.

A maioria envolveu pessoas que comemoravam a reeleição ou manifestavam apoio ao presidente. Em 13 ocorrências, os autores das violências identificados eram agentes do Estado, entre policiais militares, guardas municipais e um policial penal.

O levantamento contabilizou 32 agressões físicas, oito ameaças e 11 ataques com intenção letal, além de duas ofensas e um episódio de criminalização. Comemorações foram reprimidas, por exemplo, com balas de borracha, *spray* de pimenta e gás lacrimogêneo, além de disparos de arma de fogo, espancamentos e atropelamentos.

O estudo registra um caso em Campo Novo do Parecis (MT), onde um homem parou em frente a um bar, perguntou quem era petista e atirou contra os presentes. O investigador da polícia civil Emilson Ormond Souza, de 56 anos, morreu.

Em Mangueirinha (PR), um motorista embriagado furou um bloqueio policial e atropelou quatro pessoas que comemoravam a vitória de Lula. O militante Eliseu Pedrozo dos Santos morreu no dia seguinte.

A coordenadora da Justiça Global, Glaucia Marinho, ressalta que, diante da derrota nas urnas, extremistas usaram a violência para intimidar e punir quem votou em Lula ou manifestou apoio a ele. Isso colocou, no entender dela, a democracia em risco. "A retaliação chegou aos locais de trabalho e ao comércio, com ameaças de demissão e listas de boicote", aponta.

Outras ocorrências

Nos dias seguintes à apuração, houve mais casos de violência política. Na semana de 26 a 31 de outubro, foram registrados 101 episódios. Setenta e oito deles envolveram demissões, ameaças de demissão, incitação ao boicote ou listas de pessoas identificadas como eleitoras de Lula.

O levantamento identificou 14 demissões ou ameaças de demissão de trabalhadores, 27 manifestações públicas que incentivavam demitir ou boicotar eleitores do PT e 43 listas de comerciantes e profissionais que deveriam ser alvo de boicote.

Em Fortaleza (CE), por exemplo, uma fábrica de *jeans* demitiu ao menos 22 trabalhadores na manhã seguinte à eleição, após ameaças relacionadas ao posicionamento político dos funcionários. A Justiça do Trabalho determinou a reintegração de todos em 48 horas.

Até 29 de outubro, o Ministério Público do Trabalho havia recebido 3.754 denúncias de assédio eleitoral em 2026, superando as 3.373 registradas durante toda a eleição de 2022. Desse total, 1.459 denúncias chegaram nos três dias e meio seguintes à votação.

■ Levantamento mostrou que pessoas passaram a ser atacadas por manifestar suas posições quanto à disputa presidencial

Toca do Leão

Fábio Mozart
mozartpe@gmail.com | Colaborador

Microcrônicas (66)

Manoel Bandeira e o Dia de Finados: "Leva três rosas e reza uma oração na cova do meu pai, mas não para ele, e sim para mim, que tenho mais precisão".

"Não se enganem: as pessoas mais perigosas do mundo são aquelas que pensam que estão fazendo o trabalho de Deus" (Pastor Israel Cardoso Silva).

Previsão de quando os humilhados serão exaltados: no mesmo dia em que os últimos serão os primeiros.

O romancista Aluísio Azevedo asseverou: "Escrever para quê? Para quem? Não temos público. Uma edição de dois mil exemplares leva anos para esgotar-se". Isso foi no fim do século 19, mas infelizmente me parece tão atual!

"Não viemos à terra para julgar, nem para prender ou condenar, viemos para olhar e depois contar. Não somos juízes, não somos promotores, somos testemunhas do nosso tempo, uma testemunha crítica, não necessariamente de oposição, mas implacavelmente crítica" (Zuenir Ventura).

Multidão desceu a avenida em nome de Jesus. Poucos comprometidos com os valores supostamente pregados pelo hipotético salvador da humanidade.

"É necessário acreditar em alguma coisa que possa acalmar o absurdo da vida" (Raul Seixas).

"Pobre não tem religião: pratica superstição" (Eduardo Galeano).

Volta e meia somos convidados para a última ceia.

"A gente morre de câncer ou de dor, o que vem a ser a mesma coisa. Já viver, alguns vivem de esperança, outros de caridade e de arte uns poucos" (Anônimo).

O poeta Agenor Otávio saiu em meio aos túmulos do cemitério de Itabaiana, no Dia de Finados, abordando cada defunto amigo e deixando em sua tumba um versinho saudoso.

Acabou humanizando o ambiente cheio de energias negativas da falsidade e dissimulação, próprias desses eventos hipócritas nos quais muitos se juntam para fofocar e acender velas de piedade aparente.

O poeta procura obsessivamente o tempo perdido daquela Itabaiana lírica, de cidadãos probos e inteligentes, poetas e cronistas, líderes de ética socialmente aceita, homens e mulheres que hoje dormem em seus túmulos, finalmente desligados de suas angústias e alegrias.

Esses extintos seres em seus encantados recantos abriram um sorriso comovido no Dia de Finados para ler a composição de Agenor Otávio, um poeta que tem verdadeiro carinho e compreensão pela essência de sua Itabaiana de tempos que não voltam mais.

"Sou mãe de todas as vozes que virão depois" (Gal Costa).

"As pessoas têm coisas lindas a dizer sobre você. Mas você precisa morrer antes" (Fiódor Dostoiévski).

O Brasil ainda não é um país abastado, com um futuro promissório, confusório e preocupatório.

"Os velhos só se preocupam em dar bons conselhos quando não podem mais dar maus exemplos" (José Cavalcante).

Contada por José Cavalcante: "O terreno é tão fértil que no período chuvoso ninguém pode tocar tambor, porque as sementes começam a nascer, pensando que é trovoada".

"Enquanto a mentira já deu a volta ao mundo, a verdade ainda está apenas calçando os sapatos" (Mark Twain).

Colunista colaborador

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Casos ligados a *bets* subiram 75%

Ministério da Justiça analisou 99,6 milhões de boletins de ocorrência e identificou aumento de janeiro a setembro

Agência Gov

O número de registros de violência doméstica e familiar associados ao vício em apostas e jogos de azar cresceu 75% no Brasil em um ano. Foram 573 ocorrências de janeiro a setembro de 2026, contra 327 no mesmo período de 2025. Os dados são de um levantamento da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), que analisou aproximadamente 99,6 milhões de boletins de ocorrência registrados em todo o país.

De janeiro de 2020 a outubro de 2026, o estudo identificou 1.650 ocorrências de violência doméstica ou familiar com menção à dependência de jogos e apostas. Desse total, 1.101 foram classificadas explicitamente como violência contra a mulher.

Medida provisória assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva proibiu as *bets* em setembro deste ano.

Os relatos revelam situações em que perdas financeiras com apostas são acompanhadas de ameaças, agressões e apropriação do dinheiro das vítimas. Em muitos casos, companheiros ou ex-companheiros exigem transferências via Pix, utilizam cartões bancários sem autorização ou vendem bens da família para continuar jogando. Quando as mulheres se recusam a fornecer dinheiro, os conflitos podem evoluir para violência física.

A lesão corporal aparece em 805 ocorrências, enquanto 803 mencionam intimidação. Em 161 casos, há relatos de ameaça de morte e, em 218, referências a armas de fogo ou armas brancas. Crianças e adolescentes também aparecem no contexto familiar de 458 registros.

Para o secretário nacional de Segurança Pública, Chico Lucas, os dados revelam uma dimensão da dependência de jogos que ultrapassa o endividamento e atinge diretamente a segurança das famílias.

"Quando o dinheiro acaba, a violência muitas vezes começa dentro de casa. O que estamos identificando nos boletins de ocorrência são mulheres ameaçadas, agredidas e pressionadas a entregar o próprio dinheiro para sustentar o vício de companheiros ou familiares. As apostas deixaram de ser apenas uma questão financeira e passaram a aparecer também nos registros de violência doméstica. É um problema que precisa ser enfrentado com muita seriedade", afirma.

Tigrinho

O levantamento mostra que os jogos de cassino *on-line* têm presença expressiva nos registros policiais. O chamado "jogo do tigrinho" e outros caça-níqueis virtuais aparecem em 248 ocorrências, quatro vezes mais que as apostas esportivas, mencionadas em 62 casos.

Em outros 812 registros, os relatos citam apostas ou jogos *on-line* sem identificar uma plataforma específica.

> Crescimento das ocorrências ganhou força a partir de 2024, quando os registros passaram de 132, em 2023, para 215

O crescimento das ocorrências ganhou força a partir de 2024, quando os registros passaram de 132, em 2023, para 215. Em 2025, chegaram a 503. Somente até 8 de outubro de 2026, já haviam sido contabilizadas 588 ocorrências.

A taxa de registros com menção ao vício em apostas passou de 3,9 por milhão de boletins de ocorrência em 2020 para 41,1 em 2026, um crescimento superior a 10 vezes.

Dívidas

O impacto financeiro das apostas também aparece de forma recorrente nos relatos. Em 360 ocorrências, há referências a dívidas, empréstimos ou agiotagem. Outros 191 registros mencionam uso indevido de contas bancárias, cartões ou transferências via Pix, enquanto 167 envolvem furto, venda ou apropriação de bens.

Há ainda 124 ocorrências com referências a benefícios sociais, aposentadorias ou pensões, incluindo situações em que recursos destinados ao sustento familiar teriam sido utilizados para financiar apostas.

Em aproximadamente 78% dos registros, a pessoa descrita como dependente de jogos é identificada por termos masculinos. Além de companheiros e ex-companheiros, os relatos incluem filhos adultos que ameaçam ou agridem mães e outros familiares para conseguir dinheiro.

O levantamento também identificou 825 ocorrências com menção a pedido ou descumprimento de medidas protetivas de urgência, o equivalente à metade dos casos analisados.

Os dados foram extraídos da Base Nacional de Boletins de Ocorrência (BNBO), com registros até 8 de outubro de 2026. A análise considera relatos que mencionam simultaneamente problemas de dependência e jogos de azar. Essas referências não representam necessariamente diagnósticos médicos nem permitem afirmar que as apostas tenham causado diretamente os episódios de violência.

Como a identificação depende das informações fornecidas no momento do registro policial, o levantamento também não representa a totalidade dos casos de violência doméstica em que problemas com apostas possam estar presentes.

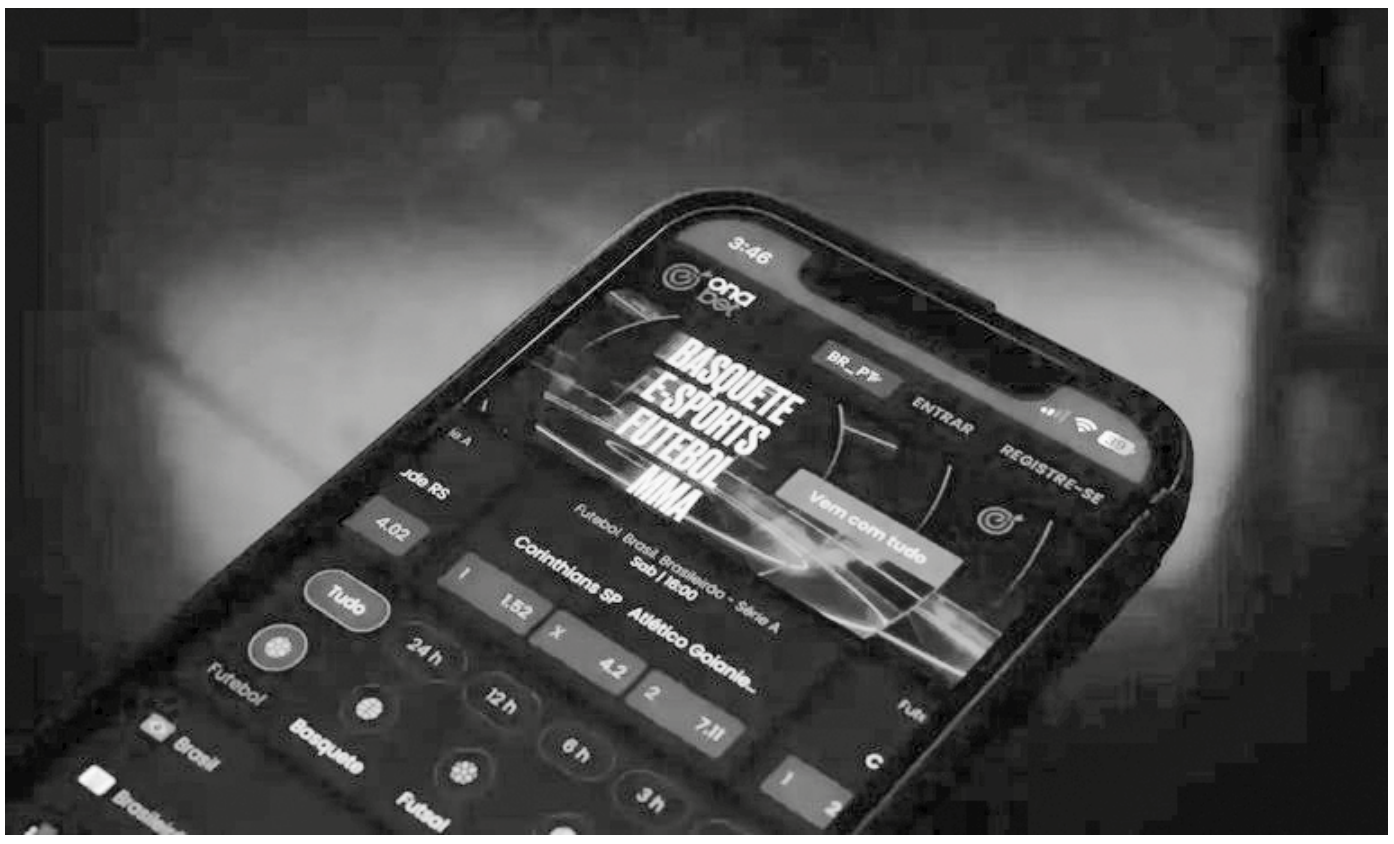


Foto: Antônio Cruz/Agência Brasil

Os dados revelam uma dimensão da dependência de jogos que ultrapassa o endividamento e atinge a segurança das famílias

Governo regula devolução de dinheiro não apostado

O Governo Federal, por meio da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda (SPA/MF), publicou, na última terça-feira (10), a Instrução Normativa SPA/MF nº 32 que estabelece as regras para o uso da reserva financeira para que os operadores de apostas continuem com a devolução dos valores devidos aos apostadores. A medida faz parte das ações previstas após a publicação da Medida Provisória nº 1.394 de 25 de setembro de 2026, que proibiu as apostas no Brasil.

Reserva financeira

A reserva financeira, estabelecida em R$ 5 milhões por empresa pela Portaria SPA/MF nº 615/2024, foi criada para proteger os consumidores-apostadores. Com a nova regulamentação, as empresas que não tiverem recursos suficientes para devolver todos os valores devidos poderão solicitar à SPA uma autorização para utilizar essa reserva.

O dinheiro deverá ser destinado exclusivamente à restituição dos saldos, não podendo ser utilizado para pagar despesas das empresas, como salários, impostos, custos administrativos ou gastos relacionados ao encerramento das atividades.

Para solicitar o uso da reserva, as operadoras deverão apresentar à secretaria as informações e os documentos necessários para comprovar os valores devidos. As empresas também serão responsáveis pela veracidade dos dados. Após a análise e autorização da SPA, os recursos serão transferidos à Caixa Econômica Federal, que será a responsável pela devolução.

Valor que sobrar

A instrução normativa também estabelece o que acontecerá com os valores que eventualmente sobrarem na reserva financeira. Após a conclusão das restituições, as empresas poderão solicitar a liberação desses recursos, desde que comprovem que não há mais valores pendentes de devolução aos apostadores.

Com a regulamentação, a SPA busca assegurar que os recursos da reserva financeira sejam utilizados prioritariamente para proteger os apostadores e garantir a devolução dos valores devidos, estabelecendo regras claras para sua utilização e liberação.

R$ 24 MILHÕES

Edital prevê verba para *internet* na zona rural

Agência Gov

Internet e telefonia móvel devem chegar a mais de 118 mil brasileiros residentes em áreas rurais e em comunidades longe dos grandes centros. A previsão está disposta no edital do Ministério das Comunicações, da Anatel e da Seja Digital, que trata da implantação de infraestrutura de telecomunicações em 190 localidades de 17 estados sem cobertura adequada. O objetivo é ampliar a conectividade em regiões que, historicamente, ficaram fora do alcance das operadoras, garantindo inclusão digital, acesso a serviços públicos e melhores condições de comunicação para moradores de comunidades remotas.

A seleção das operadoras será feita por meio do 5º Leilão Reverso do Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (Gired), marcado para 8 de dezembro de 2026. Serão destinados R$ 24 milhões à iniciativa, com recursos remanescentes do edital do leilão do 4G.

"Levar *internet* e telefonia móvel a regiões rurais e comunidades remotas é garantir que mais brasileiros tenham acesso a oportunidades, serviços públicos, educação e informação. Estamos trabalhando para reduzir as desigualdades digitais e assegurar que a conectividade chegue a quem mais precisa, em todos os cantos do país", destacou o ministro das Comunicações, Frederico de Siqueira Filho.



Foto: Shizuo Alves/MCom

O objetivo é chegar a regiões fora do alcance das operadoras

Com o 5º Leilão Reverso do Gired, o volume de recursos destinados à expansão da conectividade nessas regiões chegará a R$ 294 milhões. Nas quatro edições anteriores, outras 347 localidades já foram contempladas.

Localidades

As 190 localidades previstas no edital estão distribuídas em 17 unidades da Federação: Alagoas, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso, Paraíba, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Maranhão, Goiás, Pará, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e Distrito Federal.

Regras

O leilão reverso funciona de forma diferente de uma disputa tradicional: vence a operadora que se comprometer a realizar o serviço pelo menor valor de recurso público. As empresas poderão escolher uma ou mais localidades da lista e apresentar um lance único para cada uma, sempre abaixo do valor máximo previsto no edital. A proposta que solicitar o menor subsídio para atender cada localidade será a vencedora.

O Ministério das Comunicações integra o Gired, grupo que reúne também representantes da Anatel, das empresas de radiodifusão e das operadoras de telecomunicações. O colegiado é responsável pelas diretrizes da Seja Digital/EAD.

EM TRÊS ESTADOS

Seleções somam mais de 1,7 mil vagas

Inscrições para o TJPB entram na reta final; Pernambuco e Ceará têm editais abertos para diferentes perfis

Priscila Perez
priscilaperezcomunicacao@gmail.com

Quinze de novembro é uma daquelas datas que todo concurseiro precisa conhecer para ir bem na prova de conhecimentos gerais. Mas hoje, além de celebrar a Proclamação da República, há um motivo extra para ficar de olho no calendário: a reta final das inscrições para o concurso do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB), com 50 oportunidades em aberto. Agora, se você não tem medo de viajar por uma vaga, há outras duas seleções interessantes. Em Pernambuco, a Polícia Penal acaba de abrir 700 vagas para profissionais com graduação em qualquer área. Já no Ceará, a Prefeitura de Boa Viagem reúne mais de mil postos para diferentes níveis de escolaridade. Ao todo, são 1.751 vagas em jogo nos três estados.



Foto: Divulgação/TJPB

O concurso do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) está com 50 oportunidades em aberto

Últimos dias

Para quem pretende conquistar seu lugar no Judiciário paraibano, a hora de decidir chegou. Restam somente três dias para se inscrever no concurso do TJPB, que oferece 50 vagas imediatas, além de formação de cadastro reserva. Metade delas é destinada a graduados em Direito, enquanto as demais estão distribuídas entre Contabilidade e diferentes especialidades ligadas à Tecnologia da Informação (TI).

Um dos atrativos do concurso é a jornada de 30 horas semanais, com vencimento inicial de R$ 7,5 mil para todos os cargos. Além disso, o edital prevê alguns benefícios como auxílio-alimentação, no valor de R$ 2,2 mil, e auxílio-saúde de R$ 1,8 mil. Se você ainda não garantiu a sua participação, é bom não deixar para a última hora: acesse até a próxima quarta-feira (18) o *site* da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e siga as instruções. A taxa custa R$ 120.

Use o *QR Code* para acessar o edital do TJPB

Quanto à avaliação, os candidatos passarão por provas objetivas e discursiva, ambas marcadas para 24 de janeiro de 2027, em João Pessoa. Na primeira, terão de responder a 60 questões de conhecimentos gerais e específicos. Já a discursiva, conforme a retificação do edital, será composta por um estudo de caso de 30 linhas, relacionado aos conhecimentos específicos de cada cargo.

Carreira policial

Em Pernambuco, por sua vez, o caminho para ingressar no serviço público passa pela segurança. A Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (Seap-PE) abriu 700 vagas para policial penal. E, aqui, há uma vantagem para quem tem formação superior: o edital aceita graduação em qualquer área, desde que o curso seja reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC). Entretanto, também é necessário possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH), no mínimo, na categoria B.

Quanto à remuneração, o valor oferecido é de R$ 5,6 mil, já incluindo a chamada gratificação por risco. Já a jornada prevista é de 40 horas semanais, com possibilidade de trabalhar em regime de plantão. Se você tem interesse na carreira policial, realize a inscrição no concurso pernambucano até 4 de janeiro de 2027, pelo *site* do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe). A taxa é de R$ 250.

Mas atenção, concurseiro: a seleção para policial penal não se encerra após as provas objetivas e discursivas, previstas para 21 de março. Os candidatos aprovados ainda passarão por exames médicos, teste de aptidão física, avaliação psicológica e investigação social. E, ao fim do processo, haverá o curso de formação profissional, também de caráter eliminatório e classificatório. Todas as etapas ocorrerão nas cidades de Recife, Caruaru, Petrolina e Arcoverde.

Use o *QR Code* para acessar o edital da Polícia Penal de Pernambuco

Boa Viagem

Já no Ceará, a Prefeitura de Boa Viagem, localizada a 220 km de Fortaleza, concentra a maior oferta de vagas entre os três concursos. Além das mil imediatas, há duas mil para cadastro reserva. E há espaço para diferentes perfis profissionais, desde quem concluiu apenas o Ensino Fundamental até candidatos com formação superior. Entre as oportunidades estão cargos como coordenador pedagógico, psicopedagogo, professor em diferentes campos do conhecimento, médico, vigia, agente administrativo, merendeira, psicólogo, fisioterapeuta, engenheiro civil e bibliotecário. Não à toa, com tanta diversidade de vagas, os salários variam bastante: vão de R$ 1,6 mil a R$ 14,7 mil, para jornadas de 20 a 40 horas semanais.

Se alguma dessas oportunidades despertou seu interesse, faça a inscrição até 7 de dezembro, pelo *site* da Fundação de Apoio à Cultura, à Pesquisa e ao Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico (Cetrede). As taxas são de R$ 80 para nível fundamental, R$ 100 para médio e R$ 125 para superior. Sobre a avaliação, todos os candidatos farão uma prova objetiva, prevista para 10 de janeiro, em Boa Viagem. Vale destacar que, para algumas funções, a exemplo dos professores, haverá também uma prova discursiva. Além disso, todos os cargos de nível superior passarão por avaliação de títulos.

Use o *QR Code* para acessar o edital da Prefeitura de Boa Viagem

Pedagogo ajuda a construir os caminhos da educação

Quem ensina também precisa aprender. E não se trata apenas de atualizar conteúdo ou acompanhar as novidades que chegam à sala de aula. Por trás do trabalho de qualquer professor, há uma infinidade de decisões sobre planejamento, metodologia, avaliação e estratégias para lidar com as diferentes necessidades dos estudantes. Mas, então, quem cuida de tudo isso? É o pedagogo quem assume essas responsabilidades, embora ele também possa atuar dentro e fora das escolas. Para Marcus Quintanilha, professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), é essa diversidade uma das características mais marcantes da Pedagogia, área que exige, entre outras coisas, conhecimento, diálogo e muita disposição para estudar.

Essa dedicação aos estudos, aliás, também explica a escolha de Marcus pela Pedagogia. Quando decidiu ingressar no curso, já era professor, mas sentia falta de explorar os fundamentos da educação, tanto práticos quanto teóricos, assim como os aspectos sociais e políticos que fazem parte de qualquer processo de ensino. No papel de professor, queria aprender mais. E faz sentido. "A pedagogia abre um leque de possibilidades formativas para a gente pensar a educação de um modo mais amplo, enquanto ciência", explica. Os estudos também despertaram nele o interesse pela educação infantil e pelos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, embora, hoje, suas pesquisas o levem para outros temas.

Para além do ensino

Mas todo pedagogo atua, necessariamente, dentro da sala de aula? Na prática, esse profissional pode contribuir com o planejamento das atividades pedagógicas, a coordenação do trabalho docente e a avaliação dos processos de aprendizagem. E isso tudo sem sair do ambiente escolar. Segundo Marcus, são funções importantes, que exigem conhecimento pedagógico e uma compreensão maior da instituição em que o profissional atua, até porque há certos problemas que não podem ser resolvidos de forma objetiva durante a aula.

Embora a docência e a gestão escolar estejam entre os caminhos mais comuns para o pedagogo, o mercado de trabalho também oferece outras possibilidades, como no Ensino Superior e em espaços "não escolares", a exemplo de hospitais e instituições ligadas à área jurídica. Por isso, para quem pretende seguir essa carreira, o professor Marcus recomenda conhecer de perto a realidade das escolas e experimentar a docência em algum momento da carreira, já que, muitas vezes, o contato com o ensino costuma ser o ponto de partida dessa jornada pedagógica.

Além disso, gostar de trabalhar com pessoas e ter disposição para enfrentar desafios coletivos são características que, de acordo com ele, fazem toda a diferença. "Considero que estar próximo das pessoas, escutar, dialogar e deliberar de forma coletiva são habilidades bastante importantes" complementa. Esse tipo de postura demanda, inclusive, capacidade para identificar dificuldades e buscar soluções em equipe, atuando ao lado de diferentes profissionais e com a responsabilidade de tornar o processo de aprendizagem mais acolhedor.

Aprendizado constante

Com tantas possibilidades de atuação, não é por acaso que acompanhar as transformações da própria educação seja um dos principais desafios da profissão. E, aqui, não estamos falando de tecnologia apenas. As metodologias de ensino, assim como as demandas dos alunos, mudam com o tempo — e o tempo todo. Por isso, Marcus considera que a formação não pode terminar no diploma. "Como a pedagogia está sempre em transformação, estar atualizado nesse debate exige estudo constante, isto é, uma formação continuada", reflete. Nesse sentido, vale apostar em cursos de aperfeiçoamento, especializações e outras atividades que ajudem o pedagogo a aprofundar o conhecimento e lidar com as novidades que surgirem.

Entretanto, nem todos os desafios da profissão dependem, exclusivamente, da disposição ou da competência do pedagogo. Há outras questões que também interferem na qualidade do trabalho, de acordo com Marcus, como remuneração, jornada e disponibilidade de tempo para planejamento e formação continuada. "As condições de trabalho são fundamentais, e não estamos falando só das estruturais", observa. Na avaliação dele, garantir essas condições é parte importante do debate sobre a valorização da educação.

Oportunidade

No Ceará, a Prefeitura de Boa Viagem oferece 210 vagas para professor pedagogo, cargo que exige licenciatura na área, conforme o edital. A jornada é de 20 horas semanais, com salário inicial de R$ 2,5 mil. Há, ainda, 20 oportunidades para coordenador pedagógico, função que exige graduação em Pedagogia, especialização em Psicopedagogia e experiência na área educacional. Nesse caso, a remuneração é de R$ 5,9 mil por 40 horas semanais.



Foto: Arquivo pessoal

Os estudos também despertaram em Marcus Quintanilha o interesse pela Educação Infantil

Selic	Sálário mínimo	Dólar $ Comercial	Euro € Comercial	Libra £ Esterlina
Fixado em 4 de novembro de 2026	R$ 1.621	0,05%	-0,23%	0,25%
13,75%		R$ 5,65	R$ 6,23	R$ 7,47

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Outubro/2026	0.14
Setembro/2026	0,82
Agosto/2026	-0,32
Julho/2026	0,07
Junho/2026	0,16
Maio/2026	0,58

Ibovespa
172.457 pt
0,66%

FIM DA 6X1

Transição requer novas formas de organização

Equilíbrio entre sustentabilidade das empresas e benefícios trabalhistas é desafio

Carolina Oliveira
marquesdeoliveira.carolina@gmail.com


Foto: Carlos Rodrigo

Restaurante de JP já adota escala 5x2 há mais de um ano

A partir do dia 16 de dezembro, a emenda à Constituição que substitui a escala de seis dias de trabalho para um de descanso, passando a garantir aos trabalhadores duas folgas por semana, entra em vigor. A transição para a nova jornada, que reduz as atuais 44 horas para 40 horas semanais, acontece gradualmente, ao longo de 14 meses, e sem corte salarial. A medida deve impulsionar mudanças na forma de pensar a organização do trabalho, trazer desafios para as empresas e ainda gerar novos empregos.

Na avaliação da psicóloga organizacional e consultora especialista em gestão estratégica de pessoas, Thalita Amarante, nessa nova realidade, vão se destacar as empresas que conseguirem equilibrar produtividade, sustentabilidade financeira e bem-estar dos trabalhadores. "É uma mudança que exige planejamento, principalmente porque as empresas têm realidades muito diferentes", pondera.

Conforme exemplifica, diferentes dinâmicas podem surgir: se no pequeno comércio a ausência de um funcionário em determinado dia pode comprometer o atendimento, em um supermercado, num hotel ou na indústria, o desafio pode estar na reorganização dos turnos, na cobertura das folgas e na manutenção da produtividade. "Estamos falando de reduzir a disponibilidade de horas dos colaboradores, mantendo os salários e, ao mesmo tempo, precisando garantir a produção, o atendimento e os resultados. Sem dúvida, existem desafios importantes, algumas empresas precisarão reorganizar completamente suas escalas, investir em tecnologia, capacitar profissionais, ou até ampliar suas equipes", observa.

Estudos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) projetam que a medida que modifica a legislação trabalhista pode impulsionar a geração de até 4,5 milhões de novos empregos de curto e médio prazo em todo o país. "Novas contratações serão realmente necessárias quando, mesmo após a reorganização das escalas e dos processos, a empresa não conseguir manter sua operação com a equipe atual, respeitando os limites de jornada e os períodos de descanso", avalia Thalita.

A tendência é que isso aconteça principalmente em negócios que funcionam seis ou sete dias por semana, com operações contínuas, e em equipes reduzidas ou funções que exijam profissionais específicos. Para identificar a necessidade, a especialista indica como medida imprescindível um dimensionamento de pessoal que analise a demanda de cada setor, os horários de maior movimento, a produtividade e a quantidade de profissionais necessários por turno. A partir desse diagnóstico, a empresa consegue identificar exatamente onde existe falta de pessoal, quantas horas precisam ser cobertas e qual o perfil profissional adequado.

Porém, contratar mais não precisa ser a primeira opção. "É preciso avaliar se o quadro de pessoal está adequado, se as atividades estão bem distribuídas e se existem desperdícios de tempo, retrabalhos e processos que podem ser melhorados", afirma Thalita. Dimensionar as equipes, revisar processos, preparar as lideranças, encontrar soluções que atendam tanto à legislação quanto às necessidades da operação e evitar sobrecarga deve estar entre as prioridades dos planejamentos de transição para a nova jornada.

Alterações afetam bem-estar e produtividade

A mudança, que deve trazer benefícios importantes para os trabalhadores, pode também mostrar reflexos positivos para as empresas. Profissionais que conseguem descansar melhor, passar mais tempo com a família, cuidar da saúde e investir na própria qualificação tendem a ter melhores condições físicas e emocionais para trabalhar. "Isso faz diferença. Um funcionário menos cansado pode apresentar maior concentração, cometer menos erros, atender melhor os clientes e se relacionar melhor com os colegas", exemplifica Thalita. Outras consequências que podem ser relacionadas são a redução do absenteísmo, dos afastamentos por adoecimento e da rotatividade, que representam custos significativos para as empresas.

"Mas é importante destacar que esses benefícios não são automáticos", ressalta. Reduzir a jornada, por si só, não garante aumento de produtividade. Em empresas com problemas de gestão, processos desorganizados, lideranças despreparadas e excesso de cobranças, os resultados poderão continuar comprometidos. "Essa mudança representa também uma oportunidade para as empresas evoluírem na gestão de pessoas", avalia Thalita. Conforme alerta a profissional, o mercado exigirá, cada vez mais, eficiência, profissionais capacitados, lideranças competentes e processos bem estruturados. Da mesma forma, não basta cumprir a legislação se a empresa não conseguir manter sua operação financeiramente saudável. O grande desafio será encontrar esse equilíbrio.

Para a empresária Giovanna Maia fundadora e diretora criativa do grupo de restaurantes de João Pessoa Loca como Tu Madre, a mudança contribui para a valorização dos profissionais, a retenção de talentos e a sustentabilidade do negócio. Há mais de um ano, quem trabalha nesses espaços, localizados nos bairros Miramar e Centro, já tem direito a dois dias de descanso por semana. "Antecipamos a adoção da escala 5x2 por acreditar que a dignidade e a qualidade de vida dos nossos colaboradores são aspectos fundamentais. Queremos que quem trabalha conosco tenha tempo para estar com a família, cuidar da casa, cumprir suas obrigações e aproveitar a vida fora do trabalho", relata.

O maior desafio, de acordo com a experiência da empreendedora, foi reorganizar as escalas e distribuir responsabilidades, mantendo qualidade de atendimento em um negócio que funciona todos os dias. "Isso exigiu mais planejamento, adaptação das equipes e eficiência nos processos. Nossa avaliação, contudo, tem sido positiva, embora ainda persistam desafios e ajustes a serem feitos. Afinal, se proporcionamos momentos felizes aos nossos clientes, precisamos também cuidar da felicidade de quem faz tudo isso acontecer", conclui a empresária.

Estimativas

Segundo notas técnicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a maioria dos setores produtivos possui capacidade de absorver aumentos nos encargos do trabalho. O estudo aponta que o custo médio do trabalho celetista sobe 7,84% com uma jornada de 40 horas semanais. Ponderando o peso do trabalho no custo total de cada setor, as estimativas indicam efeitos reduzidos frente à totalidade.

Em setores com forte geração de empregos, como a indústria e o comércio, o efeito estimado é inferior a 1% do custo operacional, o que indica maior capacidade de absorção de mudanças na jornada. Já empresas de serviços como vigilância e limpeza tendem a ser mais diretamente afetadas, devido à elevada participação da mão de obra em seus custos. O maior impacto em termos de custo operacional é de 6,6% para o setor de vigilância, segurança e investigação.

Os autores do estudo defendem que o aumento do custo do trabalho não implica necessariamente em redução da produção ou aumento de desemprego, uma vez que, no país, já foram enfrentados aumentos mais relevantes no custo do trabalho, como aqueles associados aos reajustes do salário mínimo, que chegaram a 12% em 2001, 7,6% em 2012 e 5,6% em 2024, e não impactaram negativamente o nível de emprego.

Economia em Desenvolvimento

Amadeu Fonseca
amadeu.economista@gmail.com | Colaborador

Paraíba: saldo empresarial fora do MEI recua 40%

O saldo empresarial da Paraíba cresceu, mas quase todo o resultado positivo veio dos microempreendedores individuais (MEIs). Nos 12 meses encerrados em setembro de 2026, o MEI respondeu por 88,9% do saldo de aberturas e fechamentos, enquanto os demais negócios perderam dinamismo. O que essa diferença revela sobre a estrutura empresarial paraibana?

Segundo o Mapa de Empresas, o estado registrou 70.793 aberturas e 41.343 fechamentos, saldo de 29.450 empresas. Os MEIs representaram 75,9% das aberturas, participação próxima à observada no Nordeste e no Brasil. Depois das baixas, responderam por 26.186 empresas do saldo positivo. Isso mostra que o empreendedorismo individual não apenas domina as novas formalizações: sustenta quase todo o resultado líquido.

A comparação com os 12 meses anteriores revela uma mudança ainda mais importante. O saldo dos MEIs aumentou 27,7%, enquanto o das empresas fora desse regime caiu 40,4%. Em números absolutos, o avanço de 5.686 no saldo dos microempreendedores compensou a redução de 2.217 registrada entre os demais negócios. Assim, toda a melhora do saldo estadual veio do MEI. Fora dele, o resultado permaneceu positivo, mas perdeu força.

A comparação regional acrescenta um sinal de alerta. Na Paraíba, houve 51 fechamentos de MEIs para cada 100 aberturas, relação próxima à do Nordeste e do Brasil, ambos com 53. Entre as empresas não MEI, foram 81 fechamentos para cada 100 aberturas, contra 71 no Nordeste e 63 no Brasil. Essa distância merece investigação: demonstra uma relação menos favorável entre entradas e saídas justamente no grupo cujo saldo recuou.

Isso não significa que 8 em cada 10 empresas recém-abertas fecharam. O indicador compara fluxos ocorridos no mesmo período, incluindo baixas de negócios constituídos anteriormente. Também seria incorreto tratar o não MEI como um grupo homogêneo. As sociedades limitadas paraibanas, por exemplo, registraram 33 fechamentos para cada 100 aberturas, abaixo dos 37 do Nordeste e 36 do Brasil. O contraste sugere que a dificuldade não está distribuída igualmente entre os diferentes perfis empresariais.

A expansão do MEI tem importância econômica: amplia a formalização, reduz barreiras de entrada e permite que trabalhadores desenvolvam atividades com registro. Mas formalizar não é sinônimo de ganhar escala. Os dados não informam faturamento, investimentos, geração de empregos ou produtividade, nem permitem concluir se predominam iniciativas por oportunidade ou por necessidade. A questão é entender o que acontece com esses negócios depois que entram no mercado. A prioridade não é tratar o MEI como etapa inferior, mas identificar oportunidades reais de crescimento quando houver demanda.

Para empresários e formuladores de políticas públicas, há duas agendas distintas: preservar a facilidade de empreender e compreender por que a dinâmica fora do MEI apresenta resultados menos favoráveis. Isso envolve investigar diferenças por atividade, porte e natureza jurídica, além das condições de demanda, crédito e gestão. A Paraíba demonstra capacidade de formalização. O desafio é transformar essa entrada em negócios economicamente consistentes e criar condições para que aqueles com potencial possam crescer.

MINERAIS CRÍTICOS

NE concentra recursos em pesquisas

Mais de 50% dos investimentos foram aplicados na região, segundo aponta estudo publicado pelo Banco do Nordeste

Agência Gov



Foto: Divulgação/Vale

Levantamento destaca que o local possui ocorrências e projetos relacionados a cobre, níquel, vanádio, tungstênio, terras-raras, grafite, lítio e outros

O Nordeste recebeu R$ 1,7 bilhão em investimentos para pesquisa de minerais críticos, de 2021 a 2025, o equivalente a 53,4% do total aplicado no Brasil. A região também concentra 48,3% dos processos nacionais na fase de autorização de pesquisa desses recursos. Os dados integram um dos estudos da edição especial da *Revista Econômica do Nordeste (REN)*, publicação científica editada pelo Banco do Nordeste (BNB) e lançada durante o XXII Seminário Nacional de Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral, em Campina Grande.

O lançamento da *REN* ocorreu na última terça-feira (10) e integrou a programação do seminário, no auditório da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (Fiepb). Na oportunidade, também foram anunciados os finalistas do Prêmio Melhores Práticas em APL de Base Mineral 2026 e lançado o estudo geoeconômico da Paraíba.

A edição especial da *REN* reúne artigos científicos sobre a atividade mineral, com trabalhos dedicados a minerais críticos, terras-raras, rochas ornamentais, agrominerais, calcários e gemas, entre outros temas. A publicação aborda desafios e oportunidades relacionados ao aproveitamento dos recursos minerais e ao desenvolvimento de cadeias produtivas no Nordeste e no Brasil.

Um dos estudos mostra que o potencial nordestino supera a participação atual da região na produção. Em 2025, o Nordeste respondeu por 12,4% do valor nacional da produção de minerais críticos, com R$ 5,2 bilhões. Ao mesmo tempo, reuniu quase metade dos processos em autorização de pesquisa e mais da metade dos investimentos destinados à pesquisa desses recursos no Brasil, no intervalo de 2021 a 2025.

Segundo o levantamento, a região possui ocorrências e projetos relacionados a cobre, níquel, vanádio, tungstênio, terras-raras, grafite, lítio, tântalo, titânio e nióbio. A Bahia ocupa a principal posição regional, com 82,7% dos investimentos em pesquisa mineral e a maior parcela da produção. Todos os estados nordestinos, no entanto, receberam investimentos em pesquisa de minerais críticos no período analisado.

Autor do artigo, organizador da edição especial e pesquisador do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), Francisco Diniz Bezerra avalia que a região pode ampliar sua presença nas cadeias produtivas internacionais. "Conclui-se que o Nordeste possui elevado potencial geológico e condições favoráveis para ampliar sua participação na oferta global de minerais críticos, especialmente por meio da agregação de valor via beneficiamento, refino e transformação mineral. A consolidação dessa trajetória depende da expansão da infraestrutura, do fortalecimento da pesquisa e inovação, da qualificação de mão de obra e de políticas voltadas à industrialização", destacou.

Os minerais críticos têm aplicações importantes para a transição energética, a digitalização da economia, a mobilidade elétrica, a defesa e a segurança tecnológica. Eles são usados, por exemplo, em baterias para veículos elétricos, sistemas de armazenamento de energia, turbinas eólicas, painéis solares, redes de transmissão, semicondutores, equipamentos eletrônicos e componentes da indústria aeroespacial.

O estudo aponta que o maior potencial econômico para o Nordeste não está apenas no aumento da extração. A região pode avançar na formação de cadeias produtivas que incluam beneficiamento, refino, transformação mineral e fabricação de produtos intermediários. Cobre, níquel, lítio, grafite, terras-raras e vanádio podem sustentar atividades relacionadas a materiais para baterias, ímãs permanentes, ligas metálicas especiais, componentes eletrônicos, equipamentos de energia renovável e sistemas avançados de armazenamento.

Entre as vantagens regionais para a instalação de empreendimentos de processamento mineral, os pesquisadores destacam a localização voltada ao comércio internacional, a infraestrutura portuária, polos industriais, centros de pesquisa e inovação e a elevada participação de fontes renováveis na matriz elétrica. A disponibilidade de energia eólica e solar ainda pode favorecer a formação de cadeias produtivas com menor emissão de carbono.

O avanço da atividade, entretanto, exige maior conhecimento geológico, redução dos riscos exploratórios e ampliação das infraestruturas logística, hídrica e energética nas áreas produtoras. O estudo também aponta a necessidade de qualificar mão de obra, ampliar investimentos em pesquisa e inovação e combinar segurança jurídica e competitividade com padrões socioambientais.

Outra prioridade apontada pelos pesquisadores é ampliar a agregação de valor aos recursos minerais na própria região. A integração entre universidades, centros de pesquisa, empresas e instituições de fomento pode contribuir para a industrialização, a geração de empregos qualificados e a formação de polos intensivos em conhecimento e tecnologia.

Dentro do segmento, cadeia de fertilizantes deve ter prioridade

Agência Estado

O Governo Federal pretende priorizar projetos ligados à cadeia de fertilizantes na seleção de empreendimentos estratégicos da Política Nacional de Minerais Críticos. A iniciativa busca direcionar os instrumentos de apoio previstos na legislação para atividades capazes de reduzir a dependência brasileira de insumos importados, segundo afirmou o secretário nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia (MME), Anderson Arruda.

O secretário ressaltou que a estratégia governamental não deve se limitar à classificação dos minerais em listas de criticidade, mas considerar os empreendimentos capazes de atender às necessidades nacionais. "Mais importante do que a classificação são os projetos", afirmou. Segundo Arruda, a lista de minerais críticos funciona como uma diretriz para orientar a escolha de iniciativas estratégicas, enquanto a seleção dos empreendimentos permitirá identificar quais instrumentos de apoio são mais adequados a cada necessidade.

A prioridade conferida aos fertilizantes está relacionada à dependência externa brasileira, considerada um desafio para a segurança alimentar. Arruda destacou o contraste entre a posição do Brasil como um dos maiores produtores mundiais de alimentos e sua elevada necessidade de importar fertilizantes. Nesse contexto, defendeu que a política mineral também seja orientada pela soberania alimentar, com estímulos ao desenvolvimento de cadeias produtivas capazes de abastecer o mercado interno.

O representante do MME também defendeu a integração entre a Política Nacional de Minerais Críticos e o Plano Nacional de Fertilizantes (Profert). Para ele, a articulação entre as duas iniciativas pode estabelecer uma orientação mais clara para a atuação governamental e a destinação de recursos ao setor. Entre os mecanismos previstos na legislação, mencionou o fundo garantidor e os incentivos aos empreendimentos, que podem contribuir para reduzir os riscos de financiamento e facilitar a atração de investimentos para projetos de maior complexidade.

Outro ponto abordado foi a necessidade de avaliar individualmente os empreendimentos antes de definir os mecanismos de apoio. Segundo Arruda, a escolha deverá considerar os desafios das empresas, as necessidades de investimento, os custos de implantação e as condições tecnológicas e produtivas de cada projeto. O secretário também citou instrumentos especiais de licenciamento ambiental aprovados pelo Congresso Nacional, mas ainda pendentes de implementação, que poderão ser utilizados em empreendimentos considerados estratégicos.

Ele argumentou que a política deve considerar as particularidades das diferentes cadeias minerais e concentrar esforços naquelas com maior relevância para o abastecimento nacional. Na avaliação do secretário, o Brasil dispõe de capital, tecnologia e potencial produtivo para ampliar sua participação nessas atividades, mas precisa coordenar os esforços entre governo e iniciativa privada. "O setor de fertilizantes será priorizado", reforçou, ao defender que a seleção de projetos oriente a aplicação dos instrumentos previstos na legislação.

Ao tratar das condições necessárias para viabilizar os empreendimentos, o secretário também destacou o papel do conhecimento geológico na redução de incertezas para investidores. Nesse sentido, informou que o governo elevou o orçamento dos serviços geológicos para R$ 50 milhões e pretende ampliá-lo para R$ 300 milhões, com o objetivo de intensificar o mapeamento do território nacional e contribuir para a identificação de oportunidades de exploração mineral.



Foto: Divulgação/BNB

Dados que mostram potencial do território nordestino foram apresentados em seminário que aconteceu em Campina Grande

EDIÇÃO: Camilla Barbosa
EDITORAÇÃO: Matheus dos Reis

OPORTUNIDADE DE CRESCIMENTO

Startups paraibanas criam raízes no exterior

Participação no Web Summit Lisboa amplia negócios internacionais

Bea Alcântara
Ascom Secties-PB



Foto: Divulgação/Secties-PB

Laís Ramos, da We Guide, celebra parcerias e insights *conquistados no evento*

Laís Ramos chegou ao Web Summit Lisboa com Portugal já no radar. Sócia-fundadora da We Guide, *startup* paraibana que conecta turismo, tecnologia, bem-estar e experiências, ela já tinha feito prospecções e iniciado conversas com potenciais parceiros no país. Faltava a chance de apresentar a empresa frente a frente. Isso veio com a primeira participação da empresa no evento, encerrado na última quinta-feira (12), e a We Guide voltou para casa com parcerias firmadas.

A trajetória de Laís é uma das 30 histórias que a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior (Secties-PB) levou a Lisboa nessa edição. Nas missões ao Web Summit em Lisboa e no Rio de Janeiro, empresas distintas seguem caminhos parecidos: primeiro a vitrine, depois a conversa e, para algumas, um endereço fixo no exterior.

De acordo com o secretário Claudio Furtado, os resultados são fruto de uma decisão do Governo da Paraíba de tratar a inovação como política de Estado. "Quando a gente levou as primeiras *startups* a Lisboa, a gente dizia que aquilo era só um começo. O Governo não apenas custeia a viagem: a gente fomenta essas empresas desde cedo, capacita, garante o espaço no evento e ajuda a articular as conexões lá fora. Hoje, a gente vê empresa paraibana incubada em Portugal, negociando com parceiro europeu, abrindo operação no exterior. É o Estado chegando junto de quem empreende, desde as tecnologias sociais até a alta tecnologia", afirmou.

Para a We Guide, essa jornada começou antes do embarque. A iniciativa recebeu recursos do Conectando Startups, edital de fomento do Governo do Estado executado com o Parque Tecnológico Horizontes de Inovação e a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (Fapesq-PB), o que ajudou a validar o modelo de negócio e amadurecer a plataforma. "Já havíamos prospectado algumas oportunidades em Portugal, mas a participação nos proporcionou condições de apresentar a We Guide de maneira mais estruturada, estabelecer parcerias e sair do evento com um plano estratégico para iniciar nossa operação no país", conta Laís.

Agora, a *startup* monta uma rede de parceiros e fornecedores em Portugal para estruturar a operação. "A experiência fortaleceu nossa visão de crescimento e mostrou que uma solução desenvolvida na Paraíba tem potencial para conquistar espaço internacional", afirma a empresária.

O percurso da We Guide repete-se, em diferentes estágios, entre outras *startups* da delegação. Para muitas, o primeiro ganho é ser notada. A InPyro, que converte resíduos orgânicos em biocarvão, bio-óleo e gás, recebeu o selo de Startup de Impacto Socioambiental do Web Summit em todas as missões de que participou. "Tivemos a oportunidade de estabelecer novas conexões estratégicas, iniciar diálogos com potenciais parceiros e fornecedores internacionais e identificar oportunidades de negócios e cooperação tecnológica", relata a equipe da empresa.

Investimento estatal alavanca resultados

A MangueBytes, nascida em um *hackathon* promovido pela Secties-PB em parceria com o Sebrae Paraíba, a partir de pesquisas da UFPB em Rio Tinto, estreou, neste ano, no evento com uma plataforma que usa inteligência artificial e imagens de satélite para acompanhar a saúde dos manguezais. "A experiência no Web Summit Rio foi maravilhosa, e não imaginávamos que teríamos a felicidade de estar também aqui em Lisboa", conta a equipe.

O passo seguinte é transformar o contato em relação, criar *networking*. A NanoEssentia, produtora de um repelente natural desenvolvido na Caatinga, mantém diálogo com a Trendyol, *marketplace* turco, e com investidores estrangeiros. Já a InovaCubo, que desenvolve uma camiseta com sensores para monitorar idosos, aproximou-se da Universidade de Varsóvia.

Para a DHF Saúde, que usa inteligência artificial no WhatsApp para organizar o atendimento do SUS nos municípios, o evento foi uma oportunidade de levar para o presencial uma negociação com a E-strategia, empresa com foco na América Latina, que começou à distância.

Algumas *startups* já deram um passo ainda mais longo. A Neoron, que automatiza a triagem e o agendamento de pacientes, tem contrato de incubação com o Inova Quality Hub, do Instituto Português da Qualidade, e passou de Alpha para Beta no Web Summit em Lisboa. A RevigoradaMente, criadora de um jogo digital que estimula hábitos saudáveis, está incubada em Fundão, no interior de Portugal, e tem parcerias previstas para 2027 com instituições de Lisboa.

Na energia, a Mindsun, que monitora usinas solares, usa Lisboa como oportunidade para chegar em novos mercados. "Na primeira vez que viemos, nos conectamos com o *hub* de energia de Portugal. Neste ano, estamos conversando com empresas de energia solar para entender as principais demandas do mercado europeu e adaptar a nossa solução", afirma Richard Bivar, *CEO* da Mindsun.

Esses resultados mostram a força do incentivo quando um Governo Estadual assume o protagonismo frente aos seus empreendedores. A política pública que leva as empresas paraibanas para as missões, seja no Rio de Janeiro, em Lisboa ou mesmo, futuramente, em Doha e no Canadá, é pioneira, quando o Executivo custeia (e chega junto), a ida das empresas para esses eventos-vitrine.

As iniciativas são selecionadas por editais da Secties-PB e da Fapesq-PB, com credenciais, estande e capacitação para a participação no evento. A delegação cresceu de 23 empresas em Lisboa, em 2025, para 30 neste ano, além de outras 30 no Web Summit Rio. Em Lisboa, o estado conta, ainda, com o Parahyba TecHub, espaço de apoio às empresas paraibanas inaugurado em fevereiro.

Pioneirismo em dose dupla

A Paraíba também sai na frente ao recepcionar o primeiro Web Summit Spotlight das Américas. No encerramento do Web Summit Lisboa 2026, na última quinta-feira (12), o Governo da Paraíba e o Web Summit confirmaram cerca de 20 milhões de reais previstos para executar o Spotlight Paraíba em João Pessoa até 2030.

Poeira Estelar

Claudio Furtado
claudiofurtado@secties.pb.gov.br

Seis tempos (IV)

Seis tempos é uma série de seis crônicas sobre o tempo e a responsabilidade de pensar. Cada uma parte de uma canção e de um filósofo.

3. O tempo das plataformas
Sísifo no feed

Em 1971, Led Zeppelin gravou a história de uma mulher convencida de que tudo o que brilha é ouro e de que pode comprar uma escada para o céu. *Stairway to Heaven* começa quase em sussurro, um violão e flautas doces e vai subindo degrau por degrau até explodir num solo de guitarra furioso. É uma canção sobre ilusão e despertar. Ao longo dela, alguém insiste que ainda há tempo de mudar o caminho em que se está.

Muito antes do *rock*, Marco Aurélio governava o maior império do mundo e escrevia para ninguém. Suas meditações foram rabiscadas em acampamentos militares, à beira do Danúbio, entre uma batalha e outra, sem intenção de publicação. Eram notas para si mesmo. O título original, em grego, pode ser traduzido justamente como *Para si mesmo*.

Hoje, é difícil imaginar alguém escrevendo para si mesmo. Escrevemos para o *feed*. Pensamos em formato de postagem, sentimos em formato de *story*, vivemos uma experiência já calculando o ângulo da foto. Marco Aurélio escrevia para não esquecer quem era. Nós escrevemos para sermos vistos, e, aos poucos, esquecemos quem somos quando ninguém está olhando.

O imperador estoico repetia uma ideia simples: não controlamos o que acontece, só o juízo que fazemos sobre o que acontece. As coisas não nos perturbam; nossas opiniões sobre elas, sim. Essa era a última fortaleza da liberdade. Um imperador pode perder batalhas, filhos, saúde. Mas ninguém pode decidir por ele o que pensar.

As grandes plataformas romperam essa fortaleza com uma eficiência que nenhum exército romano sonharia. Não precisam nos obrigar a nada. Basta escolher o que vemos, em que ordem, com que frequência. O algoritmo não manda pensar; organiza o mundo de modo que certos pensamentos tornem-se quase inevitáveis. A indignação rende mais cliques que a nuance, o medo prende mais que a dúvida, a comparação vende mais que a serenidade. O juízo, que Marco Aurélio guardava como tesouro, foi terceirizado para uma máquina cujo objetivo não é a nossa sabedoria, mas o nosso tempo de tela.

Trabalho, há anos, com governança da *internet* e sei que essa não é uma conversa abstrata. Por trás de cada tela há modelos de negócio, escolhas de engenharia, decisões que poderiam ser outras. A rede nasceu prometendo ampliar nossa autonomia. Em boa parte, entregou o contrário.

É aqui que entra Albert Camus. Para ele, a condição humana é absurda: buscamos sentido num universo que não responde. O símbolo desse absurdo é Sísifo, condenado a empurrar uma pedra montanha acima, vê-la rolar de volta e recomeçar, para sempre. Camus não tira daí desespero. Tira consciência. O momento decisivo é a descida, quando Sísifo volta para buscar a pedra. Ali, lúcido, ele sabe exatamente o tamanho de sua condenação e essa lucidez o torna maior que o castigo. Daí a frase famosa: é preciso imaginar Sísifo feliz.

A rolagem infinita é a pedra de Sísifo do nosso tempo, com uma diferença cruel. O polegar não tem topo nem descida. Os engenheiros das plataformas eliminaram justamente o intervalo em que Sísifo para e pensa: o próximo vídeo começa sozinho, a próxima notificação chega antes que a anterior seja esquecida. Somos Sísifos sem consciência do castigo, subindo uma escada sem patamar. E, para Camus, o absurdo vivido sem lucidez vira apenas hábito.

Marco Aurélio tinha um exercício que chamava de "olhar do alto". Imaginar a Terra vista de muito longe, os impérios como formigueiros, as glórias e as ofensas reduzidas a nada. Quem estuda física conhece essa vertigem: somos poeira num planeta comum, orbitando uma estrela comum, numa galáxia entre bilhões. O imperador usava essa perspectiva para relativizar a fama. Os que te elogiam hoje, escreveu, logo estarão mortos, e os que lembrarem deles, também. Pense nisso da próxima vez que contar curtidas.

A resposta às plataformas, portanto, não é fugir para uma montanha sem Wi-Fi. É recuperar a descida de Sísifo. Criar intervalos. Desligar o vídeo antes que o próximo comece. Escrever, de vez em quando, algo só para si mesmo. Perguntar quem escolheu aquilo que estou vendo e por quê. E, no plano coletivo, exigir que as regras dessas máquinas sejam públicas, debatidas, democráticas e não segredos de engenharia guardados em algum vale distante.

Stairway to Heaven termina como começou: o solo se cala, a banda para e Robert Plant canta o último verso sozinho, quase sem acompanhamento. Depois de toda a escalada, sobra uma voz e o silêncio. Talvez seja essa a lição. Não há escada à venda. O céu possível, para o imperador e para o absurdista, está no instante em que paramos de subir e olhamos, acordados, para onde estamos.

A pedra continua lá. O que muda é se a empurramos; dormindo ou acordados.

Claudio Furtado, secretário de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior da Paraíba, professor e doutor em Física da UFPB.

Colunista colaborador

EDIÇÃO: Camilla Barbosa
EDITORAÇÃO: Iago Ribeiro

NA PARAÍBA

El Niño deve elevar número de mortes pelo calor

Estado pode registrar 640 óbitos relacionados ao fenômeno, de outubro de 2026 a março de 2027

Mirvan Lúcio
mirvanlucio.jornalista@gmail.com



Fotos: Roberto Guedes

No Nordeste, o evento climático implica em redução de chuvas e eleva temperaturas

Um monitoramento feito pela Climate Impact Lab, da Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, apontou que 64 pessoas morreram na Paraíba em decorrência do calor, no período de junho a setembro deste ano. O laboratório estima que em seis meses, considerando de outubro de 2026 a março de 2027, o estado registrará mais 640 mortes. A explicação para tantos óbitos está no fenômeno El Niño, que tem se manifestado de forma mais intensa neste ano.

O estudo estima que os meses de janeiro e fevereiro de 2027 serão os mais letais, com expectativa de 150 mortes mensais, seguidos do mês de março, com projeção de 140 mortes. Quando analisados os dados de todos os estados, a situação é ainda mais alarmante. De junho deste ano até março do ano que vem, o El Niño deve fazer 26.700 vítimas fatais no Brasil.

As anomalias das águas do Oceano Pacífico Equatorial são as responsáveis pelo estabelecimento do fenômeno climático. "Esse evento está mais intenso e os cientistas dos centros internacionais estão associando a um *plus* por conta das mudanças climáticas. Ou seja, é um efeito cascata. O mundo está mais quente", explicou a meteorologista Morgana Almeida, tecnologista no Instituto Nacional do Semiárido (Insa).

Já em relação às mortes relacionadas ao El Niño, a especialista esclareceu que "a previsão está relacionada aos diferentes impactos dos extremos climáticos em todos o planeta, tais como temperaturas altíssimas e chuvas fortes, que podem ocasionar enchentes, enxurradas e deslizamentos de terras. É importante lembrar que em áreas diferentes do planeta os impactos e, consequentemente, os extremos climáticos são diferentes.

Quando questionada sobre a previsão dos meses de janeiro e fevereiro de 2027 registrarem um aumento das mortes na Paraíba, a meteorologista esclareceu que essa estimativa está relacionada ao aumento das temperaturas, visto que, no Nordeste, o El Niño provoca a diminuição das chuvas e a elevação das temperaturas. O calor extremo causa danos à saúde e afeta diretamente a regulação térmica dos indivíduos. "É importante lembrar que essa pesquisa é uma previsão. Não deve ter pânico", ponderou.

Dados estaduais

O Painel de Excesso de Calor do Ministério da Saúde (MS) faz o monitoramento e a previsão de ondas de calor em todos os municípios brasileiros. Os dados apontam uma situação alarmante na Paraíba. De acordo com o mapa, a Paraíba chegou a registrar em novembro, mais precisamente na última segunda-feira (9), 101 municípios em estado de calor severo, a maioria na região do Sertão e Alto Sertão.

Na mesma data, outras três cidades — Areia de Baraúnas, Diamante e Ibiara — foram classificadas na categoria de Calor Extremo. A previsão leva em consideração a comparação da temperatura média dos últimos três dias com a série histórica do próprio município, considerando dados desde 2009.

O gráfico também avalia o risco combinado, que identifica municípios onde o calor extremo coincide com a população mais vulnerável. Na segunda-feira (9), os dados do MS classificaram 124 cidades no nível "muito alto" de risco, que equivale a 55% do território estadual.

Sala de situação

A realidade da Paraíba foi discutida em uma reunião entre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas), o Comitê Estadual de Monitoramento, Preparação e Resposta aos Eventos Climáticos Extremos e representantes de outros órgãos estaduais. O encontro aconteceu no dia 6 de novembro, em João Pessoa.

Na ocasião, o Governo da Paraíba anunciou que implantará uma sala de situação para reunir informações técnicas e acompanhar cenários de risco relacionados a eventos climáticos extremos.

A estrutura abarcará dados produzidos por instituições estaduais e municipais, permitindo acompanhar as condições climáticas, avaliar riscos e subsidiar a definição de medidas preventivas e de resposta a possíveis ocorrências. "Os estados e municípios produzem muitas informações, e a proposta é concentrar esse material para facilitar o monitoramento e orientar as ações", explicou Adroilzo Fonseca, gestor da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Sustentabilidade da Paraíba (Semas-PB).

Além da seca e do calor extremo, a Paraíba pode enfrentar um período de chuvas intensas na região litorânea. "Serão emitidos os alertas para que a população possa acompanhar nesse período. O Estado vai coordenar ações de governança, de meio ambiente e ações de cuidado", informou Fonseca. Entra nesse escopo a preocupação com o aumento dos casos de arboviroses no período chuvoso, no que tange a saúde pública.

Ademais, o secretário, que preside o Comitê Estadual de Monitoramento, Preparação e Resposta aos Eventos Climáticos Extremos, destacou que o trabalho do grupo terá caráter permanente, com acompanhamento das condições climáticas, emissão de alertas e orientação aos municípios.

A agricultura também deve ser impactada pelas intempéries do clima. Conforme o secretário, o Governo do Estado também está se preparando para agir nesta frente. "As grandes obras de segurança hídrica são uma resposta para isso. É uma forma de prevenir. Mas a gente sabe que nesse período a gente precisa desse cuidado maior com essa população, principalmente com a população rural", esclareceu o titular da Semas-PB.

Altas temperaturas demadam atenção aos sinais de desidratação

Conforto térmico é uma condição fundamental para a nossa saúde. Situações de exposição ao calor extremo acionam no organismo um mecanismo de defesa. "O corpo humano funciona bem numa faixa estreita de temperatura. Quando o calor se prolonga, o organismo precisa trabalhar muito mais para se resfriar. O coração acelera, os vasos se dilatam e perdemos muita água e sais minerais pelo suor. Somando isso ao clima seco, a desidratação chega mais rápido e muitas vezes sem que a pessoa perceba", explicou a médica Constâncio.

Por isso, é necessário ficar atento aos sinais emitidos. Transpiração excessiva, fraqueza, tontura, náuseas, dor de cabeça, cãibras e diarreia são alguns deles. "O quadro mais grave é a insolação, que acontece quando a temperatura do corpo passa dos 40 ºC, a transpiração falha e o organismo não consegue se resfriar. Pele quente e seca, confusão e desmaio são sinais de emergência", alertou a profissional de saúde.

Os idosos merecem atenção especial, porque apresentam a menor sensação de sede e o menor teor de água no organismo. "O idoso desidrata, mas não sente sede", pontuou Constâncio. "Eu acrescentaria ainda um sinal que a família costuma não associar ao calor: a confusão mental. Aquela pessoa que, de repente, fica sonolenta, desorientada, mais quieta que o normal ou urinando pouco, pode estar desidratada", completou.

Crianças, pessoas com problemas renais, cardíacos, respiratórios e circulatórios, diabéticos, gestantes e pessoas em situação de rua também estão mais vulneráveis aos casos extremos, que podem levar à morte. Embora os atestados não tragam explicitamente "o calor", como causa, a morte é uma consequência da descompensação do corpo. De acordo com a médica, "na prática vemos infarto, AVC [acidente vascular cerebral], arritmias, piora da insuficiência cardíaca, insuficiência renal aguda por desidratação e descontrole da glicemia. Pessoas com demência correm risco extra, porque não conseguem pedir água nem perceber o mal-estar".

Previsão para 2027

Habitualmente, nos meses de dezembro e janeiro já ocorrem as primeiras chuvas na Paraíba. Mas, para o próximo ano, a previsão indica maior probabilidade de chuvas abaixo da média, afirmou a meteorologista Morgana Almeida, não descartando a possibilidade de ocorrência de pancadas de chuva isoladamente fortes e de curta duração. "Quanto às temperaturas, a previsão é de anomalias positivas, ou seja, temperaturas mais altas do que o normal. Lembrando que em dezembro é o início do verão, e com isso temos maior quantidade de radiação solar e energia disponível", destacou.

A especialista em clima afirmou que é possível dividir o estado em duas porções, observando diferentes realidades. "No oeste [Sertão], as previsão são de chuva irregulares e abaixo da média, além de temperaturas mais altas do que o normal. A situação da seca é mais preocupante nessa porção do estado. No leste [Zona da Mata e Litoral], a preocupação fica por conta das altas temperaturas. Pode chover pontualmente forte, mas a maior probabilidade é de chuva abaixo da média", concluiu.



Partida acontece no Estádio Amigão, às 16h, e pode alçar um dos times à liderança da competição

Foto: Estefinho Francelino/Campinense



COPA PARAÍBA

Clássico dos Maiorais é o destaque da terceira rodada

Campinense e Treze estão empatados em pontos na tabela de classificação e buscam se desgarrar um do outro com uma vitória no confronto mais importante do futebol da cidade

Raniery Soares
raniery.lacerda@epc.pb.gov.br

Campina Grande volta a respirar o clima de sua maior rivalidade no futebol. Campinense e Treze enfrentam-se hoje, às 16h, no Estádio Amigão, pelo Clássico dos Maiorais número 423, válido pela terceira rodada da Copa Paraíba 2026. Além do peso histórico do confronto, o clássico coloca frente a frente duas equipes invictas, que dividem a parte de cima da classificação, com quatro pontos cada uma.

A partida ganha ainda mais importância pelo momento das equipes no torneio. O Treze começou a rodada na segunda colocação, enquanto o Campinense aparece em terceiro. Ambos somam uma vitória e um empate, mas o Galo leva vantagem no saldo de gols.

O Campinense chega ao encontro depois de empatar sem gols com o Serra Branca, na última quarta-feira (11), no Amigão. A equipe comandada por Dico Woolley encontrou dificuldades para transformar a posse de bola em oportunidades claras, principalmente na primeira etapa. No segundo tempo, a Raposa voltou melhor, mas não conseguiu superar a defesa adversária.

Na estreia, entretanto, o Rubro-Negro havia conquistado uma vitória importante fora de casa, por 1 a 0, sobre o Nacional de Patos, no Estádio José Cavalcanti. Com quatro pontos, a equipe mantém a invencibilidade e agora terá a oportunidade de ultrapassar o rival na classificação.

Dico Woolley reconhece o peso do confronto e espera uma partida intensa, mas ressalta que a rivalidade precisa ser acompanhada de organização e qualidade técnica. Ao projetar o encontro, o treinador utilizou uma expressão que resume a expectativa para o clássico. "Agora realmente vai ser uma guerra. Mas o mais importante é a gente guerrear com qualidade. É isso que eu falo para os jogadores: nós vamos buscar sempre evoluir", disse.

Do lado alvinegro, o Treze também chega motivado pelo bom início de campanha. O Galo estreou vencendo o Esporte de Patos por 2 a 1, no Amigão, e empatou em 1 a 1 com o Atlético de Cajazeiras na quarta-feira (11), no Estádio Almeidão, em João Pessoa.

Na partida mais recente, o Treze saiu atrás no placar, mas reagiu, ainda no primeiro tempo, com um golaço de Tatá. Apesar de apresentar maior controle das ações em boa parte do confronto, a equipe não conseguiu marcar o gol da virada. O resultado manteve o time na segunda colocação, com quatro pontos.

O técnico Adriano Souza também destacou a importância do clássico dentro de uma competição de poucas rodadas. Para ele, além da rivalidade, o confronto pode ter consequências diretas na disputa pela classificação. "Todo Treze x Campinense vai ser um jogo especial, isso é inegável. E, em uma competição de tiro curto, todo ponto é importante", afirmou.

Esporte e Atlético tentam a primeira vitória no torneio

Raniery Soares
raniery.lacerda@epc.pb.gov.br

A busca pela primeira vitória coloca Esporte de Patos e Atlético de Cajazeiras frente a frente, às 17h, no Estádio José Cavalcanti, em Patos, pela terceira rodada da Copa Paraíba 2026. Separados apenas pelo saldo de gols, os dois clubes chegam ao confronto com um ponto cada um e sabem que um novo tropeço pode dificultar a luta por uma vaga nas semifinais.

O Esporte de Patos começou a rodada na quarta colocação, enquanto o Atlético de Cajazeiras aparece na lanterna. Apesar da diferença na classificação, as duas equipes somam um empate e uma derrota. O Patinho do Sertão leva vantagem no saldo de gols, com três marcados e quatro sofridos, enquanto o Trovão Azul tem um gol marcado e cinco sofridos.

O time patoense vem de um empate movimentado por 2 a 2 com o Nacional de Patos, no Clássico de Patos, disputado na última quarta-feira (11), no José Cavalcanti. Depois de sair atrás no placar, o Esporte reagiu ainda no primeiro tempo com um golaço de Eduardo, em cobrança de falta aos 39 minutos.

Na etapa complementar, Zé colocou o Patinho em vantagem aos 17 minutos, aproveitando cruzamento rasteiro de Lucas Cerqueira. Entretanto, o Nacional conseguiu buscar o empate aos 30 minutos, deixando o resultado igualado. Apesar de não conquistar os três pontos, o Esporte demonstrou capacidade de reação e poder ofensivo diante do rival.

Do outro lado, o Atlético também chega pressionado pela necessidade de vencer. A equipe de Cajazeiras foi goleada pelo Serra Branca por 4 a 0 na primeira rodada e empatou por 1 a 1 com o Treze na quarta-feira, no Estádio Almeidão, em João Pessoa.

O empate diante do Galo marcou a estreia do técnico Jordã Rodrigues no comando do Trovão Azul. Na partida, o Atlético mostrou sinais de evolução e saiu na frente logo nos primeiros minutos, com Gleryston, após passe de Rato. Apesar de sofrer o empate ainda na primeira etapa, a equipe conseguiu sustentar o resultado até o apito final e conquistou seu primeiro ponto no torneio.

Clubes sertanejos têm campanhas parecidas, com um empate e uma derrota até aqui no campeonato

TAÇA DAS FAVELAS

Seleções paraibanas estão definidas

Competição nacional acontece de 17 de novembro a 5 de dezembro; times feminino e masculino já foram convocados

Vieira Neto
jose.vieira@epc.pb.gov.br



Foto: Divulgação/Morgana Almeida

Na competição estadual, o José Pinheiro, de Campina Grande, venceu no masculino, enquanto que o 4 de Outubro, de João Pessoa, levou a taça no feminino

A Taça das Favelas Brasil — maior campeonato de futebol entre comunidades do mundo — é uma competição brasileira organizada pela Central Única das Favelas (Cufa). Em 2026, a fase nacional irá acontecer, de forma inédita, em Curitiba, capital do Paraná, entre os dias 17 de novembro até 5 de dezembro.

O torneio também é disputado de forma estadual, em todas as unidades da Federação. A competição em solo paraibano teve início no dia 23 de maio, com as disputas da Regional João Pessoa. As demais cidades que tiveram etapas da Taça das Favelas foram: Campina Grande, Sousa, Monteiro, Guarabira, Baía da Traição, Santa Rita e Alhandra.

Os campeões de cada etapa asseguraram vaga na fase final. E no dia 31 de outubro, no Estádio Almeidão, em João Pessoa, foram conhecidos os campeões estaduais. No masculino, a equipe de José Pinheiro, de Campina Grande, foi a campeã. Pelo feminino, o título ficou com as meninas do 4 de Outubro, de João Pessoa.

E diferente do habitual, os campeões das edições masculina e feminina da Paraíba não garantem vagas na competição nacional. São feitas seleções estaduais para a disputa nacional. A Cufa local confiou aos técnicos Jorge Cláudio e Bruno Wellysson a responsabilidade da convocação das equipes feminina e masculina, respectivamente. Entre os meninos, podem jogar os atletas de 14 a 17 anos. Já no feminino, a competição é aberta a jogadoras a partir de 14 anos, sem limite máximo de idade.

Na edição nacional do ano passado, a Seleção feminina fez uma campanha memorável. Chegou à final contra a seleção de Minas Gerais. No tempo regulamentar, a partida ficou no 1 a 1. Na disputa dos pênaltis, melhor para a equipe mineira que venceu por 3 a 1. Para a atual edição e em seu segundo ano à frente do comando técnico da seleção feminina, Cláudio Jorge projeta ainda mais sucesso no certame nacional. "Fazer um bom trabalho, representar mais uma vez a Paraíba e o Nordeste e trazer esse título pra cá que no ano passado escapou por pouquinho", projeta Jorge.

Os nomes das convocadas por Jorge foram os seguintes: goleiras Jhenifer Eduarda Mendes Silva e Thaina Felix da Silva; zagueiras Débora Santana da Silva, Helena dos Santos Fernandes, Maria Dafine Souza dos Santos, Raquel da Silva e Zayra Talitha dos Santos Ferreira; laterais Maria de Fátima Amâncio, Maria Eduarda Rodrigues Rocha e Maria Iara Ferreira Rodrigues; meias Andrêina Thammy Lourenço Barbosa da Silva, Carla Vanessa Ferreira da Silva, Eriane de Oliveira Amorim, Luciana Mendes Rodrigues, Maria Laura Castro Rodrigues, Maria Leandra Lucio da Silva, Mayara dos Santos Cezar, Sanny Priscila Silva do Nascimento e Thamires Valéria de Sousa Martins da Silva; e atacantes Beatriz Monteiro Fernandes, Emily Alexandra Alves de Oliveira e Sthefani Siqueira Santos.

Já o técnico Bruno Wellysson, que faz sua estreia como técnico da Seleção masculina, também mira o título. "O objetivo é o título. Queremos estar na final no dia 5 de dezembro, quem sabe tanto no masculino como no feminino. Ano passado a gente foi eliminado nas quartas para o Rio de Janeiro, nos pênaltis, mas esse ano a gente está fazendo uma preparação para chegar ainda mais forte", revela Bruno.

Os nomes dos convocados por Bruno foram os seguintes: goleiros Arthur Honorato Albuquerque de Amorim e José Raphael da Silva Fernandes; zagueiros Arthur Henrique Araújo Cabral Limeira, João Victor Fernandes Santos, Juan Pereira de Andrade, Oscar César Alves Pereira e Salomão Silva Nunes; laterais Andheylson Victor Nascimento Feitosa, Gustavo Rodrigues Monteiro, Ismael Fernandes Lima da Silva e Natan Pereira da Silva; meias André Arllen Martins da Silva, Arthur Nobrega Batista, Guylherme Machado da Cruz, Marcelo Gabriel Pereira de Araújo e Mickael Bernardo Silva Moura; e atacantes Cícero Ronald Alves de Figueiredo, Davy Gabryel Gomes da Silva, Lucas Barbosa da Costa, Jandersson Lucas Luna Campelo, Matheus de Miranda Pereira Vasconcelos e Mykael Kenndy do Nascimento Silva.

Além da Paraíba, estarão na competição as seleções de Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

De acordo com a organização nacional, os sorteios dos grupos femininos e masculinos serão realizados no dia 17 de novembro, onde as 20 seleções serão distribuídas em cinco grupos com quatro equipes. Avançam às quartas os líderes de cada grupo assim como os três melhores segundos colocados no geral.

De 18 a 23 de novembro vão ocorrer os jogos da fase de grupos. As quartas de final estão programadas para o dia 25. As semifinais para o dia 27. E a final para 5 de dezembro. As partidas têm dois tempos de 30 minutos e, no mata-mata, em caso de empate, o vencedor é decidido nos pênaltis.



Foto: Divulgação/Tiago Silva

Campeonato nacional, que será disputado pela primeira vez em Curitiba, no Paraná, terá atletas de 14 a 17 anos no torneio entre os homens

PARAIBANO FEMININO

Finalistas serão conhecidos hoje

Semifinais acontecem nesta tarde, na capital, com os duelos entre Mixto e Marretinha, e Fluminense contra União

Da Redação

Acontecem, hoje, às 15h, as duas partidas das semifinais do Campeonato Paraibano Feminino 2026. Ambos os confrontos ocorrem em João Pessoa. O Mixto duela contra o Marretinha no Estádio Wilsão, enquanto o Fluminense enfrenta o União, no Estádio Almeidão. Os vencedores farão a grande final do torneio, que premiará o campeão com vaga no Brasileirão Feminino A3 e na Copa do Brasil Feminina de 2027.

Na primeira fase, seis times duelaram em turno único. Ao fim das cinco rodadas, os quatro melhores colocados passaram para as semifinais, tendo o seguinte chaveamento: 1º x 4º e 2º x 3º. Houve 15 partidas até aqui, com 83 gols marcados, com média de 5,5 gols por confronto. O Estadual Feminino iniciou no dia 17 de outubro e deve ser finalizado ainda em novembro. Guará e Spartax foram as equipes eliminadas ao término da fase classificatória.

O Mixto é a única equipe com 100% de aproveitamento no campeonato. As Onças terminaram a fase inicial na liderança com 15 pontos. O time de Guilherme Paiva foi vazado apenas duas vezes. As atuais tricampeãs marcaram 29 gols nas suas cinco partidas. Nenhum outro clube balançou as redes tantas vezes quanto o atual campeão. Atuando pela terceira rodada, a agremiação pessoense aplicou a maior goleada do torneio, 15 a 0 contra o Guará.

Já o Fluminense acabou a primeira fase na segunda posição, tendo 12 pontos. Ao todo, acumula quatro vitórias e uma derrota, 28 gols marcados e apenas dois sofridos. O único revés aconteceu para o Mixto (2 a 1), na quarta rodada. O time tem como destaque a atleta Lú Meireles, expoente do futebol feminino paraibano e uma das maiores artilheiras da história.

Uma das surpresas do Paraibano, o União avançou para as semifinais após terminar na terceira posição. A agremiação perdeu para Guará, Fluminense e Mixto, mas ganhou de Marretinha e Spartax. O desempenho da equipe, que nem participou do Conselho Técnico do campeonato, é destacável porque entrou na competição de última hora, após a desistência de Liga de Guarabira, Picuiense, Pombal e Portuguesa. Agora, o clube sonha em chegar à grande final pela primeira vez.

O Marretinha ficou com a última vaga para a semifinal depois de vencer um confronto decisivo contra o Guará. Pela quinta rodada, o clube venceu o rival por 5 a 1 e alcançou a quarta posição. Ao longo do Campeonato Paraibano, ainda venceu o Spartax e perdeu para União, Fluminense e Mixto.



Foto: Divulgação/Mixto

Mixto e Fluminense são os favoritos para avançar no mata-mata e chegar à decisão



Foto: Reprodução/Instagram @lumeyreles

Campeão do torneio garante vaga na Série A3 do Campeonato Brasileiro do próximo ano

Classificação final da 1ª fase

Clubes	P	J	V	E	D	GP	GC	SG
1º Mixto-PB	15	5	5	0	0	29	2	27
2º Fluminense-PB	12	5	4	0	1	28	2	20
3º União-PB	6	5	2	0	3	12	14	-2
4º Marretinha	6	5	2	0	3	8	19	-11
5º Guará	P	5	2V	0	3	5	28	-23
6º Spartax	0	5	0V	0	5	1	18	-17

Pedro Alves

pedroalvesjp@yahoo.com.br

A Copa Paraíba aconteceu

A César o que é de César. E a Michelle ao que é de Michelle. Sejamos justos. O fato é que a Copa Paraíba, de fato, aconteceu! Mesmo com todas as ressalvas postas no mundo, sobretudo por mim, aqui nesta coluna e no meu *blog*, do que chamei de "imprudência" ao definir que a competição teria apenas seis clubes. Um risco desnecessário, como já expliquei anteriormente. Mas a Copa Paraíba 2026 está aí. Funcionando. O que demonstra, que, pelo menos, para este ano, Michelle conseguiu, por meio de uma aparente habilidade política, convencer todos os clubes que receberam o convite dourado do campeonato a disputarem o torneio, que volta ao calendário e a dá uma vaga paraibana na Copa do Brasil do ano seguinte.

Acontece que andei sabendo que minhas reflexões chegaram aos ouvidos dos dirigentes e nos corredores da Federação Paraibana de Futebol (FPF). E que a entidade já estuda, para 2027, uma Copa Paraíba mais robusta. O que, para mim, é uma compreensão bem lógica mesmo acerca do produto. A cada ano, se mantido esse critério de que apenas os seis clubes que não disputam a final do Campeonato Paraibano e que não foram rebaixados tenham a vaga cativa na peleja, a política de convencimento para que ninguém desista acaba tornando-se um trabalho árduo.

E a iminência de a competição ser disputada por menos de seis clubes, o que tiraria a condição legal do torneio dar uma vaga ao estado na Copa do Brasil, ficaria cada vez mais forte. Pois bem! A entidade já estuda discutir um aumento de clubes no próximo Conselho Técnico do calendário de trabalho da FPF, que é o encontro que definirá os detalhes da sua principal competição, o Campeonato Paraibano.

Como a Copa Paraíba deste ano foi um privilégio de quem está na elite do Estadual, o assunto estará na pauta da reunião que discute o Paraibano do ano que vem. A tendência é que o encontro aconteça no dia 25 de novembro. A data ainda não foi cravada pela FPF, mas será durante a semana do dia 25 que deve acontecer o Conselho Técnico. E Michelle Ramalho quer debater o aumento da Copa Paraíba.

As soluções são várias. Liberar para qualquer um dos clubes que disputaram o Campeonato Paraibano que antecede a Copa jogar o torneio é uma delas. Mesmo os rebaixados. Ou até os finalistas. Por que não? Aí, fica na mão de quem já tem uma vaga na Copa do Brasil disputar o torneio que encerra a temporada ou não, que dá uma vaga no torneio nacional, mas também dá um troféu, uma glória. Colocando, eventualmente, jogadores jovens para jogar, para quem tem uma base. Ou mesmo mesclar esses jovens com ativos que renovaram o contrato de um ano para o outro.

Outra solução, talvez a mais importante, é autorizar que clubes que disputem a Segunda divisão do Campeonato Paraibano atuem na Copa Paraíba, que, por sinal, acontece imediatamente depois da divisão de acesso. O que facilita o planejamento desses times, que têm menos recursos, mas que podem engatar uma competição na outra.

A FPF pode deixar todos da Segunda divisão jogar ou pode também criar um critério de classificação. Os semifinalistas da competição ganham direito de jogar a Copa Paraíba, por exemplo. Ou quem sabe só os finalistas. São alternativas dadas dentro de um trabalho até simples para um departamento de competições. E que, como expliquei desde o início do ano, após a definição da volta do campeonato e a adoção dos critérios que julguei não terem sido os melhores, ajuda substancialmente o campeonato ter um futuro mais promissor, distante de "imprevistos" muito previstos, ao meu ver.

LÍDER DO *RANKING*

Silvana está pronta para o Mundial

Paraibana começa a disputar a principal competição da temporada do parataekwondo no dia 20 de novembro

Iago Sarinho
iagosarinho@gmail.com



Fotos: Reprodução/Instagram @silvanatkd

Atleta já conquistou dois ouros em mundiais e quer alcançar a terceira medalha dourada em Muju, na Coreia do Sul

A paraibana Silvana Fernandes chega ao Campeonato Mundial de Parataekwondo, nos dias 20 e 22 de novembro, em Muju, na Coreia do Sul, com a melhor temporada da carreira e a missão de conquistar o tricampeonato mundial. Líder do *ranking* internacional da categoria K44 até 57 kg desde janeiro de 2022, ela venceu as três etapas do Grand Prix de 2026, além do Brasil Open e do US Open de Las Vegas. Os últimos compromissos do ano serão o Mundial na Coreia do Sul e o Grand Prix Final de Astana, no Cazaquistão, em 28 de novembro.

Foi o ciclo mais cheio desde Tóquio 2020, e Silvana venceu todas as grandes disputas da temporada: os Grand Prix de Roma (junho), Muju (setembro) e Paris (outubro), o World Taekwondo Challenge de Chuncheon (julho), o Brasil Open, em Londrina (setembro), e o US Open de Las Vegas (março). Em Roma, bateu a gaúcha Maria Eduarda Stumpf em uma final brasileira, após perder o primeiro *round*. Em Muju, superou a chinesa Yujie Li, a atual campeã paralímpica, por 2 a 0. Em Paris, venceu Stumpf por 2 a 0, com parciais de 12 a 6 e 22 a 0, obtendo seu terceiro título seguido de Grand Prix.

"A temporada de 2026 foi bastante corrida, com muitas competições. Foi o ciclo em que eu tive mais disputas desde Tóquio. A gente que está no ritmo muito acelerado acaba se preocupando com a preparação, mas foi um ano que está se encerrando com muitos títulos, onde nos maiores campeonatos, que foram os Grand Prix, todos os três que eu fui, conquistei a medalha de ouro. Assim, mostrando, mais uma vez, que a gente está fazendo um trabalho sério e, mesmo diante dessas dificuldades, de uma competição em cima da outra, a gente está sempre performando bem", explicou Silvana.

Do dardo ao tatame

Nascida em São Bento, no Sertão da Paraíba, em 23 de abril de 1999, e portadora de má-formação congênita no braço direito, Silvana começou no atletismo aos 15 anos: foi campeã brasileira no lançamento de dardo e competiu nos 100 metros rasos. Aos 18, mudou-se para João Pessoa para treinar na Universidade Federal da Paraíba. Em 2018, um olheiro do Comitê Paralímpico Brasileiro a convidou para o parataekwondo, modalidade que estreou no Parapan de Lima, em 2019 e nas Paralimpíadas de Tóquio 2020. Ela recusou o primeiro convite, mas aceitou depois, em uma competição em São Paulo. A primeira convocação para a Seleção Brasileira veio já em junho de 2019, sempre com o técnico Adriano Lucena.

A coleção de conquistas é extensa: ouro no Parapan de Lima 2019 e no Pan-Americano de Heredia (Costa Rica) 2020; bronze em Tóquio 2020, que foi a primeira medalha paralímpica brasileira no *taekwondo* e a primeira de uma paraibana em Jogos; ouro no Mundial de Istambul 2021; ouros nos Grand Prix de Riad e Manchester 2022 e prata em Paris; bicampeonato mundial em Veracruz (México) 2023, tornando-se a primeira brasileira bicampeã da modalidade; bicampeonato parapan-americano em Santiago, sendo eleita como melhor atleta das Américas no mesmo ano, e bronze nas Paralimpíadas de Paris 2024. Sua história virou questão de linguagens no Enem 2024, e, em 2025, recebeu a Medalha Epitácio Pessoa da Assembleia Legislativa da Paraíba.

Força paraibana

O parataekwondo tem apenas a classe K44 no programa oficial dos Jogos Paralímpicos, para atletas com comprometimento físico-motor nos membros superiores. No ciclo rumo a Los Angeles 2028, o *ranking* mundial é o principal critério de classificação, e as etapas do Grand Prix distribuem até 60 pontos. O World Taekwondo Challenge coloca em jogo 40, enquanto o Mundial distribui 130 pontos.

Com a paraibana Silvana Fernandes que já está classificada para Los Angeles 2028, o Brasil vive momento forte na modalidade, com Maria Eduarda Stumpf e Ana Carolina Moura, que estiveram presentes no pódio das principais etapas de 2026. Nesse contexto, a Paraíba consolidou-se como polo do parataekwondo nacional, com Joel Gomes e Débora Menezes também na delegação do Mundial, seguindo os passos de Silvana,

"Nessa reta final, a gente está a três competições para encerrar o ano. O principal campeonato é agora, o Mundial, e logo em seguida vai ser o Grand Prix Final. São dois campeonatos que têm um peso muito grande. Então a gente está numa preparação bem forte e bem focada nessas duas competições, para sair com resultado bom e, principalmente, para sair com o tricampeonato do Mundial. Como eu já tenho duas medalhas de ouro, a gente vai correr atrás da terceira para mostrar mais uma vez a força da Paraíba, do Nordeste e do Brasil no taekwondo mundial", analisou.

Estratégia afinada

Em Muju, Silvana já enfrentou todas as adversárias que deverá encontrar, o que permite um planejamento estratégico mais preciso. A chinesa Yujie Li, campeã paralímpica, é a principal concorrente na categoria. A turca Gamze Özcan e a cazaque Kamilya Dosmalova aparecem entre as rivais de ponta. A gaúcha Maria Eduarda Stumpf, companheira de seleção, foi adversária das finais de Roma e Paris.

"As expectativas para o Mundial são grandes. A gente que já vem rodando o ciclo desde o ano passado e já lutei contra todas as adversárias que vamos enfrentar no Mundial. Isso é bom porque a gente acaba traçando uma estratégia melhor, treinando também essa estratégia para que a gente chegue na competição mais preparada. As expectativas sempre são boas, são altas, mas a gente transforma essas expectativas em motivação para continuar treinando forte, consciente e com muito pé no chão, para ter as condições de sair de lá com a medalha de ouro, mais uma vez", explicou.



Natural de São Bento, no Sertão, Silvana é uma das grandes referências da modalidade



DIA NACIONAL DA UMBANDA

Sabedoria ancestral que resiste

Entre atabaques, cânticos e a ciência das folhas, religião revela a riqueza de seus rituais e atrai novos adeptos

Marcos Carvalho
marcoscarvalhojor@gmail.com

A arte da cura — ou curandeirismo — recebe, na língua quimbundo, segunda mais falada em Angola, o nome de umbanda. No Brasil, o termo era utilizado pelos povos negros para se referir aos saberes e rituais ancestrais, mas ganhou *status* de religião no início do século 20, agregando elementos dos cultos africanos, das tradições indígenas, do espiritismo kardecista e dos santos católicos. Considerada uma religião genuinamente brasileira, a umbanda foi simbolicamente criada no dia 15 de novembro de 1908, quando foi registrada a primeira manifestação do Caboclo das Sete Encruzilhadas, por Zélio Fernandino de Moraes, no Rio de Janeiro (RJ).

Ainda que existam relatos de práticas anteriores a esse marco histórico, a Lei nº 12.644/2012 oficializou a data como Dia Nacional da Umbanda. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os umbandistas e candomblecistas, categoria que inclui também outros cultos afro-brasileiros, representam 1% da população do país. Na Paraíba, o Censo 2022 registrou 10.322 pessoas que se declararam pertencentes à umbanda e ao candomblé, categoria que inclui também a jurema sagrada.

Trata-se de uma minoria que procura viver a sua crença resistindo ao racismo religioso, violência praticada, sobretudo, contra os povos de terreiro. Mãe Penha de Iemanjá, ialorixá do Templo Religioso Iemanjá Sabá, no bairro Mandacaru, em João Pessoa, conhece bem essa realidade. Ainda pequena, presenciou a perseguição policial ao terreiro dos seus padrinhos, onde foi iniciada — até meados da década de 1960, o culto das denominações religiosas de vertente afro-brasileira era proibido, por isso sempre acontecia na clandestinidade. "Ninguém podia sequer cantar um ponto. Se a polícia batesse, levava você preso", recorda a ialorixá.

Passados 60 anos, e mesmo sendo presidente da Federação dos Cultos Afro-brasileiros do Estado da Paraíba, Mãe Penha ainda enfrenta olhares de suspeita quando vai organizar a Festa de Iemanjá, orixá regente da sua casa, que acontece tradicionalmente na orla da capital paraibana. "Ainda passamos por muita coisa, mas a gente dá ouvido a tudo, senão, fica louca. Toda vez que a gente vai chegando com o material para montar, escuta pessoas dizendo assim: 'Já vão começar, é?'", relata a mãe de santo. Apesar de reconhecer mudanças, ela ressalta a necessidade da federação que preside na garantia de alguma proteção aos terreiros filiados, quando eles sofrem algum tipo de violência.

Além de Iemanjá, a casa da ialorixá também é regida por Xangô. Os dias de culto são orientados pelos dois orixás: sábado é de Iemanjá, enquanto a quarta-feira é de Xangô. Todo o trabalho que precisa ser realizado com os 58 filhos do terreiro acontece nesses dias, quando é realizada a gira, principal cerimônia de louvação às entidades — o termo vem do verbo girar, e remete à prática dos cultos afro-brasileiros de dança em formato circular e sentido anti-horário.

No terreiro de Mãe Penha, que também possui forte influência da tradição *omoloko* e da jurema, o som do atabaque se soma às vozes dos filhos e filhas de santo, para louvar os orixás e mestres da casa. Na umbanda, os cantos são em português (no candomblé, em iorubá). Além das giras, são realizados outros rituais, como a jurema de chão, no qual todos ficam sentados em formato circular, sem o batuque dos tambores, apenas com acompanhamento de palmas e maracás; e as sessões de mesa, que, na casa de Mãe Penha, são mais raras. Há ainda a Caminhada de Orixalá e a lavagem da escadaria da Igreja de São Frei Pedro Gonçalves, no Centro Histórico, todo mês de maio.

No terreiro, para que tudo funcione a contento, o babalorixá (pai de santo) e a ialorixá (mãe de santo) contam com o auxílio dos filhos, que assumem algumas funções. Na hierarquia, estão, logo abaixo deles, o pai pequeno e a mãe pequena, que são os segundos zeladores da casa e apadrinham todos os médiuns; a *equedeé*, uma mulher consagrada que auxilia os demais médiuns no processo de incorporação das entidades, razão pela qual ela mesma não incorpora; os *ogãs*, responsáveis por tocar os instrumentos que invocam as entidades; e as *iabás*, incumbidas da comida dos santos, que é servida durante o ritual.

Conhecer essas e outras dimensões da umbanda ajuda no combate à intolerância religiosa. Expressões para as quais foram atribuídos sentidos pejorativos, como catimbó e macumba, precisam ser compreendidos a partir do que significam: catimbó, na tradição indígena, é a queima do mato; e macumba, um instrumento de percussão de origem africana.

Para a ialorixá, esse conhecimento passa por uma sabedoria ancestral. "A sabedoria da umbanda é aquele poder de cura, que vem da ciência das folhas. É o conhecimento da folha que é do bem e da folha venenosa, que é do mal. A umbanda trabalha com o poder que vem da energia da luz, do sol, da lua. Eu ensino isso a todos que chegam à minha casa", sintetiza.

Transição religiosa

Um dos que rompeu o véu do desconhecimento e ingressou na umbanda foi Kefren Dantas, estudante do curso de Ciências da Religião da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). De formação católica, ele costumava se recusar a participar dos ritos da umbanda por suspeitar de que tinha algum grau de mediunidade, sobretudo, devido a uns sonhos que, a princípio, não pareciam fazer sentido, mas depois revelaram-se como avisos sobre determinados acontecimentos.

A primeira visita ao terreiro de Mãe Penha — que, até então, ele não conhecia, apesar de viver no mesmo bairro onde ela mora — foi por causa de um trabalho do curso. "Parece que a espiritualidade sabe onde lhe encaminhar, porque foi nessa casa que eu me senti acolhido. A minha mediunidade me chamou para ser desenvolvida lá", afirma Kefren. Após uma consulta oral, combinada com o jogo de búzios, Kefren se reconheceu como médium e vem desenvolvendo essa faculdade, que pode assumir diferentes formas, como psicografia, clarividência ou sensibilidade a diferentes energias.

No terreiro de Mãe Penha, ele é um *abiã*, que significa "aquele que começa um novo caminho". Mesmo depois de três anos, ainda está no processo de iniciação para se conectar com os ancestrais de suas correntes mediúnicas. Já incorpora algumas entidades durante a gira, como um cigano violinista, mas ainda não tem tanta facilidade para isso. Ele explica que o cigano é parte de uma das linhas de trabalho da umbanda, a da direita, na qual se situam os caboclos, os pretos-velhos, os baianos e os erês, dentre outros. Na linha de esquerda estão os exus e as pombagiras.



Mãe Penha de Iemanjá é a ialorixá (mãe de santo) do Templo Religioso Iemanjá Sabá, no bairro Mandacaru

Foto: Arquivo pessoal

Tanto a raiz espírita quanto a jurema da umbanda convergem na prática da cura. Kefren relata que muitas pessoas chegam com sintomas desconhecidos, não identificados pela medicina tradicional, mesmo após vários exames. São queixas de dores ou incômodos que, segundo ele, passam por um desalinhamento espiritual e requerem a adoção de procedimentos como banhos, uso de garrafadas e toda a sabedoria do poder das plantas, já citada por Mãe Penha. "Muitas vezes, quando a pessoa volta ao médico, consegue identificar o problema que tem", conta ele.

Outra coisa que atraiu o estudante para a umbanda foi a tradição musical e corporal da religião. Ele sempre gostou de ritmos como samba, axé, maracatu e carimbó, e nos rituais realizados no terreiro é possível unir essa dimensão com o sagrado, sem que haja uma separação. Para Kefren, a espiritualidade da umbanda tem lhe ajudado no seu autoconhecimento e estimulado o respeito e a disciplina em outras dimensões da sua vida.

"A religiosidade de matriz africana ensina pelo olhar. A gente aprende observando e depois fazendo. Não tem muitas explicações racionais das coisas que fazemos e por que as fazemos. Isso implica renunciar a muitas coisas da vida para viver bem. A gente também tem muito respeito pelos mais velhos, por aqueles que estão há mais tempo e têm mais autoridade para falar sobre as coisas da espiritualidade", ressalta.

Kefren reconhece os desafios de uma transição religiosa, sobretudo quando se trata de mudar para aquelas de matriz africana. Alguns parentes seus, por exemplo, deixaram de falar com ele. Mas, olhando para a sua própria história, ele acredita que é preciso perder o medo e conhecer mais como funcionam essas religiões para superar os preconceitos. "Se alguém ainda não se sente à vontade para visitar uma casa e ver como uma celebração é feita, pode buscar o conhecimento sobre aquele assunto. Existem muitos pesquisadores trabalhando nisso. A educação também tem esse papel de formar cidadãos que respeitem a individualidade e a liberdade de crença do outro", completa.



Em todo mês de maio, há a Caminhada de Orixalá e a lavagem da escadaria da Igreja de São Frei Pedro Gonçalves, no Centro Histórico

Foto: Arquivo pessoal



Ilustração: Tônio

Abdon Milanez

O triunfo da intuição musical

Marcos Carvalho
marcoscarvalhojor@gmail.com

Sem formação em conservatório, compositor areiense levou a música popular aos teatros da então capital da República, conquistou o público, venceu o preconceito da elite artística e marcou a cultura da Paraíba

Entre os paraibanos que projetaram o seu nome além dos limites do estado, Abdon Milanez ocupa um lugar de destaque. Precursor do gênero opereta no Brasil, ele conquistou, mesmo sem formação conservatorial, o reconhecimento popular e dos seus pares no Rio de Janeiro — à época, capital da República. Transitando por diversas expressões musicais, ele transformava a sua intuição em criação artística, legando à identidade cultural da Paraíba a melodia do seu hino oficial.

Abdon Felinto Milanez Filho nasceu no dia 10 de agosto de 1858, na cidade de Areia (PB). O filho do médico e político Abdon Felinto Milanez e de Gioconda Cotegipe Milanez teve uma sólida educação, no Colégio Santa Rita, das irmãs franciscanas, onde aprendeu as primeiras lições de música. Ao longo da juventude, frequentou a banda Phoenix, na qual tocava percussão e trompete, e cantou no coro das missas, regido pelo maestro Tristão Granjeiro, tio do pintor Pedro Américo, que ministrava aulas particulares à sua irmã, Juvenita.

A carreira artística, no entanto, não era uma possibilidade para o filho de uma família tão prestigiada. Depois dos estudos no Lyceu Paraibano, ele foi enviado pelo pai para o Rio de Janeiro, onde tentou fazer Medicina, mas acabou ingressando na Escola Politécnica de Engenharia e nela formou-se, em 1881. Apesar disso, não deixava de lado a música, compondo polcas e valsas, dois estilos musicais de dança de salão populares nessa época. Suas obras eram publicadas pela Casa Bevilacqua, em troca de modestos valores, assim como operetas e revistas que fizeram muito sucesso em teatros cariocas.

Graças à influência do pai, então deputado geral pela Paraíba, Abdon Filho foi designado pelo Governo Imperial para trabalhar na Companhia Estrada de Ferro Conde D'Eu e na Estrada de Ferro Pedro II. Mesmo assim, a música não se afastou do engenheiro paraibano, como relatam alguns registros dos jornais da época — o principal deles pertencia a Arthur Azevedo, dramaturgo e jornalista maranhense radicado no Rio de Janeiro, com quem Abdon desenvolveu parcerias para o teatro.

"Aprendeu a tocar piano assistindo às lições que um professor da Parahyba dava à sua irmã! Em 19 de março de 1886, estreou-se brilhantemente, no Theatro Sant'Anna, com a *Donzella Theodora*, opereta em três atos, que foi uma revelação e um triunfo", informou o dramaturgo, referindo-se à parceria com Milanez. Valendo-se do pseudônimo A.A, Arthur prossegue: "Escreveu depois, e fez representar no mesmo teatro, as seguintes operetas: *Herói à força*, em três atos; *Pinta o padre*, em um ato; *Dama de espadas*, em três atos, e, ultimamente, no Theatro Apollo, *o Barbeirinho de Sevilha*, em três atos".

O gênero teatro ligeiro, que inclui operetas, teatro de revista e mágicas, foi um dos primeiros aos quais o compositor paraibano dedicou-se intensamente. Abdon criou canções próprias e também musicou textos de outros autores. Por dedicar-se a gêneros mais populares, não eram poucas as críticas severas recebidas de acadêmicos, que, segundo Azevedo, "metiam-lhe a catana", desqualificando a sua produção e considerando-o "um simples amador incipiente".

Exterior

Segundo o músico Kleiton dos Santos, que realizou intensa pesquisa em torno da obra de Abdon Milanez, Azevedo procurava se contrapor aos críticos, promovendo o paraibano e tecendo palavras de incentivo na imprensa, a ponto de considerá-lo "o próximo Carlos Gomes". O jornalista, porém, reconhecia a necessidade de o compositor aprimorar as suas técnicas musicais e estimulava o seu aperfeiçoamento. "Para Azevedo, era importante que Milanez fosse reconhecido pela sociedade, especialmente por ser um dos poucos compositores que se dedicavam ao teatro ligeiro, já que muitos com formação acadêmica não se interessavam por esse tipo de composição, possivelmente devido à pressão acadêmica", escreve o músico, em sua tese doutoral.

De acordo com ele, as composições e práticas musicais do paraibano podem ser compreendidas em três fases: a primeira, e mais popular, de 1880 a 1886, voltada para o piano e o teatro musicado, com a utilização de ritmos urbanos tocados em festas sociais, cafés e saraus, a exemplo de milonga, tango, mazurca, lundu e modinhas; a segunda, compreendida de 1887 a 1904, com músicas italianas, religiosas e cívicas, que procuram agradar a grupos específicos, dentre as quais, as melodias para o Hino do Estado da Paraíba e para o Hino da Redenção — dedicado à princesaimperial regente, em homenagem ao ato de assinatura da abolição da escravatura no Brasil; e, por fim, a terceira fase, de 1900 até 1927, e que se caracteriza pelo avanço técnico composicional, procurando responder às críticas que lhe eram feitas.

Em 1891, Abdon Milanez foi mencionado em um debate na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro sobre a composição de canções em língua portuguesa. Na ocasião, tomaram as suas obras — assim como a de outros compositores brasileiros — como exemplos de que era possível produzir música de qualidade em português, que fossem além dos gêneros populares, como a modinha e o lundu. O episódio evidencia que Milanez começava a conquistar reconhecimento no cenário musical da época.

Esse aperfeiçoamento artístico foi fortemente influenciado por algumas temporadas que ele passou na Europa para desempenhar cargos públicos. A primeira delas foi em Bruxelas, na Bélgica, representando o Brasil na chefia de imigração. Na ocasião, segundo narra o próprio Arthur Azevedo, o paraibano aproveitava as folgas do trabalho oficial para estudar sobre composição, harmonia e contraponto, investigando e trocando conhecimento com professores de música europeus. Registram-se passagens, ainda, por Paris, na França, e Genebra, na Suíça.

Instituto

Conforme as pesquisas de Kleiton dos Santos, mesmo sendo um tímido, Abdon Milanez possuía grande influência política por ter sido deputado federal pela Paraíba, de 1903 a 1906, seguindo a trajetória do pai. Foram essas relações políticas que o levaram a assumir cargos de representação na Europa e, no seu retorno, no Instituto Nacional de Música, ainda que houvesse resistência ao seu nome, principalmente do cearense Alberto Nepomuceno, que deixava o cargo. A visão academicista da época considerava que o engenheiro possuía conhecimentos limitados, como músico, por ter composto principalmente para o teatro musicado, em vez de "música séria".

"Durante a sua gestão, Abdon Milanez teve inúmeros embates com os professores. Além disso, teve de tomar medidas administrativas, como advertências e suspensões, entre outras penalidades regimentais. Em uma das reuniões, possivelmente tentando apaziguar os ânimos, suspendeu as medidas administrativas contra os professores, afirmando ser um ato de nobreza, o que não foi bem aceito", relata Kleiton. A notícia — assim como outras informações do instituto, a exemplo da construção do seu novo edifício — repercutia cotidianamente na imprensa, obrigando o discreto diretor a dar mais entrevistas aos periódicos.

No dia 1º de abril de 1927, o *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, noticiou o falecimento do maestro Abdon Milanez, aos 68 anos de idade, deixando viúva e três filhos. Em artigo publicado no *Correio da Manhã*, na edição de 7 de abril, o teatrólogo e escritor Lafayette Silva, que o havia conhecido há pouco mais de um mês, relembrou a trajetória do engenheiro, político e maestro, assim como episódios que revelavam o seu "espírito criador e a frase cheia de viço e sutil", que, segundo o autor, faltava a muitos jovens escritores da época.

Angélica Lúcio

angelicalucio@gmail.com

Violação de intimidade não pode ser fermento para a audiência

As redes sociais nos dão a falsa impressão de que tudo é válido para a conquista de audiência e engajamento. Mas não, não é. O suposto "vale-tudo" não pode justificar o desrespeito às leis, à intimidade e à dignidade das pessoas.

E foi isso que eu e todo o Brasil vimos, com a divulgação de um vídeo que exibia, em detalhes, o apartamento de um ex-presidente da República. Pior: não ficamos a par apenas de móveis, retratos de família e livros na estante. Ficamos surpresos ao identificar na tela a exibição gratuita da figura de uma personalidade política que hoje se encontra em situação de saúde delicada.

Um homem que se identifica como jornalista e influenciador divulgou imagens do apartamento onde mora o ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso (FHC). As imagens foram divulgadas no Instagram e no TikTok, gerando perplexidade e revolta.

Se não bastasse a invasão da intimidade de uma pessoa e a exibição de ambientes íntimos, o pretenso influenciador (e aqui opto por não divulgar seu nome, porque não vejo como correto direcionar holofotes a quem age dessa forma) mostra-se sorridente e muito à vontade durante o *tour* pelo imóvel alheio.

Em uma das cenas publicadas por ele, FHC aparece debilitado em uma poltrona.



Foto: Geraldo Magela/Agência Senado

Imagens divulgadas por homem que gravou o ex-presidente causaram perplexidade e revolta

Diagnosticado com doença de Alzheimer em estágio avançado, o ex-presidente está sob curatela da família desde abril de 2026. A exibição das imagens levanta questionamentos não apenas sobre o direito das pessoas em situações análogas às do sociólogo, que tem 95 anos, mas também sobre questões como dignidade, autonomia e privacidade.

Isso me leva também a refletir sobre o Código de Ética dos Jornalistas, que traz, entre os deveres da categoria: respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão; e defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, adolescentes, mulheres, idosos, negros e minorias.

Ao ver a repercussão do caso sobre a violação da intimidade de Fernando Henrique Cardoso, também fiquei a pensar sobre o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), que reúne normas de proteção aos direitos das pessoas com 60 anos ou mais. Nesse documento, são citadas algumas palavras que considero essenciais: dignidade e respeito. "O envelhecimento é um direito personalíssimo, e a sua proteção, um direito social", diz a lei.

O influenciador que divulgou as cenas (registradas pelo namorado, que é vizinho e, supostamente, amigo da mulher do ex-presidente) foi indiciado pela Polícia Civil de São Paulo. A acusação está baseada no Estatuto do Idoso, que estabelece como crime exibir ou veicular, por qualquer meio de comunicação, informações ou imagens depreciativas ou injuriosas.

A violação de intimidade não pode ser fermento para crescer a audiência. A busca por *likes*, compartilhamentos e que tais nas redes sociais não pode suplantar a dignidade humana — seja de um ex-presidente da República, seja de qualquer cidadão.

Tocando em Frente



Professor Francelino Soares
francelino-soares@bol.com.br

Os dobrados, as marchas e os hinos da República — 1

Não é nenhuma novidade se dissermos que, a cada dia — e cada vez mais —, acerbam-se os ânimos quando as conversas, até entre amigos, enveredam pelo sufixo "ismo", se é que me entendem... Quantas boas e verdadeiras amizades se desfizeram em nome de desavenças que nunca deveriam existir.

Mas... fazer o quê? Do jeito como as coisas têm andado, até mesmo falar em sentimentos nacionalistas pode causar inevitáveis desconfianças. O nosso intento, no entanto, é, tão só e unicamente, tratar o tema dentro do aspecto musical — letras e músicas —, que sempre nos fazem rememorar épocas idas e vividas, quando, até mesmo já adultos, tanto em cenários escolares quanto em desfiles cívicos, pomo-nos a ouvir a execução envolvendo os tais sentimentos.

Assim sendo, toda prudência é pouca quando se fala em símbolos nacionais como a bandeira, o brasão e o hino nacional. Já se foi o tempo em que as escolas públicas e privadas adotavam, pelo menos uma vez por semana, a prática de fazer os alunos cantarem o *Hino à Bandeira*, cuja data comemorativa é 15 de novembro ("Salve lindo pendão da esperança / Salve símbolo augusto da paz!"). Esse hino é de 1906, com letra de Olavo Bilac (Rio de Janeiro, 1865–1918), o chamado "Príncipe dos Poetas Brasileiros", e música de Antônio Francisco Braga (Rio de Janeiro, 1868–1945).

O *Hino da Independência* ("Já podeis da Pátria, filhos / ver contente a mãe gentil / Já raiou a liberdade / no horizonte do Brasil") tem letra do político e poeta Evaristo da Veiga (Rio de Janeiro, 1799–1837), com melodia inicial de Marcos Antônio da Fonseca Portugal (Lisboa, 1762–Rio, 1830). Posteriormente, ganhou nova música de Dom Pedro I (Portugal, 1798–1834). O hino foi oficializado em 1822.



Foto: Carla Miranda

Banda da PMPB executa dobrados tradicionais e hinos, mas também valsas, clássicos e MPB

Quanto à execução do Hino Nacional ("Ouviram do Ipiranga as margens plácidas / De um povo heroico o brado retumbante / E o sol da liberdade, em raios fúlgidos / Brilhou no céu da pátria nesse instante"), mesmo sem a obrigatoriedade jurídica — alguns estados assim já o fazem —, é uma prática contínua, adotada tanto em estádios de futebol como em outros eventos públicos, o que tem sido feito com o devido respeito e a devida honra.

Não há nenhum demérito, ou mesmo alguma conotação política, na adoção dessa prática. Com raríssimas exceções, até os hinos clubísticos são executados e respeitados. Quem não conhece o hino do seu clube do coração ("Botafogo paraibano / Você é o mais belo e glorioso / Que enche de alegria o seu povo...")?

Dito isso, os dobrados continuam fazendo sucesso e emocionando em todo e qualquer ambiente. As tais bandas de música, ou filarmônicas, seguem vivas e ativas em praticamente todos os municípios paraibanos — e, creio, também nos demais estados. E que assim seja e continue sendo!

Mas o que eu queria dizer mesmo é que não devem ser confundidos sentimentos nobres de nacionalismo com eventuais provocações de ultranacionalismo exercebado e doentio. Se buscarmos a origem histórica dos dobrados atuais, vamos encontrá-la na organização e nos deslocamentos de tropas ou batalhões escolares, aos quais se juntaram as uniformizações e acrobacias que acompanham a música e o ritmo.

Por outro lado, uma notícia mais remissa talvez esteja na antiga Áustria, com a dedicação da família Strauss. Sobressaiu-se a figura de Johann Baptist Strauss I (Viena, 1804–1849), que nos deixou a célebre *Marcha de Radetzky* (Op, 228), composta em 1848 e dedicada ao marechal de campo Joseph Radetzky, também austríaco. A partir daí, o estilo marcha militar alastrou-se pela Europa, sendo bastante adotada em países envolvidos nas duas grandes guerras mundiais.

Exemplos marcantes são encontrados na Alemanha e na Rússia. Antes, porém, a França já havia apresentado ao mundo a sua *La Marseillaise*, composta em uma noite de abril de 1792, em Estrasburgo, pelo oficial do Exército Claude-Joseph Rouget de Lisle. Ele atendia a um pedido do prefeito daquela cidade, logo após a França declarar guerra à Áustria.

O hino, que é uma marcha militar, foi trazido por grupos voluntários de Marselha, que lutavam a favor da revolução — mas, aí, já serão fatos ligados à Revolução Francesa. Após ser declarada "canção nacional", em 1795, tornou-se definitivamente *Hino Oficial da França*, em 1879. Somente para rememorar: "*Allons enfants de la Patrie / le jour de glorie est arrivé!*"

A evolução da marcha militar para o dobrado perpassa influências do passo doble (espanhol), com influências do pas-redoublé (francês) e do passo doppio (italiano). No Brasil, o termo "dobrado" nasceu como uma assimilação do andamento do compasso — com "passos dobrados —, como acontece nas passadas nos desfiles cívicos e militares.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Adobe integra novos agentes e ferramentas

Software *também abre o Photoshop para assistentes de IA de terceiros*

Da Redação



Foto: Divulgação

Aplicativo Firefly oferece diversas novidades para a geração de imagens, vídeos, áudio e vetores

A Adobe Inc. anunciou novos agentes e ferramentas no Adobe Firefly, na Creative Cloud e no Adobe GenStudio para ampliar as opções criativas, tanto para profissionais da área criativa quanto para quem atua em *marketing*. No âmbito do Adobe MAX, conferência anual de criatividade organizada pela empresa para apresentar suas principais novidades, destacou-se o Adobe Creative Agent, um assistente criativo baseado em inteligência artificial (IA) agênica que chega ao Creative Cloud e ao Adobe Firefly.

O Adobe Firefly foi atualizado com novas ferramentas criativas para vídeo, áudio, imagem e design, incluindo modelos de IA próprios e de parceiros — como ByteDance, Google, Kling, OpenAI e ElevenLabs — e o já mencionado Adobe Creative Agent, que permitirá ao usuário acessar novos recursos de personalização, o Modo Plan e o Model Selector para orientar o trabalho e manter o controle.

Além disso, o usuário poderá atribuir aos agentes (em pré-visualização) tarefas recorrentes, como organizar os recursos ou verificar sua qualidade, entre outras. Também chega o Firefly Video, um fluxo de trabalho único para desenvolver uma história e editar um vídeo. Junte-se a isso o Firefly Design em versão beta, com ferramentas de ilustração, edição de imagens, animação, *3D* e impressão em uma única tela, com o objetivo de criar uma identidade de marca ou uma campanha para redes sociais do início ao fim.

A edição com *prompts* foi ampliada no Adobe Firefly com as funcionalidades Edit Object, Relight e Retouch, além de uma série de ações rápidas, como Remove Object e Thumbnail Generator. As novidades são completadas com o Firefly Graph em versão beta, para aperfeiçoar fluxos de trabalho personalizados e repetíveis, e o Firefly Builder (em beta privado) para criar protótipos interativos alinhados à marca.

Creative Cloud

Para a Creative Cloud, a Adobe anunciou soluções empresariais no GenStudio e parcerias estratégicas. As novidades focam na automação de fluxos de trabalho criativos e corporativos por meio de agentes inteligentes e integrações de plataforma.

A empresa lançou o Adobe Creative Agent para turbinar assistentes de IA em aplicativos como Illustrator, Premiere e After Effects, além de apresentar uma prévia de integrações MCP locais para que agentes de terceiros editem arquivos nativos mantendo camadas e composições intactas. A suíte também ganhou novos recursos práticos e modelos de aprimoramento de imagem Wonder 4 e Image HDR.

Para o setor corporativo, o Adobe GenStudio recebeu o CX Enterprise Coworker, que utiliza uma interface conversacional para coordenar fluxos de trabalho e agentes de IA na criação de campanhas em escala. O ecossistema empresarial foi reforçado pelo Ideation Space no Workfront e pelo Adobe Brand Intelligence, um agente que garante a identidade da marca e adapta formatos automaticamente com o recurso Intelligent Reflow.

Ainda no ambiente de negócios, apresentou o Firefly 3D Digital Twin, capaz de criar réplicas digitais tridimensionais de produtos com extrema precisão.

Por fim, expandiu suas parcerias com o Google e a Microsoft. No Google, leva o Acrobat ao Google Workspace e integra ferramentas criativas ao Gemini e ao Modo IA da Busca, entre outros; na Microsoft, otimiza aplicativos para PCs e embute recursos do Express diretamente no app Microsoft Fotos do Windows.

Charada

Francelino Soares: francelino-soares@bol.com.br

Resposta da semana anterior: Cidadão de pele morena (2) = preto + achava graça (2) = ria. **Solução:** ambiente de controle jurídico (4) = pretoria.

Charada de hoje: A liga metálica (2), ofertada gratuitamente (2), tornava-a meio acelerada (4)



Ilustração: Bruno Chiossi

Tiras

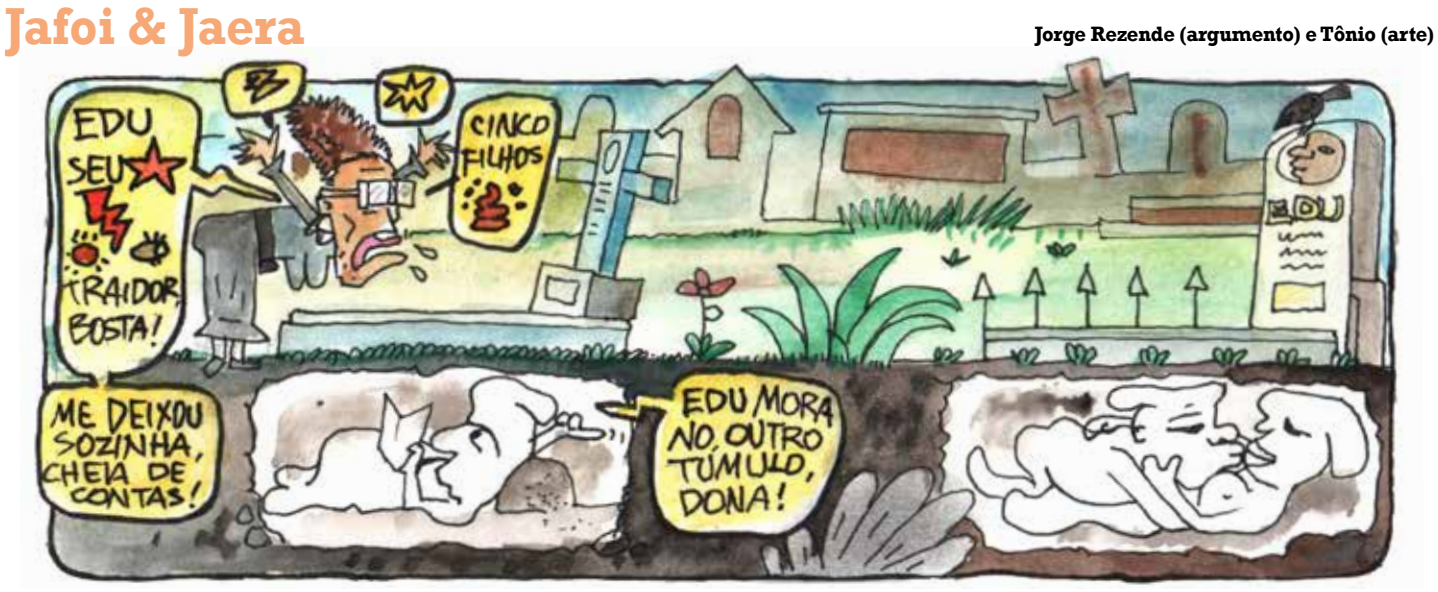
O Conde

Antonio Sá (Tônio): ocondesa@hotmail.com



Jafoi & Jaera

Jorge Rezende (argumento) e Tônio (arte)



Eita!!!!



Foto: Divulgação

A Proclamação da República, ocorrida em 15 de novembro de 1889, foi marcada por reviravoltas políticas, boatos e decisões de última hora que vão muito além dos livros tradicionais:

 # Amizade

O líder, Marechal Deodoro da Fonseca, tinha convicções monarquistas e mantinha amizade pessoal com Dom Pedro II. Inicialmente, ele resistiu aos planos de golpe, só aderiu poucos dias antes de 15 de novembro.

 # Antecipação

Os conspiradores haviam marcado o levante para o dia 20 de novembro, mas anteciparam a ação após surgir o rumor de que o governo prenderia Deodoro e dissolveria o Exército.

 # Doente

O marechal enfrentava fortes crises de falta de ar e dores abdominais durante o episódio. Sua debilidade física era tal que ele mal conseguia montar a cavalo.

 # Parada militar

A população do Rio de Janeiro, que não participou do levante, acompanhou a movimentação das tropas com estranhamento. O jornalista Aristides Lobo registrou que o povo assistiu àquilo "bestializado", acreditando que se tratava de apenas mais uma parada militar.

 # Um ferido

A transição de regime ocorreu sem batalhas ou derramamento de sangue. O único episódio de violência foi contra o Barão de Ladário, ministro da Marinha, que reagiu à voz de prisão dada pelos militares e acabou baleado, mas sobreviveu.

 # Pintura famosa

O célebre quadro *Proclamação da República*, pintado por Benedito Calixto, em 1893, mostra uma grande concentração de tropas perfeitamente alinhadas. O pintor romantizou a cena, já que a movimentação real no Campo de Santana foi desorganizada e com poucos soldados.

 # Tropeço

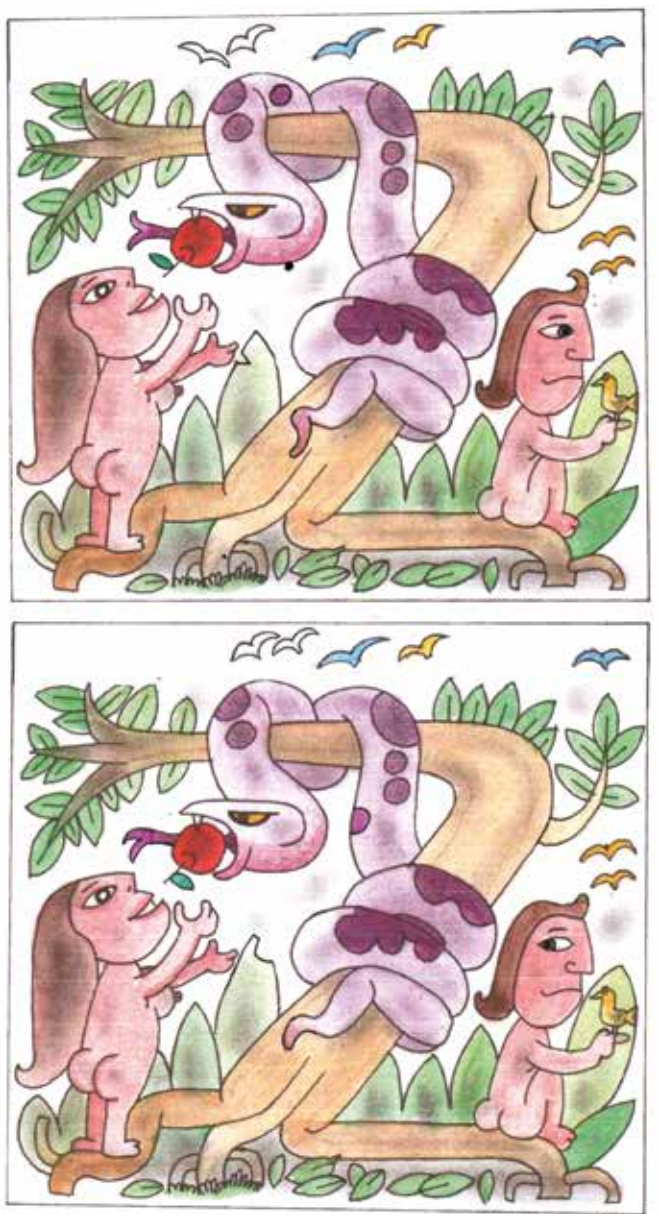
Seis dias antes do golpe, a monarquia realizou o luxuoso Baile da Ilha Fiscal, para cerca de três mil convidados. Na festa, Dom Pedro II chegou a tropeçar e comentou que o monarca escorregava, mas não caía, sem imaginar que seria deposto na semana seguinte.

 # Um século

Como o regime nasceu de um golpe militar, sem consulta popular, a legitimidade da República só foi submetida às urnas em 21 de abril de 1993. Nesse plebiscito histórico, os brasileiros confirmaram o sistema presidencialista republicano com a maioria dos votos.

9 diferenças

Antonio Sá (Tônio)



Solução

1 – língua de cobra; 2 – olho de Adão; 3 – maçã; 4 – cabelo de Adão; 5 – folha; 6 – pássaro; 7 – mancha na cobra; 8 – galho; e 9 – cauda da cobra.